

IX

JOÃO NEVES DA FONTOURA

POEIRA
DAS
PALAVRAS

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Literatura



OS CADERNOS DE CULTURA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOÃO NEVES DA FONTOURA

POEIRA
DAS
PALAVRAS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

PAGINAS ocasionais, ao sabor dos acontecimentos, os discursos do embaixador João Neves da Fontoura que aqui reunimos embora sem rigor de sistema apresentam atributos raros para serem conservados em volume.

Dentro da tradição deixada por Rui Barbosa, João Neves da Fontoura não é propriamente um literato, mas, na sua fecunda atividade política e cívica, imprime sempre ao que escreve, numa prosa límpida e incisiva, a marca do bom gosto, de um estilo terso, de aprimorada qualidade literária.

A oratória é o gênero que mais lhe convém nas lutas pela causa pública, na qual melhor se exprime o seu espírito, dotado de poderosa capacidade de comunicação e sugestão. A frase plástica, de ritmo largo, adapta-se perfeitamente à justeza dos conceitos, aos matizes de uma doutrinação sempre esclarecida.

Essas orações que tiveram grande ressonância quando pronunciadas, encerram idéias, pensamentos e reflexões que implicam o amadurecimento da leitura e se enquadram no que de mais genuíno possuímos em matéria de literatura política.

HORA PIRANDELLIANA

O Governo, mandando veicular as inverdades notórias, que ele cria e divulga, está apenas entrando na logica das peças de Pirandello, em cuja galeria lhe está reservado um lugar de eleição.

A principal característica do teatro do grande escritor italiano decorre de que as suas personagens participam de uma dupla feição — vivem de uma realidade interior que não corresponde ao que se passa objetivamente.

Não sei se a Câmara conhece aquela jóia literária, que é "Henrique IV", do notável artista peninsular. Num baile de máscara um sujeito se fantasiou de Henrique IV, com toda a sua corte, com as suas damas, os seus fidalgos e os seus pagens. No meio da festa, o herói enlouqueceu e a sua demência o conduziu a supor-se, daí em diante, como sendo verdadeiramente o grande rei. A família e os amigos, querendo criar-lhe um ambiente favorável à marcha da paranóia, resolveram manter a mesma encenação da cômte, e lá continuaram, no terra-à-terra de todos os dias, as damas, os pagens e os fidalgos cercado de reverência e homenagem o espantoso alucinado. Um dia, porém, o doente recuperou subitamente a razão, mas, ao se ver cercado

de tao luzida companhia, julgou de melhor aviso continuar a farsa, evitando desta sorte o desconsolado epílogo ao agradável subjetivismo e opondo barreiras à dolorosa realidade, que bruscamente o privava do trono, aos cortesãos, da felicidade.

Atravessa a política brasileira a sua hora pirandelliana .

(De um discurso na Câmara dos Deputados, em 13 de novembro de 1929)

NASCIDO DESSAS PURAS ORIGENS

A

INDA ontem à noite tive ocasião de dizer ao povo de Juiz de Fora que, quando o trem galgava arrastado peia locomotiva ofegante as montanhas de Minas, eu vi serpenteando ao longo da via-férrea um dos vossos rios encachoeirados e pensei de mim para comigo que o vosso entusiasmo é extremamente semelhante à formação dos vossos cursos d'água. O povo mineiro não tem a arrancada imediata que caracteriza o ímpeto dos gaúchos; não perde a serenidade do raciocínio ao primeiro toque de clarim. O vosso entusiasmo, semelhante aos vossos rios, tem nascentes reduzidas. Como os rios da serra, êle brota gota a gota, sem rumor e sem pressa, das vertentes profundas do sentimento íntimo. Os vossos rios promanam de olhos-d'água marejados no granito, que é o seu filtro natural. Assim as vossas correntes cívicas são também o fruto, por dizer, raciocinado de uma idéia, semelhante àquela de que falava Vigny — pensando da juventude que a maturidade realiza.

Nascido dessas puras origens, tal quai as vossas caudais, o vosso entusiasmo desliza a pouco e pouco, quase imperceptível entre a indiferença dos maus observadores, cresce e se avoluma com os obstáculos, ma-

rulha nos despenhadeiros da luta, adquire depois velocidades imprevistas e segue direito ao fim, sem que nada o consiga diminuir ou deter.

Imagem fiel das vossas torrentes, o vigor e a constância das vossas resoluções também rolam no contraste das divergências, carreando e despedaçando reputações que se julgavam indestrutíveis, vidas que se apartaram dos imperativos de lealdade para com a comunhão em que nasceram.

Brotado de uma autêntica consciência cívica, também o vosso entusiasmo pelas grandes causas trepida por entre gargantas angustiadas. Também êle caminha, como os vossos rios. Estes buscam o epílogo do oceano. Aquele marcha, certo e tranqüilo, para a felicidade do Brasil.

(De um discurso em Belo Horizonte, a 17-1-30)

GAÚCHOS A PE'

A QUI, um príncipe magnânimo já há mais de dois séculos ergueu os fundamentos desta esplêndida metrópole. Não são, porém, apenas as bases da civilização material da Mauricéa, que desejo agora rememorar em honra de Nassau.

À visão do estadista não escapou, naquela época obscura, a necessidade de instituir-se no Novo Mundo o respeito intransigente à liberdade de consciência.

Todas as franquias são, portanto, nesta terra, uma conquista do povo, com o testemunho imemorial da história.

Congreguemos a multiplicidade dos nossos esforços para a vitória das nossas idéias.

Ide, Pernambucanos, para os comícios, confiantes no direito que nos assiste.

Imponde ao governo o respeito à liberdade do sufrágio.

Mas, se a 1 de março os donatários do Brasil tentarem afogar no mar-morto da trapaça o pronunciamento da Nação, levantemo-nos então em armas, por amor do Brasil.

Sois uma das maiores reservas morais do país. Aqui conservais sem mescla a pureza das nossas tradições. Ninguém cruzaria o vosso *hinterland*, sem o chapéu na mão, em frente dos Guararapes. Ali correu por duas vezes o vosso sangue generoso ao serviço da Pátria. Naqueles dias incertos, graças aos sacrifícios deste Nordeste comovedor, amanheceram para o Brasil os primeiros clarões da vida autônoma.

Somos os do Sul um suporte. Vós sois um espelho, em que se refletem todos os crepúsculos da nossa menoridade, todas as luzes da nossa adolescência, todo o sol da nossa madureza política.

Corrigindo o pessimismo de José de Alencar, Alcindo Guanabara disse bem: "Nem tudo passa sôbre a terra".

Não passaram os vossos heróis, nem murcharam as flores do vosso heroísmo, Pernambucanos !

Mas a tradição gera compromissos e impõe responsabilidades. Se os vossos antepassados jogaram na praia os invasores holandeses, criando o clima da brasilidade nascente, cumpre aos cidadãos de hoje outro alto dever coletivo — a desforra do povo sôbre o esbulho praticado pelas oligarquias.

Há no Evangelho uma passagem que bem simboliza este trecho da vida brasileira. Os apóstolos atravessavam o lago, quando os céus escureceram. Desabou sôbre a fragilidade da barca uma tempestade violenta. Pouco seguros ainda na sua fé, os discípulos do Filho do Homem foram tomados de um grande susto. Mas em breve as trevas se dissiparam e, aureolado de um

clarão de esperanças, Cristo surgiu caminhando sôbre as águas tranqüilas e exclamando : "Sou Eu. Por que teméis ?"

Os tímidos, os que desesperam e descrêem, olhem para o Leão do Norte, impávido sôbre as caudais revoltas da opinião brasileira, apontando a todos os cidadãos o caminho do dever e a luz da próxima redenção.

Lá, no pampa longínquo, os Pernambucanos a cavalo esperam com as rédeas na mão o voto ou a reação dos Gaúchos a pé.

(De um discurso em Recife, a 27--I-30)

ÈSSE E' O VAQUEANO

QUANDO hoje, entre o rumor das aclamações populares, contemplava a figura sobranceira do vosso Presidente, lembrei-me, Paraibanos, de que no dicionário regionalista dos meus pagos há, talvez como no vosso, um termo insubstituível significando o homem conhecedor dos caminhos difíceis, corajoso e vigilante, que na paz conduz, através dos campos adormecidos sob o luar do verão ou debaixo das cordas d'água na mais dura invernia, o viajante bisonho, e na guerra antecede as extremas-vanguardas, orientando verdadeiramente a marcha dos exércitos.

Esse homem é o vaqueano.

Êle tem no cérebro, por vêzes desprovido de rudimentares noções do alfabeto, uma carta geográfica mais perfeita do que a do estado-maior. Não lhe escapam um acidente do terreno, o galho de um arroio, a profundidade de um brejo, os sinais de um rodeio, a posição de uma cancela ou a direção de uma cerca.

Na treva mais espessa, tudo devassam os olhos dele, habituados à escuridão das noites de tempestade. Chegam-lhe aos ouvidos os rumores menores e mais longínquos. Nada lhe entibia a bravura serena. Nem

as soalheiras do estio nem a friagem agreste das madrugadas de geada diminuem o poder espantoso da sua resistencia física.

O vaqueano é nos mares verdes do pampa, por vezes encrespados pela ondulação das coxilhas, a bússola cujas agulhas nenhuma força desimanta.

No drama agitado das guerrilhas, êle verdadeiramente antecede e exalta a argucia dos caudilhos. Evita o risco de choques imprevistos. Esconde atrás das *restingas* providenciais as patrulhas e os piquetes. Esboça as primeiras linhas do ataque, indicando à cavalaria as posições protegidas do inimigo. Marca quase sempre o cenário dos *entreveros* e nas horas inquietas, em que a pugna indecisa pode transformar-se em debandada, é ainda êle, atilado e prudente, quem conduz na cola do seu ginete as tropas fatigadas que, para uma retirada estratégica, buscam o auxílio de certos segredos topográficos.

Esse é o vaqueano.

João Pessoa é, meus irmãos, o vaqueano do nordeste liberal.

Segui-o de olhos fechados em todos os lances da perigosa jornada.

A luz, que daqui se derrama por todos os que ainda crêem na renovação política do Brasil, é um símbolo e uma esperança. Símbolo da lâmpada sagrada, que doura de claridade perene a santidade dos altares. Esperança, que anima os combatentes do liberalismo brasileiro.

A pedra da vitória está na funda de Davi.

Paraibanos, com as mãos estendidas na direção do horizonte das nossas expectativas radiosas, juremos aqui que não nos havemos de separar senão depois de derrotada a tirania personalista.

(De um discurso pronunciado na praça pública da capital da Paraíba, a 29-1-30)

O DEVER DOS REPUBLICANOS

Não era possível que semelhante erro pesasse no passivo das nossas responsabilidades patrióticas. Os continuadores de Júlio de Castilhos não poderiam de nenhum modo prestigiar com a pureza dos seus votos ou com o valor das suas armas os que assim degradavam o regime democrático ao nível de um ajuntamento ilícito, oscilando entre a desordem financeira, a malversação dos dinheiros do povo e a supressão gradual das liberdades públicas. Até então, a esperança de uma renovação dentro dos quadros legais justificava a soma da nossa dedicação sem limites.

Mas a esterilidade dos métodos de governo, a incapacidade mental dos indivíduos e, mais do que isso, o realismo grosseiro dos egoístas reduziam a quantidade desprezível os contribuintes da nossa desambição proverbial. Minas Gerais, o sacrário inviolável de tradições imorredouras, hasteava a bandeira do bom combate. Era o prólogo do drama. O Rio Grande acudiu sem demora ao pregão de honra e, pela primeira vez em um século, unido e indesligável, intrépido e estoico, entrou corajosamente na pugna.

Lá, no extremo nordeste, um "rincão pequenino" e bravo içava nos mastros de uma dignidade inquebrantável o lábaro das mesmas reivindicações. O drama é de ontem. Contemporâneos da grande jornada, não nos cabe, como partes, a prolação de um juízo definitivo sôbre os homens e os fatos. Uns e outros podem esperar ainda a decisão da posteridade.

Basta reproduzirmos aqui, à tace dos contemporâneos, que o Brasil, afásico pela tirania de uns, a covardia de outros, o desalento de quase todos, recuperou a voz, e o Brasil entrevado pela longa inação de um verdadeiro cárcere readquiriu a liberdade de movimentos, podendo a 3 de outubro, carabina ao ombro, marchar do Norte, do Centro e do Sul, para efetivar pela imposição da força ao serviço do direito, aquilo que os sofistas da fraude e os beleguins da violência lhe sonegaram no confronto das urnas.

(De um discurso em Porto Alegre, em novembro de 1931).

A OBRA BRASILEIRA

Não, meus Senhores, a obra brasileira há de ser feita com os homens que temos e com a matéria prima de que dispomos, e não com a importação de figurinos exóticos copiados por algibebe de fantasia. Só aqueles "arquitetos de nuvens", de que falava Taine, esperaríamos mudar a mentalidade do povo para erigir um monumento da sua organização institucional. De certo

que as leis, para a reforma de costumes, não realizam milagres, mas exatamente quanto menor é a consciência cívica do povo tanto mais é necessária a segurança dos direitos, como anteparo às tentações do mandonismo. Pouco importa que o sonho dos de 91, concretizado nas linhas da sua Constituição tecnicamente admirável, se transformasse no desastre da última campanha presidencial.

O nosso dever é organizar um estatuto afeiçoado às necessidades da vida brasileira, introduzindo nele o cabedal de uma experiência quatro vezes decenal, nacionalizando as conquistas do direito público de após-guerra, recorrendo aos conselhos técnicos, refundindo os padrões do federalismo, caminhando a passos resolutos para a democracia social, com a questão entre o patrão e o operário, entre o produtor e o consumidor, colocada no terreno das soluções adequadas ao nosso caso, guardando a fidelidade ao passado sem quebra do dever de renovar a construção arquitetônica, incorporando aos próximos lineamentos políticos "aquela ética da produção" a que aludia com tamanha justeza o chanceler Rathenau.

Façamos, enfim, obra objetiva, no sentido nobre do vocábulo, que não se confunde com o sensualismo dos materialistas.

Ninguém pensaria seguramente, nesta altura do nosso tempo, em circunscrever a Revolução de Outubro a uma simples substituição de pessoas ou de quadros, sem tocar, embora com cuidados patrióticos, na estrutura do sistema.

(Idem)

VÉSPERAS DE NATAL

COMO vos poderei agradecer, meus amigos, a honra que me dais, invocando a minha humilde pessoa para centro destes esforços sinérgicos, por nós celebrados em torno desta tocante consoada fraterna?

Não vem longe a comemoração do Natal. Talvez não atravessemos juntos a noite sagrada. Antecipemo-la, pois, apertando-nos as mãos ao redor desta mesa e trocando espiritualmente o beijo da fraternidade inquebrantável.

Já agora, seja como fôr, o Rio Grande está de pé e unido.

Ao longo do descampado as sentinelas de nossa vigilância escutam dia e noite, atentamente, os ruídos longínquos.

Não faltaremos jamais, a nenhum preço, aos nossos deveres e compromissos.

O Rio Grande sabe querer e sabe realizar.

Encarando o próprio Brasil na sua maturidade austera, o Presidente Getúlio Vargas terá para levar a termo a obra da renovação política a soma das nossas dedicações, a intransigência da nossa solidariedade e, se preciso fôr, o próprio sacrifício das vidas.

Não desertaremos jamais, nem nos separaremos senão diante da pátria reconstituída, próspera e tran-

qüila, livre das contendas estéreis e das balcanizações detestáveis.

A minha voz eleva-se hoje na vastidão da planície política e, se por ela fala ocasionalmente a unanimidade do pampa, é que neste passo da vida brasileira chefes e soldados totalizam as mesmas aspirações.

Não me anima agora, como nunca me animou, o estímulo de uma ambição. Estou na mesma curva da estrada em que alijeí, como indesejáveis para mim, os fardos da representação no galarim do poder, renunciando a um tempo, sem pena e sem hesitação, a honra de conduzir os destinos riograndenses ou um posto nos altos conselhos da República.

Mas sou nesta hora, como serei até o último alento, o mesmo homem de fé que, para cumprir o dever, se alistou a 3 de outubro como soldado raso de uma idéia.

(Idem)

A PONTE DA AZENHA

DENTRO em pouco, celebraremos o primeiro centenário da revolução de 35.

A dois passos daqui, dorme, sob a voz monótona das águas do Riacho, a ponte da Azenha, teatro das primeiras escaramuças, palco do antigo drama e tablado das nossas divergências iniciais.

entar que uma tal colheita, e do melhor trigo, constituía a prova da excelência do engenho e da fertilidade da terra.

Não sei como se há de condenar o escritor só porque produz muito ou, ao revés, exaltá-lo pela qualidade das obras.

A arte não é nem nunca foi função da quantidade. Aos livros aplicar-se-ia o que, numa velha sentença, se desejava para os votos — deviam ser pesados; não contados. Nas famílias não é o número de filhos que as torna ilustres, mas as virtudes e os feitos de cada um deles. Bem ou mal, o gênio não se democratizou. D'Annunzio, em um de seus belos livros, resumia o sonho aristocrático da arte na figura daquele André Spirelli, para quem o ideal consistia em escrever um só livro, dele tirando apenas um exemplar para oferecer a uma única mulher.

Pode a fecundidade levar ao trivialismo. como pode ser simplesmente um atestado de exaltação criadora.

(Do discurso de posse na Academia Brasileira, em 1936.)

A IMAGINAÇÃO E O PODER VERBAL

A

As duas grandes forças da obra de Coelho Neto residem na imaginação e no poder verbal. Ninguém o excede na primeira, cabendo-lhe um primado incontes-

tável. No manejo da palavra tem, entretanto, um rival mas a simples menção do seu nome vale pelo mais alto louvor. E' Ruy Barbosa.

Sei, por testemunhas presenciais, da instantaneidade criadora do autor de "Fogo Fátuo". Havia no seu cérebro, como nos teatros modernos, palcos móveis para as mutações da mágica. E' o exemplo único do repentista da prosa. Compunha contos e romances diante do público, com os temas sugeridos pelo auditório, como Gregório de Matos e Laurindo Rabelo improvisavam as suas sátiras, ou Castro Alves e Tobias Barreto discutiam em verso as suas atrizes prediletas.

(Idem)

BÍBLIA E ORIENTALISMO

Se os pendores do espírito o levavam de preferência ao gênero imaginoso, êle ainda o requintou pelo culto do orientalismo e dos textos sagrados. A Bíblia era o seu livro de cabeceira.

E' de ouvir-lhe a confissão: "Homem de fé, o livro de minh'alma aqui o tenho: é a Bíblia. Não o encerro na biblioteca entre os de estudo, conservo-o sempre à minha cabeceira à mão. E' dele que tiro a água para a minha sede de verdades; é dele que tiro o pão para a minha fome de consolo; é dele que tiro a luz nas trevas de minhas dúvidas; é dele que tiro o bálsamo para as dores de minhas agonias".

A paixão do grandioso é elevada às últimas proporções — reis e rajás, monstros e semi-deuses acotovelam-se entre as suas páginas. O sertão, o garimpo* a antigüidade e a banalidade social surgem ensangüentados pelo ódio, a ambição e o amor.

Gide dizia em "Si le grain ne meurt": "Je suis un être de dialogue, tout en moi combat et se contredit". Neto não trava diálogos interiores. A sua arte é a sua voz, num solilòquio dominante e avassalador. Tem caricaturas e rugidos, mas é ela só que varre os panoramas contemplados pela imaginação.

Araripe Júnior chamou-o "um assombrado". José Veríssimo corrigiu a classificação para "um complicado". E, diante dos tons evangélicos de uma parte da sua obra, outro crítico aludia malignamente aos "cafarnauns do Senhor Coelho Neto".

Não há como contestar que êle esteve longo tempo no clima do orientalismo e da Bíblia, mas talvez mais cativo das exterioridades do que do fundo do sentimento cristão ou muçulmano.

(Idem)

DINAMISMO VERBAL

DOTADO de um dinamismo verbal muito raro. Neto foi um idolatra da forma. Os seus períodos têm ritmo como as estrofes parnasianas. Redondos e sonoros, podem neles se diluir as tintas da paisagem que descreve ou das almas que retrata, mas ninguém lhes negará uma

deslumbrante opulencia de vocábulos. Atribuíam-lhe um tesouro de vinte mil palavras. Com elas edificara a galena dos seus livros. Era, como Baudelaire, um leitor apaixonado dos dicionários. E fazia praça do seu vernaculismo: "Anselmo, porém, sempre a rebuscar nos clássicos têrmos novos, tinha assomos de entusiasmo e proclamava o seu vernáculo o mais belo, o mais rico, o mais soante. E lia altissonantemente estrofes de Camões, trechos de Bernardes, de Fernão Mendes, de Lucena, os sermões e as cartas de Vieira, apontando as belezas e os grandes recursos dos mestres, e ia assim formando o seu vocabulário".

Em "Fogo Fátuo" narra um debate entre êle, Aluízio e Bilac, sôbre a língua. O romancista do "Cortiço" increpa-lhe a paixão dos arcaísmos: "Por que não fazes outra coisa senão desenterrar defuntos? Esses arcaísmos, que exumas, que são senão cadáveres? Andas sempre às voltas com obsoletos carreados dos dicionários". E Neto de retrucar: "Sigo o conselho de Gautier. E achas que faço mal? A língua revolve-se como se revolve a terra. Falaste em trajos. . . Pois os dicionários são como as alfaiatarias, onde se encontram trajos para as idéias. Há escritores que andam por aí esfarrapados que nem mendigos, outros que se vestem em belchiores ou usam fatos de empréstimo. Eu faço, sob medida, as roupas para os meus pensamentos".

Mas o seu fanatismo verbal não se esgotou nas suas imensas disponibilidades vocabulares. Foi um semântico e um sintático, interessado em enriquecer ainda o idioma pelas adoções necessárias. Parecendo um purista ortodoxo e intolerante, que exigisse de cada vo-

cabulo os pergaminhos de nobreza centenária, atestada pelos clássicos, quantas vêzes apadrinhou com a sua autoridade o ingresso, nos quadros da língua portuguesa, de tímidas e noviças palavras adulterinas, que rondavam as portas da Academia sem ânimo de transpor-lhe os umbrais.

A eterna contradição dos grandes espíritos! O escavador apaixonado de forais vernáculos outorgava carta de naturalização a neologismos bárbaros e legitimava construções espúrias, colocando às vêzes os pronomes contra as regras clássicas!

Tornou-se célebre aquele artigo do "Jornal do Brasil", em que, aludindo aos próceres políticos, o mestre os denominou — "paredros", termo que justificou com raízes e equivalências, a tal ponto que os pró-homens jamais deixaram de ser paredros, até mesmo quando a classificação não passasse, como os galões daquele coronel da Guarda Nacional, de um simples labéu. . .

Esses enfeites vocabulares, o amor às perífrases, o purismo das construções deram ao seu estilo literário por vêzes alguma coisa de barroco, que faz insensivelmente lembrar certas obras do Aleijadinho na arquitetura colonial das nossas igrejas.

Neto adorava as palavras. Dedicava-lhes carinhos de jardineiro, na combinação dos tons. Era dos que nelas descobrem matiz e perfume. Conhecendo a fundo o sentido musical dos períodos, usava dos adjetivos como um compositor de sinfonias.

Isso não o impediu de pôr nos lábios de Bilac estas sábias advertências que não seguia: "A simplici-

dade é tudo. A natureza é simples. O excesso de ornatos prejudica a beleza. Os adjetivos são enfeites. devem ser usados sem abuso. O mais é bisantinismo. Assim também a propriedade das imagens".

(Idem)

CREPÚSCULO DO CORAÇÃO

A FINAL o lar, que êle edificara entre as paredes dos seus livros, também começou a ser visitado pela morte. As roseiras do seu jardim receberam a poda das tesouras implacáveis. O coração de Neto tinha sensibilidades estranhas, e o sofrimento exercia sôbre êle uma influência magnética.

Acutilado pelos golpes de ceifa, refugiou-se no trabalho, produzindo e escrevendo mais do que nunca. E um dia lá se foi a meeira de toda a vida, aquela que, como a Carolina, de Machado, também levou "o coração do companheiro".

O filho - Mano -- sucumbira na beleza atlética da mocidade.

E' demais. Neto fora sempre um supersticioso. As forças, que entraram na composição do seu caráter. tinham sido as espirituais. Êle começou a desenvolver pelo estudo e a leitura as suas tendências naturais para o mistério. Nunca passara de um finalista. Não podia ver uma flor ou uma estrela sem procurar um destino. Era a antítese de Lawrence, para quem: "Não há fins. A vida e o amor são a vida e o amor. Um *bouquet* de

violetas é um *bouquet* de violetas e meter lá dentro uma idéia de finalidade é demolir tudo. Vivei e *laissez faire*."

A dor abriu um novo caminho às suas pesquisas. Jamais tinha sido um católico, no sentido confessional da palavra, nem mesmo um "católico relaxado", na feliz expressão de um oficial revolucionário, que traduzia nesse barbarismo o homem que crê nos dogmas, mas não pratica os mandamentos. O Deus, que adorava, era um Deus dele, um Deus pessoal e profano, que chamava "o Deus de todos nós, os artistas".

Colhido pelo infortúnio, despertam as energias vulcânicas do sobrenatural, adormecidas no seu inconsciente, e êle volta-se para o além, tateando o segredo da Vida e da Morte. A metapsíquica empolga-o com as visões paranormais. Ei-lo, afinal, caminhando entre as sombras subjetivamente moveiças dos seres amados e desaparecidos. Melancólico crepúsculo de coração em que o consolo das amarguras reside na perenidade das vidas desencarnadas e errantes, diáfanas aos olhos do corpo, mas presentes aos da alma, inspirando os nossos atos !

E assim, sonhando, amando e servindo, sucumbe numa tarde triste um dos seres que honrou a espécie humana e uma das maiores glórias do seu país. Lá se foi, esperando, talvez, ser um dos movimentos imperceptíveis da grande vibração, contínua e eterna, que Richet ainda via nas ondas oceânicas produzida pelos remos das galeras de Cleópatra

(Idem)

A ARTE E A DEMOCRACIA

POR isso mesmo, são intoleráveis os catecismos escravagistas, quer se amparem à direita ou à esquerda, quando suprimem a liberdade de opinião sob a ditadura do partido ou da classe.

Nunca os regimes autoritários foram companheiros do esplendor mental. Chame-se como se chamar a fórmula excepcional, o seu império elimina as franquias da crítica, nivela todas as cabeças e impõe às prerrogativas do espírito os limites da intolerância.

De certo a sociedade atual padece os males da desordem e por vêzes beira os abismos da anarquia. Mas não há de ser ao preço da servidão que se hão de curar os desvarios. A medicina do espírito ainda está no espírito, restaurando-se as noções do verdadeiro humanismo, porque em verdade os preceitos antidemocráticos, tão encarecidos hoje, valem mais pelo que negam do que pelo que afirmam.

A formação moral do Brasil, as fatalidades da sua geografia física, a experiência dos seus cem anos de independência, os imperativos do seu sentimento cristão, devem tranquilizar as nossas noites na segurança de que nenhuma das duas calamidades desabará sôbie o país. Embora estejamos apenas na aurora do que havemos de ser, já adquirimos a ossatura de um caráter, podendo realizar o sonho de Renan, consultá-los espiritualmente por um plebiscito diário.

Se o cérebro do Brasil sofre as ardências do Equador e os seus pés assentam nas primeiras geadas austrais, estabeleceu-se por isso no seu organismo ciclópico um equilíbrio de temperaturas, que explica afinal o seu instinto de conservação coletiva.

Não é dado a quem quer que seja avançar juízos sôbre o dia de amanhã quanto à estrutura social das nações, tanto cada uma delas é função das outras e das suas peculiaridades, num sistema circulatório superior ao do próprio organismo. Mas, dada a cota de reação própria a cada aglomerado humano, à raiz das suas tendências e idiosincrasias, fácil é afirmar sem medo que a sociedade brasileira não alterará o seu teor cristão e humanista, nem perderá o sentido das liberdades superiores, que constituem o *leit-motiv* de todas as suas lutas.

(Idem)

A VELHA PORTO ALEGRE

PORTO Alegre, por aquele tempo, constituía um centro universitário de proporções quantitativas e qualitativas verdadeiramente impressionantes. A cidade era pequena, patriarcal, sem nenhuma das atrações que desviam os estudantes das cogitações da inteligência. As tabuletas multicores dos cinemas ainda não iluminavam a praça da Alfândega. As chamas do gás ainda tremulavam dentro do bojo de vidro dos velhos lampões coloniais. Ninguém conhecia uma roleta. O *music-hall*, apenas um boato de viajantes audaciosos por terras inacessíveis.

Quando muito, de longe em longe, as portas do São Pedro se abriam para as temporadas do teatro, com as récitas de gala de um luxo provinciano, animadas pela irreverência das nossas "torrinhas", e exibindo quadros líricos às vêzes admiráveis e conjuntos estrangeiros, que intercalavam Shakespeare e D'Annunzio, os dramas de Garrett e as comédias francesas com as valsas da "Viúva Alegre", última criação da opereta vienensé.

Mas os fogos do Espírito Santo eram ainda o grande espetáculo, que reunia democraticamente, em três

frias noites de inverno, a sociedade da capital e o mundo dos arrabaldes. Confundiam-se todos na mesma alegria, namorando, comendo no taboleiro das quitandeiras, bebericando nos botequins improvisados, arrematando as prendas nos leilões feitos por graves cavalheiros de opa vermelha, atravessando em bichas intermináveis as multidões divertidas, até a hora feliz e tardia em que começavam a riscar o céu os foguetes multicores e a arder nos postes preparados pelo Gageiro — o insubstituível Manuel da Silva Gageiro — os bonecos de pólvora, os castelos das Mil e Uma Noites, os raios policrômicos, num estridor de estelos, bombas e assobios, até o epílogo clássico da pomba simbólica voando da torre da igreja, num fio de arame, para iluminar a imagem do Divino.

Durante aquele tríduo, com os ventos gelados remoinhando nas praias do Guaíba, é que começavam quase todos os casamentos e todas as pneumonias.

A vida noturna concentrava-se na vida dos cafés, repletos de estudantes, discutindo entre fumaradas boêmias, enchendo de debates filosóficos ou literários os dois velhos armazéns da esquina da Ladeira ou escrevendo versos no mármore das mesas.

Mais longe, na cidade baixa, o violão dos serenatistas acordava, por noites de luar, a incômoda vizinhança das dulcinéias adormecidas. Algumas centenas de estudantes formavam, dentro dos muros da "leal e valorosa cidade" uma sociedade própria, com os seus clubes, os seus pequenos jornais, os seus pontos de encontro, os seus grupos, as suas "repúblicas", as suas

pensões, os seus bailes, e até às vêzes os seus confutes. Mas em tudo predominava um instintivo espírito universitário, pairava uma preocupação intelectual.

(Da conferência "A Mocidade do Sr. Getúlio Vargas", proferida a 19-IV-41).

A DESCENDÊNCIA ESPIRITUAL DE COLOMBO

DESMENTIDO flagrante ao mito do materialismo histórico ou exceção no seio de um mundo que só se determinasse pelos apetites subalternos, a América, acima dos pecados veniais da sua juventude, nunca deixou morrer a chama que Colombo trazia na alma generosa, aventureira e descobridora. Dele herdamos, em linha reta, o amor das coisas veladas pelas cerrações do mistério e da lenda, a fé inquebrantável na existência de Deus, a modéstia na glória e a coragem no infortúnio, a obstinação dos iluminados e aquele mágico poder da esperança que, quando mergulha no íntimo das convicções profundas, pode também, como na palavra bíblica, mover as montanhas, cruzar os mares, devassar os céus.

Porque vimos dele, porque nos transmitiu o seu gênio, mais do que a terra em que vivemos, é que continuamos há quatro séculos animados da mesma paixão reveladora, buscando desvendar o nosso próprio desconhecido, marchando em todas as direções, de polo a polo, de leste para oeste, da crista do Aconcagua às profundezas do sub-solo, varando as selvas, buscando a nascente dos grandes rios, mas sobretudo traçando

com a nossa própria mão a carta dos nossos destinos soberanos. Arrancamo-la, cada um por nossa vez, sem mercês ou renúncias, em tais lances de sacrifício e bravura que fora trair as cinzas dos nossos heróis aceitar agora sem resistência o predomínio estrangeiro ou entregar os pulsos às algemas da escravidão, quer ela se tente impor em nome da supremacia racial, quer se disfarce atrás de ideologias velhas com tabuletas novas, ou se desculpe de forçar pelas armas os territórios alheios, em nome de populações enormes confinadas em territórios exíguos.

A independência dos nossos países não foi obra de insurreição desvairada. Não resultou da loucura destruidora de massas rurais ou urbanas, nem do estímulo de agitadores demagógicos.

Movimento de proporções ciclópicas, embebeu-se na filosofia da época.

Muitos dos que a pregaram e dirigiram já alcançaram a santificação da posteridade e figuram entre as delícias do gênero humano.

A descendência espiritual de Cristóvão Colombo, legatária universal das suas virtudes, completou a missão descobridora, emancipando os povos do Continente, quando sobre eles a influência da geografia física e da geografia humana impôs as conseqüências da geografia política.

(Do discurso de saudação, na Academia Brasileira, aos Ministros do Exterior das Nações Americanas, em 1942).

A DEBILIDADE CONSTITUCIONAL DA VIOLÊNCIA

MAS a independência de um aglomerado social não é uma simples atitude política, um acaso feliz ou um artifício passageiro ao sabor de vaidades ou caprichos.

Os que alcançaram os sinais da sobrevivência nem podiam, num dado momento, continuar sob jurisdição estranha, nem correm o perigo de recair senão transitoriamente nos ferros da sujeição. Porque, em verdade, a independência é mais do que uma lei escrita ou uma categoria jurídica; é um espírito sôbre as águas, é um estatuto natural da consciência coletiva, é um imperativo biológico da maioria; está situada naquele vértice do tempo e do espaço em que as prerrogativas do "self government" deixam de ser uma graça para se transformar num direito insufocável.

Por isso é que hoje quase toda a Europa subjugada ou aterrada, embora a mesma bandeira flutue dos "fjords" da Noruega até as margens do Mediterrâneo, não oculta a revolta latente das nações ocupadas, que só esperam oportunidade para se juntar às primeiras legiões redentoras, que puserem o pé no Continente. O vencedor pode ganhar a guerra militar, mas não ganhará a guerra política se os vencidos se conservarem intransigentes na resistência passiva — "coacta voluntas, semper voluntas".

Essa é a debilidade constitucional da violência, Quando parece atingir a sua plenitude, já está ferida de morte, porque traz ocultos no arcabouço os germes da própria destruição.

(Idem)

O PAN-AMERICANISMO

QUEM quisesse buscar no pan-americanismo a rigidez de um princípio imutável cometeria o maior dos erros, porque, apesar das convenções recentes, não é sobre elas que êle repousa, mas sobre a confiança mútua, a compreensão e o afeto dos que as subscrevem. Por isso, os nossos tratados não correm o risco de figurar entre os farrapos de papel. Não sendo uma escola, nem um sistema, só o classificaríamos com justeza como um diploma de condomínio político sobre todo o Continente, vinculándonos "in solidum" para o gozo de tôdas as prerrogativas e o cumprimento de tôdas as responsabilidades.

(Idem)

RAÇA E LIBERDADE

DO ponto de vista humano, social e político, nenhum acontecimento da nossa história excedeu ao da Abolição. As premissas que lhe facilitaram o advento só se igualam às conseqüências que determinou, de modo a torná-lo uma linha de rochedos entre duas águas.

Hoje, os novos explicadores da formação étnica e social do país repetem a antevisão de Nabuco, quando sustentava que o mau elemento da população não foi a raça negra, mas a servidão.

E' o conceito lapidar de Gilberto Freyre, atribuído a soma dos desastres não ao negro, mas ao sistema social da escravidão.

(De um discurso comemorativo do Cinquentenário da Abolição da Escravatura, na Academia Brasileira, em 1942).

A GLÓRIA DE DOM RAMIRO

D • RAMIRO é o símbolo animado em que se antropomorfizam os terríveis conflitos raciais, religiosos e políticos do seu tempo. Por isso, nas suas artérias injetastes em proporções ambivalentes o sangue da mais pura nobreza castelhana e o da mais detestada procedência mourisca. Há na sua vida a côm melancólica dos ocosos, quando os galeões da Invencível Armada se dispersaram, a caminho da Mancha, sob a explosão dos brutos ingleses e a fúria dos temporais, que ainda uma vez preservaram as ilhas britânicas dos horrores da invasão e da conquista.

A Glória de D. Ramiro não é, pois, simplesmente uma vida nos tempos de Filipe II, porque conseguistes transfundir na alma do vosso herói as vitórias e vicissitudes de sua Pátria, com tão acentuada semelhança entre o homem e a comunhão espanhola, que não é possível demarcar as zonas subjetivas do indivíduo dos lances objetivos da história.

A fábula mal disfarça a transparência dos vossos intuitos e quem lhe segue os episódios, sob a superfície, em que se debatem o orgulho de D. Iñigo, os remorsos de Doña Guiomar, as seduções de Aixa, o amor de Bea-

triz e as conspirações de D. Diego Bracamonte, logo descobre nítida e colorida, não a vida de um fidalgo nos tempos de Filipe II, mas a própria vida daquele largo reinado, em que empalidecem as façanhas de Carlos V, ardem as fogueiras do Santo Ofício, estalam as revoltas da mouraria, emergindo do cenário de tirania e fanatismo, como estandarte da eternidade castelhana, o gênio de Cervantes.

O vosso livro é, assim, uma epopéia de hispanidade e, para que nada faltasse ao humanismo da raça, da língua e da tradição ibérica, transplantastes no fim o vosso arquétipo das "calles" seiscentistas de Ávila e Toledo até a Cidade dos Reis, dando-lhe, como prêmio de uma existência de amores, lutas, crimes e amargura, a oração matinal da Padroeira da América.

(Do discurso de saudação a D. Enrique Larreta, na Academia Brasileira, em 1942.)

DOIS MOMENTOS PORTUGUESES

SE tivéssemos de reduzir a longa e maravilhosa vida de Portugal a dois capítulos culminantes que contivessem as principais razões de todos os grandes acontecimentos ulteriores, por certo que esses capítulos seriam a fundação da dinastia de Aviz e a Restauração de 1640.

Pois bem, essas duas vigas mestras do edifício lusitano não foram apenas campanhas armadas. As armas podem triunfar nos campos de batalha, mas só impõem uma ordem definitiva quando a vitória representa a consagração dos eternos princípios jurídicos, sem os quais os exércitos e as esquadras não passam de simples instrumentos da violência.

Assim, naquelas duas páginas da vossa História, a que me refiro, verificamos que duas vezes salvastes a vossa independência, não somente pela bravura dos vossos soldados, mas porque andastes a combater ao serviço do direito e nunca vos afastastes da inspiração dos vossos mestres. Se o vosso Condestável é o símbolo militar de Aljubarrota, não menos alta e não menos cheia do mesmo sentido é a figura de João das Regras, cujo papel e cuja obra Oliveira Martins resumiu com

tanta felicidade: "Em Coimbra, o grão-doutor é o general e o chefe. Essa batalha de discursos era diversa, mas não menos árdua de pelejar."

De novo, em 1640, vemos outro mestre de direito em análoga peleja. É Velasco de Gouveia, a fundamentar e legitimar a insurreição vitoriosa com a arguta distinção entre o poder *in actu* e o poder *in habito*. E, a propósito, o ilustre contemporâneo Cunha Gonçalves escreve que a doutrina de Velasco "foi tão eficaz e poderosa como as armas portuguesas o foram em Ameixial e em Montes Claros".

(De um discurso na Ordem dos Advogados, em Lisboa, a 27-VII-43).

ITINERÁRIO DO IDIOMA

BEM sei que as línguas são formações naturais. Começam pela deturpação do vernáculo de que derivam, atravessam a fase dialetal, brotam de nascentes múltiplas, por vêzes obscuras, surgem, balbuciadas da boca do povo, tímidas e incertas em suas primeiras manifestações. Antecede-as, como às estrelas, um período de nebulosa, com os caracteres imprecisos e indefinidos, que só o tempo se incumbe de fixar em padrões duradouros. São águas ainda turvas pela mistura dos vocábulos de várias origens e pela formação de novos, numa constante metamorfose de sinais fonéticos e semânticos.

Assim transcorre a infância de todas as línguas. Mas também elas, como a triste heroína do vosso Bernardini Ribeiro, um dia se tornam "menina e moça". É quando os trovadores recolhem as vozes do linguajar anônimo, fixando o sentido dos nomes, enfeitando a poesia popular com a graça dos adjetivos, conjugando os tempos e os modos do verbo, até o momento em que a autoridade dos grandes escritores lhes transfuída o prestígio das obras primas, donde surgem afinal as ordenações da sintaxe.

Mais de quatro séculos consumiu a língua portuguesa para se desprender da crisálida romântica e absorver a contribuição de todos os afluentes, nascidos das guerras de ocupação e da migração dos povos.

Sob o cetro de D. Dinis, já ela se desenha com firmeza na melodia dos cancioneiros, inspirados pelas musas amorosas da cavalaria, do mesmo passo que a consagram, na primeira forma arcaica, os documentos públicos.

Só na era quinhentista é que aparece a primeira gramática. Mas a perenidade do idioma quem a assegura é o gênio de Camões, tão identificado com a história, com a beleza, a expressão espiritual da Pátria, que Teófilo Braga considera "Os Lusíadas" a maior força de estímulo para a Restauração de 1640.

Se nenhuma língua jamais se formou por decreto dos governos ou por normas constituídas de antemão pelos sábios, quando chega a época da maioridade nenhuma consegue, entretanto, fugir ao império da disciplina; tal sucede com os costumes que, depois de um largo período de adoção tácita, se cristalizam no texto expresso das leis.

E sois vós, Senhores Acadêmicos, aqui como em todas as nações, os legisladores do idioma, os jardineiros dessa flor do espírito, dando à beleza silvestre os cuidados do artista, na disposição das espécies, na harmonia das cores, na arrumação dos canteiros.

(De um discurso na Academia das Ciências de Lisboa, a 27-XI-43.)

ROOSEVELT

CRIADOR de valores morais e políticos dentro das novas dimensões do nosso tempo, a sua primeira presidência foi uma grande batalha contra a rotina misoneísta. Encontrou o país mergulhado na apatia da depressão. Cortou na carne viva dos interesses criados, a fim de reerguer a confiança vacilante no futuro da Pátria e impedir a progressiva acumulação da riqueza nas mãos de poucos, em contraste com a miséria de milhões de sem-trabalho. Sem ser um marxista, ninguém atacou com maior rudeza e resultado os males sociais do supercapitalismo. Por isso, as massas adivinharam nele o evangelista das suas reivindicações. Apoiado nelas, pôde alcançar a segunda presidência dentro da normalidade dos costumes americanos. Mas o seu espírito inovador e os seus métodos revolucionários não se esgotariam nos lances da luta interna. Reconduzido ao Governo por uma vitória espetacular, os seus olhos enxergaram ao longe os primeiros sinais da conjuração nazi-fascista, que punha em risco a paz do mundo e a segurança das nações desarmadas. Enfrentou o perigo com o destemor dos paladinos. Falando a todos os povos sem reservas diplomáticas e despreocupado das

fórmulas de conveniencia, apontou o inimigo sem ocultar-lhe o nome nem disfarçar-lhe a temibilidade.

(De um discurso no Itamaraty, a 12 de setembro de 1946.)

O MILAGRE DA INGLATERRA

O MILAGRE da Inglaterra é o seu constante equilíbrio entre a tradição e a renovação. Aqui, por toda a parte, o passado nos acompanha os passos e o futuro nos atrai os olhos. Em tudo — dos austeros monumentos seculares aos risonhos *cottages* com cheiro de tinta ainda fresca, desde as usinas de poderoso trabalho aos belos parques de jogos infantis — em tudo o estrangeiro respira este maravilhoso dom da vida britânica: a faculdade de imprimir ao que é antigo a frescura de uma alma sempre nova e intrépida, e de dar ao que é realmente novo a aparência de coisas vindas de longe, conservadas peia experiência e pela tradição.

(De um discurso em Londres, a 18 de abril de 1946.)

INSUFICIÊNCIA E DESESPERO

SEMPRE pensei e continuo a pensar que um dos maiores males da nossa insuficiência como Nação reside, de um lado, na desesperadora despreparação básica da inteligência, sobretudo das novas gerações; e, de outro, na falta de extensão e profundidade dos nossos valores culturais, sem falar na pobreza da nossa instrução popular. Nenhum povo pode pretender um lugar no mundo, se as suas massas, que hoje predominam na investidura dos mandatos públicos, não atingirem uma certa soma de noções indispensáveis à compreensão dos homens e dos acontecimentos, formando aquela média de opinião pública, na ausência da qual a prática da democracia pode falhar ou perverter-se em falsa e perigosa direção. Mas, se em nosso país as altas taxas de analfabetismo pouco decresceram, a chamada alta-cultura é, por desgraça, o privilégio de u'a minoria numéricamente imponderável. Só há poucos anos começaram a funcionar, aliás com grande proveito, as Faculdades de Filosofia e Letras, de modo que, a rigor, a cultura até aqui ou foi monopólio dos ricos, que a receberam do magistério particular, quase sempre estrangeiro, ou conquista de verdadeiros autodidatas.

A estes, porém, faltam o método e o sistema, que go eles impedem a anarquia mental ou o tumulto, quando a cultura é, por definição, simplicidade, ordenação e clareza. Já nos seriam suficientes, para tornar sombrio o futuro da Pátria, o vazio demográfico, a pouca saúde das populações, sobretudo as perdidas no "hinterland", o desnível econômico, a pobreza da renda nacional. E, entanto, ainda nos aflige o índice da falta de habilitação do homem para a vida, sem meios de encontrar os elementos que conduzem à instrução e à educação, as quais, sob as suas diferenças técnicas, formam as duas grandes alas da chamada frente espiritual ou pedagógica, sem a qual é frágil a frente militar para a segurança das Nações.

(De um discurso no Segundo Congresso de Escritores Brasileiros, em Belo Horizonte, em 1947.)

A ERA DO SOCIALISMO

PARA os homens de letras, nunca mais do que hoje foi necessária a revivescência do espírito goethiano, com o seu poder de conciliar as antinomias e contrastes. Aí é que reside a missão dos intelectuais, seja qual fôr a fonte de sua inspiração filosófica. Mas não há dissimular que estaria fora da órbita da realidade quem pretendesse aplicar à regência dos povos as normas arcaicas de um individualismo perempto, quem não considerasse o princípio socialista definitivamente

vitorioso, a ponto de há muito ocuparem os seus pregoeiros os postos de governo até das mais velhas monarquias da Europa e de haverem merecido os seus fundamentos a honra da inclusão em duas célebres encíclicas papais.

Esse largo período entre duas guerras não foi uma crônica insípida de acontecimentos, mas o pórtico de uma era inteiramente nova e diferente.

(Idem)

MISSÃO DAS ELITES

Só os agregados sociais ainda algo bárbaros, ou rebarbarizados por doutrinas fanáticas, ousam corromper a aliança natural do governo com a cultura, proscrevendo a liberdade de pensar, que é o alimento da sabedoria; suprimindo a influência do direito de crítica e de objeção, de cujo condicionalismo brotam as franquias indispensáveis à dignidade da pessoa humana; fechando — com o mesmo punho sacrilego — igrejas e universidades; intentando rasourar aquelas insuperáveis diferenças naturais entre as criaturas, que constituem paradoxalmente o fomento da igualdade coletiva perante Deus e a Lei, para transformá-las em autômatos do Estado intimidador, militarizado e onipotente, que na escravização dos indivíduos calca a primeira etapa de um método de escravizar nações.

Por isso também o urgente ditame da conquista da paz entre os povos — da paz entre os homens e sua perene preservação — reclama a considerável tarefa da elevação das massas, realizada através da regeneração dos indivíduos. E o imperativo desse apostolado cultural inculca indeclinável missão aos dignitários da intelectualidade, às elites do saber, aos verdadeiros repre-

sentantes da Cultura. Tôda grande inquietude é a necessária procura de um grande caminho. Há o espírito que *irrompe*, tateante e incerto, de baixo para o alto, a cujo encontro deve infundir-se o espírito depurado e claro, vindo de cima. Onde as camadas superiores são blocos pétreos, estéreis e indiferentes, soem rasgar-se as crateras para a furiosa subida da lava; mas a ascensão natural e harmoniosa da seiva pede a límpida água do céu, nutridora, e não o lampe jar repressivo e fulminador do raio.

(De um discurso na *Academia Colombiana de la Lengua*, em Bogotá, a 29 de março de 1948.)

VOCAÇÃO CULTURAL DA COLÔMBIA

ASSIM, de início, um conceito se me impõe, que não receia desmentido: a qualidade fundamental da Colômbia — diria melhor a sua predestinação — é a vocação cultural. E nela transparecem conteúdo, direção e sentido.

Como a caracterizaram e descreveram os que a reconheceram e divulgaram a sua celebridade? Antes de mais, peia mais castiça preservação do que Espanha de melhor legou à América. E, simultaneamente, por vosso empenho e ardor generalizado no cultivo das letras, das ciências, do pensamento.

Tão longe do berço castelhano, soube a Colômbia, de privilegiada maneira, resguardar a pureza do idioma,

pa sintaxe e no vocabulário; assim como prolongou, em sua expressão genuína e legítima, a cultura de Espanha, conservando os elementos e os acentos mais autênticos e permanentes do gênio espanhol: o calor da espontaneidade, a opulencia profusa e multicolor, a intensidade telúrica, o humanismo viril, a nobre intransigência do individualismo.

(Idem)

GEOGRAFIA COLOMBIANA

FALEI de predestinação, e ela parece emergir vigorosamente até de múltiplas coincidências geográficas. Olhai no espaço a posição da Colômbia: pousada, como um condor, no teto do Continente. Dois oceanos a cercam. Serve-a o Rio imenso, deitado aos pés de seas lhanos. Ao seu território adere a ligação ístmica das Américas. Cinge-a o círculo equatorial, com a veemência do trópico. Ao penetrar seus domínios, tripartem-se os Andes, como se a própria montanha florescesse. Rios longos, sonoros ou calados, percorrem todas as dobras do chão colombiano, rios exaltados pelos cantores do Cauca e pelos bardos do Madalena, rios que dão tanto aos vossos poetas como deles recebem, rios em perene permuta com a Poesia. Aqui se "entreveram" os ares, os climas e os aspectos: o cume nevado, o páramo frigidíssimo, a suave primavera das encostas, os tépidos vales bucólicos, as vastas savanas dos altiplanos, a mata amazônica impenetrável e trágica, a tórrida extensão

úmida das terras baixas do ocidente, as imensas pradarias e planícies orientais.

Daí a afirmação de que a vossa natureza cria os vossos artistas, inspira os vossos líderes e os vossos lutadores, modela o vosso espírito. Há neles um reflexo da terra cheia de bárbara majestade, impregnada de um cheiro acre, com os relevos de uma beleza selvagem e estranha.

(Idem)

AS LETRAS E AS ARMAS

MAIS ainda a vossa crônica atesta uma singularidade, assinalada por todos os que a devassaram. Quando quase por toda a parte os primeiros são os homens de armas, os capitães de milícias, já se salientou que aqui o principal descobridor do Novo Reino de Granada, e fundador de sua capital, foi um licenciado e homem de letras, Dom Gonzalo Jiménez de Quesada. Mesmo nos períodos marciais de vossa história, no tecido das vossas agitações políticas, predominaram os homens de saber, aqueles a que se referia o impiedoso Morillo, quando bravateava ter de expurgar Nova Granada do "doutores e letrados que são sempre os promotores das rebeliões".

Aliás, os vossos estadistas e os vossos militares em geral timbraram na freqüência da religião e das letras. Assim, não serão casos isolados o exemplo ilustre de

Santander, quando fechou os livros para empunhar a espada e, depois, reembainhou a espada para dotar a República de leis; ou o de Rafael Uribe Uribe, de quem disse Valência : "... mientras que ese hombre pronunciaba la arenga, escribía el artículo y daba la batalla".

Mas, neste painel de evocações de Homens e Feitos, comove-me poder mencionar o Herói, o Libertador, o "Padre de Ia Pátria", Bolívar — o Grão-colombiano. Bolívar, o que demarca, com o Gênio político e a Espada, as lindes entre a terra dos homens e o reino dos semi-deuses da América. Déle, se é fácil comemorar com a luz das alvoradas a figura de guerreiro e construtor de Nações, impende não menos, no preito à sua vocação e ao seu destino, salientar que era "dotado de faculdade de expressão literária", de "um sensível temperamento de artista"; que foi um escritor, um conhecedor da língua, um autor das letras, ao mesmo tempo que orador fulgurante e copioso, rico de pensamentos fecundos e abrasado de ideais. E foi esse taumaturgo da ação heróica e da intuição política multiface — esse cuja grandeza solar iluminará até a última página da história da América — foi eie que, ao ter notícia do auto-sacrifício sem par de Ricaurte, teve para o inexcédível patriota e soldado a expressão que considerava a maior das consagrações: " Este suicídio pela independência e a liberdade da Pátria é digno de ser cantado por um grande poeta".

(Idem)

O PORTUGUÊS E O CASTELHANO

NUM dos capítulos, consagrado ao idioma, alude êle a palavras portuguesas de curso contemporâneo, que são outras tantas palavras espanholas arcaicas, abonando sua interessante observação com citações de clássicos castelhanos, que são deliciosos achados. A usta é longa; vale a pena referir as seguintes, de uso mais frequente: *veludo*, por "terciopelo"; *calças*, por "pantalones"; *jantar*, por "comer"; *perguntar*, por "preguntar"; *ficar*, por "quedar-se".

Por minha vez, completando a observação de Guzman Esponda, acrescentarei que há do nosso lado uma correspondência idêntica. Muitas palavras usadas correntemente em espanhol são velhas palavras portuguesas caídas em desuso. Curiosamente, algumas são as mesmas lembradas pelo escritor colombiano. Os portugueses diziam e escreviam outrora *terciopelo* e *veludo*; *pantalones* e *calças*; *preguntar* e *perguntar*; *copa* e *taça*; *quedar-se* e *ficar*; *comer*, por *jantar*.

Ainda mais, correndo os olhos por Bernardes ou Frei Luis de Sousa ou outro seiscentista lusitano, é fácil apontar, como arcaísmos nossos, as vozes castelhanas: *buque*, *pantorilha*, *santiguarse*, *harto*, *regalar* por obsequiar, *muchacho*, *mirone*, *sombreiro*, *rejas* (rejas — grades). A correlação torna-se inevitável; se, em certos aspectos, o português é um espanhol arcaico, do mesmo modo o espanhol é um antiquado português.

Vale a pena reproduzir, afinal, a esplêndida imagem com que Guzman Esponda encerra o capítulo da citada obra: "La trama apretada de esos dos idiomas. con sus raíces de tal modo entrelazados, que a veces parecen formar maravillosos encajes, es un punto de apoyo, y no de los menores, en pro de la unidad de la América Latina".

Identidade e união — eis, pois, remontando no tempo, o que deparamos, à base das nossas lindes culturais; assim como no plano geográfico essas tribos dos nossos índios amazônicos, que prolongam, livre e confusamente, dos dois lados da linha limitante, sua autóctone expressão de vida. Sôbre o temporal e o espacial dessas fronteiras, seja este, portanto, o fraterno intercâmbio e a fecunda colaboração espiritual que propugnaremos: um estreitar-se, elevado e persistente, da copa de dois troncos igualmente fortes, paralelos, subidos das mesmas raízes.

(Idem)

AS POLÍTICAS E OS REGIMES

DO ponto de vista interno, o que distingue e fundamenta as linhas da política é a substância dos regimes. As democracias são dotadas de administrações temporárias e asseguram aos cidadãos a livre escolha de seus governos, assim como os direitos de objeção e de crítica, garantindo-lhes as franquias de ordem espiritual. E' certo que, em realidade, o quadro das liberdades está cada vez mais angustiado pela translação de inúmeros direitos de natureza privada para a órbita pública, sobretudo nos campos da produção, da moeda, do crédito, do comércio e do transporte.

Os sistemas antidemocráticos, esses não concedem sequer ao indivíduo as mais elementares garantias. São regimes estritamente policiais, ainda quando não pratiquem habitualmente a violência contra as pessoas.

(De uma conferência na Escola de Estado-Maior e Comando da Aeronáutica, a 11-X-48.

O DIREITO CONSTITUCIONAL E O INTERNACIONAL

A CONFUSÃO nos espíritos profanos provém de que esses reduzem as modalidades do direito a quantidades

algébricas, com sinais diferentes. Mas a crescente complexidade da vida atual condenou todos os problemas a um labirinto de vasos comunicantes. As soluções estão de tal modo interdependentes que já não podem ser encontradas apenas na esfera do direito interno nem só na do direito das gentes. Mas participam de ambas com tamanha intensidade que é impossível reduzi-las ao domínio exclusivo de qualquer deles.

Por isso, tudo quanto se pode é opor academicamente um direito ao outro, considerando-se, na expressão já clássica, o direito constitucional como técnica da liberdade; e o direito internacional, como técnica da paz. Eu diria, talvez com maior exatidão, como técnica de convivência.

(Idem)

A QUINTA-COLUNA

JÁ que falamos da quinta-coluna, não há como regatear-lhe uma expressa menção. Se há uma face do problema que ateste a identificação das duas políticas, nenhuma excede a da quinta-coluna. E' a lança cravada insidiosamente no coração do provável adversário, é a intervenção do Estado estrangeiro nos negócios internos dos outros países, exercida por partidos nacionais, mas filiados a Governos de fora e a eles obedientes; é a confusão gerada na opinião pública. As ideologias políticas criaram um novo conceito de deveres para com a Pátria. Outrora a Pátria, quando

agredida, alcançava sempre a solidariedade de seus filhos. Ninguém indagava se ela tinha razão. O cidadão a servia como quem pratica um culto religioso. *Right or wrong, my country*. Os que faltavam a `esse dever eram traidores; seus atos de alta traição, punidos com a morte. Hoje não; a seita política eleva-se acima da Pátria. Efilto, que guiou os persas ao desfiladeiro das Termopilas, poderia santificar-se invocando a sem-razão da sua Pátria ou a sua fidelidade à doutrina política do inimigo.

(Idem)

HOMENS DO RIO GRANDE DO SUL

S ão agora exatamente dois decênios que me despedi destas bancadas. Cursei-as durante sete dos mais tumultuosos anos por que passou neste século a politica do Rio Grande. Basta rememorar as datas, situadas entre 1921 e 1928, para que ressurjam aos nossos olhos, com o colorido peculiar, os recontros eleitorais e revolucionários, de que foi então teatro a nossa terra. A luta podia ferir-se à beira das urnas ou na verde ondulação das cochilhas, mas era aqui que os partidos ajuizavam as suas reivindicações e direitos; era aqui que se escutavam, da boca dos oradores, os libelos e as defesas; este era o pretório político. O julgamento final cabia ao povo. Talvez fosse mais acertado dizer que acumulávamos os fatos e as provas para o aresto final da posteridade.

Toda a minha vida de homem público está vinculada a este recinto, que teve a fortuna de escutar, no Império, as vozes de Gaspar Martins, de Felix da Cunha e de Assis Brasil.

Líder do meu partido em dias de sobressalto coube-me suportar no posto de comando o ataque dos meus adversários, em choques bravios, nos quais a eloquência

dos oradores adquiria a agudeza das pontas de lança, do mesmo passo que as galerias estremeçiam sob os aplausos, as intervenções e os protestos. Era o fim da era romântica da nossa vida pública. Fomos sempre assim apaixonados os homens do Rio Grande, embora então como hoje, acabada a refrega, saibamos aplacar os rancores com o bálsamo da generosidade, que nem todos compreendem e muito poucos praticam. V

(De um discurso na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1948.)

A IMIGRAÇÃO

NESTES vinte anos a contextura político-social do Brasil transformou-se de alto a baixo. Se há problemas velhos, que não encontraram solução adequada ou nenhuma, outros foram criados pelos novos acontecimentos internos e externos. No fundo, o nosso drama não mudou de enredo. Somos uma nação jovem, com a mais frágil das densidades demográficas. A primeira das nossas necessidades é ainda povoar o deserto. Só assim deixaremos de ser, excetuado o litoral, um arquipélago mediterrâneo com algumas ilhas que ainda dificilmente se comunicam na permuta de uma produção cara e escassa.

O Rio Grande é justamente um exemplo frisante de quanto pode influir nos destinos coletivos a assimilação das boas correntes imigratórias. Sem os elementos forasteiros que há mais de um século aqui vieram

atraídos pelo nosso clima semi-europeu e pela fertilidade das nossas terras, não passaríamos hoje de uma vasta fazenda de criação de gado. Todos os outros problemas, e são inúmeros, estão subordinados ao lapido crescimento da população nacional, peia incorporação de novos coeficientes imigratórios, sadios, operosos e assimiláveis.

(Idem)

DOM QUIXOTE

MAS seríamos infiéis aos sentimentos¹ de angústia, que atormentam estes dias sobressaltados, se esquecêsemos que a vida e a obra do desventurado poeta contém uma profunda lição para os povos e nos ensinam o caminho da salvação contra a tirania do desespero. O seu herói é o advogado dos oprimidos, não o áulico dos opressores. A sua paixão não é o poder, mas a justiça; o seu clima espiritual é o da liberdade, e a medida do julgamento entre os homens não é a da hierarquia, mas a da igualdade.

Aconselhando ao escudeiro as regras do governo, não se esqueceu de mencionar aquela maxima, símbolo da sabedoria e do equilíbrio: "Hallen en ti más compassion las lágrimas del pobre, pero no más justicia que las informaciones del rico".

Só a loucura humanitária de D. Quixote, transformada em religião de Estado, é capaz de desarmar os fortes e desagrar os fracos. Bastaria a paixão da justiça — justiça distributiva e confutativa — para estabelecer entre os indivíduos e as nações as regras de convivência leal, assegurando a paz e abrindo caminho à solução das desigualdades do poder e da fortuna.

(De um discurso na Academia Brasileira, na comemoração de Cervantes, 1948.)

A ETERNIDADE DA ELOQUÊNCIA

A ELOQUÊNCIA tem tido sempre os seus inimigos e os seus detratores. Entretanto, jamais os povos at comoveram ou lutaram por uma causa sem o estímulo e o apoio dos oradores. Ainda na última guerra as Nações nao pelejaram apenas com as armas dos seus exércitos, mas com os discursos dos seus líderes. Quando o mundo ocidental parecia sossobrar com a derrota militar da França, quem não se recorda de ter escutado, no silêncio da noite — bela, corajosa, estoica — a mensagem de Churchill, afirmando que as Ilhas Entâricas nao se renderiam e que o seu povo continuaria a bater-se — nas praias, nos mares e nos céus — até a derrota dos inimigos da liberdade.

Não, Senhores Acadêmicos, os que anunciaram a morte da eloquência só anunciaram a morte da retórica, que é a caricatura da eloquência. O que morreu **foi** a fraseologia sem as idéias, foi a forma sem o fundo, **foi** o barro contingente das palavras sem a cima imortal dos pensamentos.

(Do discurso de recepção a Aníbal Freire, na Academia Brasileira, a 16-V-49.)

PORTUGAL E ESPANHA

POR que haveremos de corar da nossa paternidade lingüística, já que não cessamos de proclamar com orgulho as nossas origens étnicas e políticas?

A vossa — a Espanha, leal e cavalheiresca, mãe do gênio de Cervantes, com os seus guerreiros, os seus reis, os seus heróis, os seus santos, os seus pintores, os seus músicos, a sua história; a nossa — a "pequena casa lusitana" do verso camoneano, a Nação que descobriu uma grande parte do mundo, a Nação que foi forte sem ser arrogante, que teve exércitos e esquadra sem ser opressora, que governou um grande império e não foi imperialista.

A glória dos filhos não exige a negação dos pais ou a deturpação dos patronímicos. Há entre os termos — renovação e inovação — a mesma diferença que separa a legitimidade de uma origem da baslardia de uma procedência. Renovar é transformar, sob a influência do tempo e do meio, o que já existe; é acrescentar, por força da necessidade ou da conveniência. Renovar é dar uma forma nova, sem prejuízo do fundo antigo: inovar é mudar por espírito de novidade. O renovador é um evolucionista; o inovador é, às mais das vêzes, um improvisador volúvel e inconsciente.

Pode ser que daqui a séculos se processe uma tão grande diferença entre as línguas ibéricas e as do Novo Mundo, que realmente não mais se compreendam aquelas e estas, nem oralmente nem por escrito. Então, sim, estaremos em face da formação acabada de novos idiomas, tão distintos uns dos outros como o castelhano e o português o são do latim de que brotaram. Não queremos hoje nem a tacha de usurpadores de títulos alheios, nem o regresso à condição dialetal, o que seria uma *captis diminutio*.

Confessemos honestamente que somos condôminos das línguas dos nossos descobridores, dos nossos pais, dos nossos antepassados. A língua é deles, o uso é que é de todos.

E que dois belos, ricos, harmoniosos idiomas nos tocaram ! Do vosso, disse lindamente Juana de Ibarbouro, grande poeta uruguaio, que junta o talento à graça e à beleza femininas:

"De brisa suave en el llanto,
Lengua castellana mía,
Lengua de miel en el canto
De viento recio en la ofensa,
La de los gritos de guerra
Más osados y más grandes.
La que es cantar en España
Y vidalita en los Andes !
Lengua de toda mi raza,
Habla de plata y cristal
Ardente como una llama
Viva cual un manantial"

Ao nosso chamou Olavo Bilac:

"Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trono e o silvo da procela v
E o arrollo da saudade e da ternura."

(Da saudação a Araóz Alfaro, r.a Academia Brasileira, em 1-VIII-49.)

CÁRCANO EMBAIXADOR

MAS a fortuna moral e intelectual de Cárfano seria lamentavelmente desfalcada se não lhe adjudicássemos, a justo título, a sua melhor obra, aquela que não escreveu, porque foi toda ela feita de ação direta, intelectual e sentimental. Estou evidentemente falando da grande obra política realizada durante alguns anos — desgraçadamente curtos, porque, se possível, deveriam ter sido eternos na aproximação sem reservas entre a Argentina e o Brasil. Não há como negar que, antes de Cárfano, outros argentinos e outros brasileiros ilustres se tenham consagrado a alimentar a chama dessa amizade e dessa confiança necessárias entre os dois países.

Bastaria recordar simbolicamente as figuras de Mitre e Campos Salles, antecedendo e sucedendo a Saenz Peña na concretização do lema "Tudo nos une, nada nos separa". Mas Cárfano foi a revelação surpreendente de um diplomata de estilo novo. Conquistou o Rio de Janeiro de ponta a ponta, com um tato, uma inteligência, um *savoir faire* que de imediato deslumbraram as

elites e o povo. Tudo nele denotava o gentil-homem, mas um gentil-homem que, sendo constitucionalmente um homem de pensamento, conseguia ser também igual ao homem da rua, tanto nos torneios discutindo os temas mais profundos, como saboreando um churrasco no pavilhão argentino da Feira de Amostras, no meio de todo o mundo. Sabia falar e escutar ao mesmo tempo. Na Embaixada reunia a gregos e troianos, tratados no mesmo pé de igualdade. Por tudo se interessava como investigador curioso. Não há dúvida que, na diplomacia, cuidar da aproximação entre o seu país e a nação junto de cujo Governo está acreditado constitui, para o Chefe de Missão, um trabalho de quase rotina. É uma coisa elementar como a água da torneira; abre-se a torneira e a água corre. O que deu à Missão de Cárcano um realce inolvidável foi que não só ele a praticou sinceramente senão que imprimiu às suas diretrizes um cunho de elegância desconhecida. O substantivo era velho, o que era novo era o adjetivo pessoal, personalíssimo, absolutamente inimitável.

É certo que, para o êxito de sua incansável atividade, Cárcano teve, antes de tudo, a convergência simpática dos Presidentes Justo e Vargas. Mas, sem Cárcano, sem a sua fascinação permanente, sem o seu espírito de adivinhar e remover dificuldades, seguramente a empresa ou perderia em celeridade ou não se faria com tamanha naturalidade nem tanto brilho.

É forçoso notar que, mesmo jogando com tantas "honras", como se diz no bridge, Cárcano encontrava de vez em quando tropeços visíveis e invisíveis, resquícios de antigas diferenças que só o tempo consegue

extinguir e sepultar. Vi-o, por exemplo, no caso do arrendamento dos "destroyers" norte-americanos. A interferência da Chancelaria argentina, inesperada e diretamente, ameaçou pôr em risco toda a laboriosa construção dos Governos. O Brasil, na réplica, foi preciso, categórico, tanto na nota do Itamarati quanto na exposição de Vargas. Ambos os documentos alcançaram a solidariedade de todas as correntes políticas, na época profundamente divididas, mas solidária no apoio ao ato oficial do nosso Governo. À tarde a Câmara dos Deputados agitou-se como nos grandes dias. Eu mesmo fui obrigado a falar e, embora professasse um pleno aplauso à atitude brasileira, fiz questão de ressaltar a nossa amizade pela nação argentina. Pensei naquela hora em Cárcano, quando se encrespavam as primeiras ondas de descontentamento. Mas foi exatamente aquela a sua grande hora: servindo rigorosamente os interesses da sua Pátria, que êle sabia conservar-se acima da insólita reserva diplomática, o grande Embaixador reuniu os jornalistas e lhes deu uma entrevista tão completa, tão expressiva, tão hábil que não só a sua autoridade saiu engrandecida do incidente, como as águas — um momento separadas e agressivas — voltaram a juntar-se no estuário da mesma concórdia.

Em Cárcano nunca pude distinguir bem onde acabava o cético sorridente e amável, o espírito anatoleano, e onde começavam os territórios da sua alma impregnada de misticismo. Talvez que o primeiro fosse a armadura atrás da qual se ocultava o seu pendor pelo sobrenatural. Tendo enviuvado cedo, conservava, intenso e no recanto da sua intimidade, o culto de afeto

pela esposa. Todos os anos, no dia de sua morte, mandava rezar missa, não convidando ninguém. Numa dessas ocasiões, Rodrigo Otávio o surpreendeu, de pé, em plena nave da Candelária, com os olhos no céu, isolado do mundo e entregue à saudade dos dias felizes, enquanto o altar cintilava sob a trêmula claridade dos cirios e toda a igreja ressoava as notas graves do órgão e rescendia o perfume do incenso e das flores. Cárcano era a imagem viva do sonho danunziano, quando desejava escrever apenas um livro e dele tirar um só exemplar para dedicá-lo a uma única mulher.

Uma noite, já no fim de sua permanência no Brasil, Cárcano reuniu na Embaixada, para um jantar íntimo, o Presidente da República e sua família. Depois do café conversavam ambos na varanda do palácio de Botafogo, quando, rasgándose o frouxel das nuvens de chuva que escondiam o céu, a imagem do Redentor apareceu em plena beleza das luzes, como se reproduzisse o milagre da Ascensão. Vargas disse a Cárcano : — "Dá vontade de rezar. O Senhor a contempla sempre, Embaixador?"

"Sim —olveu Cárcano — todas as manhãs apenas abro a janela do meu quarto de dormir e logo elevo a Ele a minha prece pedindo-lhe ns suas graças."

"E que Lhe pede?" inquiriu o Presidente.

O Embaixador satisfez-lhe a curiosidade com esta resposta digna de um diplomata dos tempos em que se uniam, ao serviço da política internacional, o Espírito e a Cortesia: "Señor Omnipotente ! Tú que gobiernas el cielo, las montañas y los mares, los astros y los hombres,

Te suplico, Señor, que no Te acuerdes de mi para nada, mientras me conserves en esta tierra bendecida de Brasil !"

Cárcano não voltou ao Brasil, mas a sua memória nos pertence. Nas horas difíceis que o imprevisto puser no caminho dos nossos dois países, estou certo de que lá estarão a sua inspiração de paz, os bons ofícios da sua grande alma, a arbitragem permanente das palavras que deixou, do seu apego às regras da boa vizinhança, dos atos que praticou peia fraternidade argentino-brasileira.

Entre as nossas Repúblicas, o que se perdeu no esquecimento foram os nossos passageiros dossídios; o que se gravou no bronze da história foram os nossos testemunhos de amizade e de confiança, no passado e no presente, acima dos homens e dos regimes, porque era afeição natural de povos, não artifícios de governos.

(Idem)

A ACADEMIA E A POLITICA

QUANDO, há perto de meio século, a Academia Francesa recebeu Alexandre Ribot para suceder ao Duque d'Audiffret-Pasquier, o recém-chegado não se eximiu a reconhecer, logo no começo do discurso, que a velha Casa de Richelieu "est volontiers indulgente pour les hommes politiques".

Da nossa não sei se eu poderia dizer o mesmo, embora ela haja acolhido desde a fundação os políticos da época que manifestaram virtuosidades literárias, e tenha colocado na galeria dos patronos muitas das mais célebres figuras de parlamentares e estadistas do Império.

A Academia, por definição, proscreeve a política do número de seus objetivos e não adota, como não poderia adotar, nenhuma atitude partidária no choque das correntes de opinião cívica, nem qualquer atitude sectária no conflito ou no dissídio dos credos religiosos.

Mas a sua neutralidade em frente de ambas — a Política e a Religião — não significa indiferença, em tanto quanto uma ou outra não se desviem do respeito à liberdade do espírito, condição para que instituições

como a nossa se possam consagrar ao desempenho de sua missão.

Falando da política, eu deveria repelir hoje — quatorze anos volvidos sôbre a data inolvidável da minha recepção — que a Academia não conseguiria nem desejaria ocultar o seu aplauso a quantos se batem por aquele conjunto de princípios de governo contrários à demolição dos estilos em que se funda a nossa maneira de viver.

Isso não importa em preferir um líder a outro, nem em incorporar-se coletivamente a qualquer das facções em luta pelo poder, dentro das regras do jogo democrático. Importa porém — e é justo que importe — em situar a Academia no campo das forças espirituais hostis à onda do materialismo vermelho, que começa a altear-se no oriente da Europa e da Ásia, com o fim de submergir, pela destruição ou o cativeiro, as supremas prerrogativas da pessoa humana, aniquilada juntamente com a Pátria e a Religião.

Onde quer, assim, que um homem ou uma coletividade peajem para impedir o triunfo daquelas fúrias da nova mitologia, aí estará a seu lado a Academia, com todas as inspirações de Ariel, naquela zona clara do mundo livre que não quer ser absorvida pela escuridão do mundo escravo.

(Trecho de discurso na Academia Brasileira, em 1951.)

19
IX

DJACIR MENEZES

A FORMAÇÃO
PROFISSIONAL
DO ADVOGADO

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

- Advogado
Formação profissional



OS CADERNOS DE CULTURA

DJ AC IR MENEZES

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ADVOGADO



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

"Die Rechtsentwicklung als die Entwicklung der Gesellschaft, in der das Recht herrscht". — Th. Sternberg.

1- O ensino jurídico e o meio social

A celebração do aniversário dos cursos jurídicos teve em 1950, um toque mais vivo: o centenário do nascimento de Rui BARBOSA. Era natural, pois, que daí em diante aumentasse nossa atenção para os problemas do ensino do Direito. Em homenagem a Rui, as Faculdades anteciparam as cerimônias de colação de grau e por toda essa "pobre Beócia constitucionalizada", que êle tanto se esforçou para trazer ao culto da legalidade democrática, houve festivo alvoroço: e romarias acorreram à Bahia, a "heroína dos seios titânicos", em consagração comovida ao maior de seus filhos. E por um instante, dentro das misérias do presente, murmurou-se docemente um *sursum corda* cheio de recordações da pregação do apóstolo. De novo, debruçamo-nos sobre as páginas onde a palavra do jurista, eletrizada de indignação, siderava os maus costumes políticos, repudiando o conchavismo temeroso da batalha campal das urnas, as medidas destruidoras das garantias jurídicas dos cidadãos, os tribunais de exceção instituídos sob fogachos da paixão política. E como no tempo de nossa mocidade acadêmica, que se bacharelou no ano da revolução de 30, escutamos outra vez as clarinadas daquele liberalismo embebido

nas convicções iniciais do século XX, e ameaçando ainda os vendilhões do mesmo templo, acusados do mesmo tráfico, nas mesmas lajes sagradas. . .

Mas deixemos o templo e seus inquilinos habituais.

Felizmente, alguns espíritos de escol continuam meditando sôbre a organização do ensino jurídico. Este, em curto período, tem padecido uma série de reformas realizadas com a pressa de quem vai acudir a necessidades urgentes. Não cremos que o problema se tenha tornado tão absorvente que as frentes meditabundas dos responsáveis se inclinem, vincadas de preocupações, à cata das lacunas da nossa vida universitária. Mas, de qualquer forma, sempre alguns espíritos mais preocupados dedicaram atenção ao assunto. o que deverá produzir resultados benéficos.

Está neste caso o trabalho que o Professor JOSÉ MARTINS RODRIGUES, catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, leu no Conselho Nacional de Educação e publicou na revista daquele instituto superior, sôbre o "Ensino jurídico no Brasil" (1).

Recentemente, no Congresso, um dos seus mais vivos e ilustrados espíritos, Professor ALIOMAR BALEEIRO, retomou galhardamente o problema, apresentando um anteprojeto que tende a valorização profissional dos cursos.

Nestas considerações, pretendemos analisar mais demoradamente o que disse o Dr. MARTINS RODRIGUES,

(1) JOSÉ MARTINS RODRIGUES, "O ensino jurídico no Brasil", conferência pronunciada no Conselho Nacional de Educação, in *Revista da Faculdade de Direito do Ceará*, 5 de novembro de 1949.

que, nas linhas mestras, não afina pelo diapasão do grande parlamentar baiano, em mais consonância com nosso pensamento.

O conferencista, que é um dos nomes de competência e relevo no luzido corpo congregado da Faculdade cearense, revela sua capacidade e experiência no modo como analisou as falhas do curso de bacharel em direito. Desde que se trata de exame bem urdido e objetivo, tentaremos formular nossas modestas objeções com o intuito único de contribuir para maior debate da questão e, conseqüentemente, seu mais completo esclarecimento.

Divergimos, porém, do ponto fundamental de seu ensaio; parece que olvidou razões sérias, como buscaremos, "*brevitatis causa*", expor aqui. Se o assunto lograsse despertar mais interesse entre os doutos, mais largas reflexões e críticas poderiam melhor esclarecer os responsáveis pela educação nacional. Questões de tamanha importância não podem correr em silêncio, na paz dos gabinetes, quando o dever de esforçar-se por uma solução feliz cabe a todos os que desempenham funções docentes nas escolas superiores.

As Faculdades de Direito não são apenas "fábricas de charlatanismo, demagogia, ociosidade e presunção titulada", como acusava JUAN BAPTISTA ALBERDI, há mais de cem anos (2). Suas relações com o meio

(2) JUAN BAPTISTA ALEERDT, *Bases y Puntos de partida para la organización de la Republica Argentina*, Buenos Aires, . 1923, p. 77.

social e político são múltiplas e muito mais estreitas que as outras unidades universitárias. Em virtude das próprias matérias que ali se estudam, os órgãos de ensino jurídico têm sempre, através de todas as vicissitudes, espelhado as fases diversas da sociedade ocidental, — fato de conhecimento corriqueiro. Quem quer que passe os olhos pelos currículos acadêmicos surpreende tais vinculações com o meio social, — desde os programas do direito canônico e do direito natural, misto de filosofia, teológica e especulação jurídica talhados no figurino escolástico, e que TOBIAS BARRETO tão vigorosamente impugnou na segunda metade do século XIX. (3) — até o direito romano, estratificação do direito quiritário, que forneceu 03 instrumentos ideológicos mais acabados para o disciplinamento das relações civis através dos tempos. Posteriormente, & codificação napoleônica rasgou o caminho aos legisladores de outras nações onde se verificavam as mesmas transformações das estruturas sociais.

2. *"I meri legisti sono puri assini"*

A atribuição constitucional para estabelecer as normas gerais do ensino superior, que lhe dêem configuração orgânica de *sistema*, é ponto que se nos afigura muito importante. A legislação de caráter supletivo, que a Constituição de 46 reconheceu aos Estados (artigo 171). abre margem a certa flexibilidade de organização local, mas não lhe furta a unidade de co-

(3) TOBIAS BARRETO. *Questões Vigentes*, obras completas, vol. 1. Sergipe, ps. 125, segs.

ordenação traçada nas regras programáticas dos artigos 170 e 174. A autoridade ministerial afirmou a "necessidade de descer a minúcias sôbre condições de reconhecimento das escolas, sôbre o processo de escolha dos professores, sôbre organização dos currículos, sôbre o regime das aulas e provas, assegurando, em todas essas matérias, uma vigilância, por parte do Ministério da Educação, que impossibilite seja a autonomia usada no sentido pernicioso em vez de sê-lo para a mais perfeita realização dos interesses nacionais em matéria de cultura" (4).

Essa minudente interferência, praticamente, talvez destrua a autonomia constitucional assegurada, desajustándole do regime de descentralização, em cujas vias se pretende encaminhar ao país. Poderá haver uma "inspeção vigilante", nos têrmos de Rui sem que desça o centro fiscalizador ao contrôle metuculoso de aulas, horários e provas. Se a moralidade minguou a tal grau, o país está irremediavelmente perdido. Os efeitos dessa desconfiança na moralidade dos institutos de ensino são também nocivos. Tal policiamento das atividades docentes aniquila os benefícios morais de qualquer sistema educativo. A ação fiscalizadora deverá exercer-se em plano mais elevado, onde assentem as bases da unidade cultural e política da nação.

Mas retomemos o fio da discordância entre nosso pensamento e o do Professor MARTINS RODRIGUES.

(4) Citação do Professor MARTINS RODRIGUES.

A idéia permanente, que lhe orienta as reflexões. é esta: os cursos jurídicos são excessivamente teóricos e não preparam advogados hábeis, militantes sagazes do fóro; no dia em que deixa os bancos acadêmicos, o noviço não sabe requerer um mandado de segurança ou uma ação de despejo.

"Todavia, é possível fazer-se, e deve-se fazer alguma coisa para desteorizar um pouco o ensino jurídico e afeiçoá-lo, sem desnaturamento, prejuízo ou desprezo das suas finalidades culturais, ao objetivo da formação profissional de advogados e juizes", discorre o autor.

Com as medidas propostas, aquelas finalidades culturais desaparecerão, conforme pretendemos demonstrar.

Se a teoria, que lavra nos cursos jurídicos, é exata, se é bem a expressão abstrata da atividade dos órgãos que realizam o direito, como estruturas do Estado, então não haverá necessidade de "desteriozações": a assimilação de tais teorias ajudarão a formar idéia mais clara do papel e da atividade que irá exercitar o futuro causídico ou magistrado. Estes mover-se-ão sempre dentro das relações sociais muito complexas — e é muito mais difícil aprender, teoricamente, o significado social e político e jurídico dessas relações do que treinar na prática forense. A própria riqueza que emana dos casos vencidos, nos julgados dos tribunais e juízos, nos processos encerrados, de que fala o ilustrado professor, não aparecerá na sua plenitude, como expressão viva da dinâmica do direito, se os olhos que os contemplam não tiverem preliminarmente prescrutado outras paisagens intelectuais, que

só a teoria lhes descortina- O caso, praticamente examinado, será inexpressivo e seco- Éle só toma sentido e seiva social se posto em conexão com a vida, pela interpretação teórica. E essa conexão só se far mediante a propedêutica metodológica indispensável, que Le apoia em ciências sociais, co-irmãs da Ciência do Direito.

Eis por que não compreendemos se restrinjam os horizontes intelectuais do magistrado.

Ante êle levantam-se as questões mais fascinantes de lógica jurídica, de história social, de interpretação psicológica, econômica, política, moral. Não lhe bastaria o conhecimento objetivo do sistema de imperativos socialmente organizados, que asseguram o equilíbrio dos interesses coletivos, porque, ao aprofundar esse conhecimento, entra em contato com todas as ciências do homem e da sociedade. Ali está a matéria a ser regulada pelo ordenamento jurídico. É explicável que, antes do progresso das ciências antropológicas e sociológicas, ainda embrulhado nas chamadas "ciências políticas e morais", sob que se ocultavam os velhos preconceitos, o Direito, considerado inscrito nas almas e fluindo de fontes metafísicas, se cristalizasse' em textos sagrados. Tinha então intérpretes carismáticos que privavam com divindades (MOISÉS, MAOMÉ, NUMA POMPÍLIO) — e recebiam sugestões (5).

(5) DJACIR MENEZES, *Introdução à Ciência do Direito*, Livraria do Globo. Porto Alegre. 1938, 2.ª edição, ps. 17, segs. Th-Sternberg. *Einührung in die Rechtswissenschaft*, vol. 1. ps. 13-30. Berlin und Leipzig, 1927.

Entretanto, já pelas alturas do século XVII, dizia-se que não era possível saber somente direito: "i meri legisti sono puri assini" (6).

3. *As ciências sociais e o curso jurídico*

"Primeiramente, lembramos que o curso jurídico para a formação do bacharel em direito — escreve o Professor MARTINS RODRIGUES — lucraria em eficiência se fôsse reduzido de certas disciplinas que o complicam e estendem desnecessariamente, e que, portanto, podem ser dispensados, cumulando-se, ao mesmo tempo, o estudo de algumas delas com o de outras, a que se ligam mais de perto. Estão no caso de ser suprimidas, ao que nos parece, a "Introdução à ciência do Direito" e a "Teoria Geral do Estado" que figuram na primeira série, bem assim o "Direito Internacional Privado", localizado na quinta".

A criação da cadeira de "Introdução à Ciência do Direito" (decreto de n.º 19.890, de 18 de abril de 1931) não resultou de um *fiat* súbito, em manhã de inspiração ministerial, como tantas outras medidas desse país tão candidamente legislativo. Para não remontar muito atrás, já em 1906. o Sr. JUVENAL LAMARTINE sugeria a instituição de uma cadeira de "Enciclopédia jurídica", no primeiro ano, com a finalidade de ministrar as noções e princípios fundamentais

(6) GEREIS-WENGER, *Rechts-Enzyklopaedie und Methodologie als Einleitung in die Rechtswissenschaft*, 5 Aufl. Verlag von Emil Roth, 1920, p. 228.

da ciência jurídica (7). Outrora, esse papel introdutório era exercido pela cadeira de "Direito Natural", que fraternizava bem com os propósitos eclesiásticos da cadeira de "Direito Canônico".

Indagava Rui, em 1877, no famoso parecer sôbre o ensino secundário e superior :

"Que motivo peculiar ao Brasil existe então, para que não possamos, sem o inconveniente que alguns verão nesta reforma, eliminar do curso de direito os cânones da Igreja ? para que hajamos de respeitar o estudo da jurisprudência eclesiástica como elemento especial ao curso de direito" ?

Depois de aconselhar a abolição desses resíduos obsoletos no ensino, dizia vigorosamente:

"O substitutivo também não aceita a cadeira de Direito Natural.

"Em vez dela, propõe a de Sociologia.

"O pensamento da comissão, em todo o seu trabalho, está em substituir a ideologia, isto é, o culto da abstração, da frase, da hipótese, pelos resultado.'. da investigação experimental do método científico" (8).

Criticava ainda o sistema silogístico de especulação abstrata, que extrai noções de deveres e direitos sociais, de "puros entes da razão", e apontava a fonte

(7) CLÓVIS BEVILÁQUA, *Teoria Geral do Direito Civil*, 2.^a edição. Livraria Francisco Alves, Rio, 1929, p. 11.

(8) Rui BARBOSA, *Reforma do Ensino Secundário e Superior*, obras completas. Ministério de Educação e Saúde, Rio 1942, p. 105.

de onde procedem os elementos explicativos e interpretativos: "dos dados científicos e mesológicos, das influências do tempo e da seleção, dessas leis que só o método histórico, severamente empregado, será capaz de firmar".

Firmadas essas premissas, Rui concluía :

"Eis a base da sociologia; enquanto o direito natural se procura firmar em uma *natureza*, que a história não descobre em época nenhuma, em nenhum ajuntamento de criaturas pensantes.

"Ao direito natural, pois que é a metafísica, antepomos a sociologia, ainda não rigorosamente científica, é certo, em seus resultados, mas científica nos seus processos, nos seus intuitos, na sua influência sôbre o desenvolvimento da inteligência humana e a orientação dos estudos superiores" (9).

Quando, pois, CLÓVIS BEVILÁQUA, na 2.^a edição da admirável "Teoria Geral do Direito Civil", acolheu a seriação que incluía a sociologia, proposta na congregação da Faculdade de Direito de Recife, pelo Professor JOAQUIM PIMENTA, declarando-a "mais conforme o desenvolvimento lógico das idéias" — já tínhamos quase uma tradição reclamando a mais jovem das ciências sociais para o curso jurídico.

"De antemão, escrevia então o Professor PIMENTA, "prevejo que só o pronunciar a palavra *sociologia* possa suscitar o mesmo espírito de hostilidade ou céptico desdém com que, em tempos idos, eram acolhidos o

(9) *Idem, ibidem*, p. 106.

monismo de HAECKEL, O positivismo de COMTE e o evolucionismo de SPENCER, cada qual com sua respectiva bagagem de concepções novas ou desconhecidas nos nossos meios escolares".

Adiante citava uma conclusão de SALEILLES, sustentando a necessidade de dar ao magistrado a garantia objetiva dos estudos sociológicos:

"A sociologia, depois de ter servido de exploração científica as origens históricas do direito, tornar-se-á o fator principal de interpretação da lei" (10).

Que dizer, então, da sociologia moderna, já opulenta nos seus resultados e métodos de pesquisa, e tão diversa das concepções spencerianas e comteanas? Da sociologia que não é mais aquela enciclopédia de ciências sociais, acervo de *disfecta membra* de que falava erradamente um crítico, mas uma das ciências sociais cujo campo de pesquisas está delimitado de modo específico e inconfundível?" (11)

Os processos sociais de convivência, que continuam processos *naturais*, mas que a eles se reduzem, exigem a metodologia objetiva das outras ciências baseadas na experiência humana — e foi nesse ponto que o antigo espírito jurídico, excessivamente nutrido de

(10) JOAQUIM PIMENTA, "Parecer apresentado à Congregação da Faculdade de Direito do Recife sobre a reorganização dos cursos jurídicos no Brasil", in *Sociologia e Direito*, Recife, 1928, p. 271.

(11) DJACIR MENEZES, "A propósito do plano de reforma dos cursos de Ciências Sociais", ps. 148, segs. in *Cultura Política*, Rio, 1943, JERZY SBROZEK, "Reflexões sobre uma reforma do ensino superior de ciências sociais", Imprensa Nacional, Rio, 1943.

deontologias e exegeses, imbuídas de metafísica, sofreu o ataque frontal. Diante desse ataque, recuou, negaceou e refluiu às "fontes eternas", para vir a florescer de novo, animado do mesmo subjetivismo obsoleto, na safra de novos "ismos". Cavilosamente se voltou a falar na "ressurreição" metafísica, que se espalhou pelo direito e pelas ciências sociais — mais refinada, mais sutil, mais fluídica. Porque tais "ismos", que medram à custa de HEIDEGGER, de HUSSERL, de WINDELBAND, de BERGSON, de KIERKEGAARD, de SARTRE, de outros muitos, são produtos engendrados por uma mentalidade social que hostiliza o espírito científico e açula os misticismos mais retrógrados.

4 *Os processos jurídicos e a vida*

Lembrada por Rui BARBOSA, apoiada por BEVILÁQUA na formulação que lhe deu JOAQUIM PIMENTA, e algumas vezes, sugerida por outros, — veio a sociologia a aparecer, em 1925, com a reforma ROCHA VAZ, na 6.^a série facultativa dos cursos secundários; depois, sobre vindo a reforma CAMPOS, em 1931 (12), a Sociologia é colocada na segunda parte do curso secundário, ao lado da Economia política e da Estatística, formando, no curso complementar, "o terreno necessário à aproximação dos homens cujos rumos profissionais tendem a se distanciar".

Mas cedo se anuncia o retrocesso. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, em 1942, abole sumariamente aquelas matérias do currículo, sob motivos frívolos. A

(12) Lei n.º 19.890, de 18 de abril, 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

propósito dessa supressão, escrevia, em tese de conciato à livre docência, o Professor COSTA PINTO :

"Essa verificação, porém, torna-se ainda mais evidente e expressiva quando observamos a constância e coerência da legislação contra a extensão do espírito de análise científica dos fenômenos da natureza física aos fenômenos de organização social*" (13).

Não discutamos agora o cancelamento daquelas disciplinas do currículo secundário- Parece-nos, entretanto, injustificável suprimir cadeira que tem mais larga base sociológica, no curso de direito, quando seria necessário ainda a sociologia, segundo depoimentos de mestres acatados. Mutilando-se desse modo os cursos jurídicos, deixa-se o bacharel apenas às voltas com a legislação, enredando-se, empiricamente no cipoal das leis, na prática forense, nivelado aos leguleios. Retira-se-lhe toda visão teórica que o habilita a compreender, em sistematização mais científica, a posição do direito no conjunto das relações sociais.

Daí resultaria o fortalecimento desse espírito casuístico, propenso à chicana, nutrido de formalismo, incapaz de atinar, por entre a memorização de preceitos e regras, com o que vem a ser a Ciência do Direito. Escreve o Professor FRANCISCO CAMPOS:

Tara manter o sistema legal em consonância com os demais sistemas de vida coletiva, há várias

(13) COSTA PINTO, "O ensino da sociologia na escola Secundaria", tese de concurso à docência livre da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Rio, 1947 (mimiografada) .

medidas indispensáveis- Em primeiro lugar, a reforma do ensino jurídico, dando maior envergadura a outras finalidades ao estudo do direito, transportando-o ao plano da memorização e dos dogmas para o da investigação e da crítica, para o que seria imprescindível estender o campo dos estudos jurídicos a outros domínios de fatos, particularmente os de ordem econômica, a fim de inculcar desde cedo no espírito do jurista a noção do serviço social do direito, isto é, das suas íntimas e imediatas relações com as demais ocupações ou técnicas do trabalho humano, cujos processos e finalidades o jurista não pode deixar de compreender" (14).

Não há dúvida de que à cadeira de "Introdução à Ciência do Direito" incumbe dar, até certo ponto, uma direção intelectual aos novinhos do curso jurídico. Rigorosamente, dever-se-ia denominar "Sociologia jurídica": condiria melhor com o objetivo da disciplina. Para isso, basta que recordemos as palavras da exposição de motivos do decreto que criou a cadeira, em 1931:

"A Filosofia do Direito" foi substituída pela "Introdução à Ciência do Direito", colocada no primeiro ano como indispensável propedêutica ao ensino dos diversos ramos do direito, como na medicina a propedêutica médica precede as cadeiras de clínica, fornecendo as noções básicas e gerais indispensáveis

(14) FRANCISCO CAMPOS, *O Estado Nacional*, Liv. José Olímpio, Rio, 1941, p. 205.

a compreensão dos sistemas jurídicos, de que ela analisa e decompõe as categorias fundamentais" (15).

Não se trata portanto, de alinhar temas de filosofia jurídica e pontos fundamentais de outras disciplinas do curso, na contrafação de uma unidade doutrinária que justificasse sua autonomia curricular. Pela sua própria natureza, essa disciplina exige o curso de filosofia e de história, bem como de outras ciências antropológicas e sociais. Só ela pretende mostrar a significação do direito, o seu desenvolvimento no seio das sociedades humanas, o processo de integração desses sistemas de regras socialmente coercitivas, que a reflexão racionalizou e tornou lógicos, na arquitetura dos códigos- Para isso, recorrerá inevitavelmente a ciências extra jurídicas. As formas de convivência humana, que variam no tempo, são objetivamente observadas e estudadas no curso do processo histórico, onde se definem os sistemas de coerção social Frustrando-se essa interpretação, tira-se a visão científica do direito. Que função pode desempenhar um magistrado cujo horizonte intelectual se confina à prática forense, num curso que sempre se manteve ao rés do conhecimento empírico do direito positivo ?

Isso, quanto à parte geral da cadeira. Na parte especial, antolham-se outras objeções. O estudo do aparelhamento conceitual do direito é imenso e delicado, regido apenas por processos especiais. A elabo-

'15) "Exposição de motivos" do Decreto n.º 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

ilação das categorias jurídicas, da linguagem e da técnica, não pode ser abordada em toda sua plenitude no estudo das cadeiras de direito privado ou público, porque se trata de matéria propedêutica. Nelas não se podem situar problemas relativos a distinção entre a *lei natural* — indicativa e descritiva, e a *norma*, imperativa e prescritiva; ou a classificação, num código, das regras — de *ius cogens*, de *ius dispositivum*, de *ius interpretativum*; o discrimine, na constituição, das regras programáticas, das regras *self-executing*, das regras *self-acting*; ou a maneira como, logicamente, se tecem as "normas jurídicas"; ou ainda o papel que desempenha a "redução dos elementos substanciais das regras jurídicas", preparando ou precisando o quadro das categorias que exprimem as realidades sociais, atribuindo-lhes eficácia jurídica. . . E como se opera a abstração — conduzindo à linguagem específica do direito, verificável nos processos de *definição*, de *personificação*, de *presunção* e de *analogia* — técnicas de formalização para exprimir e disciplinar a fluidez dos casos que a vida associativa oferece. Como poderia o juiz, *viva vox juris* entre a norma e a vida, traduzir, no dizer de FERRARA, "o comando abstrato da lei em comando concreto entre as partes na sentença" sem uma sólida formação doutrinária, científica e filosófica ?

"No julgar, o juiz utiliza e deve utilizar conhecimentos extrajurídicos, que formam os elementos e pressupostos do raciocínio. Verdades naturais ou matemáticas, princípios psicológicos, regras do comércio e

da vida social formam u'a massa inexaurível de noções de saber humano, das quais se serve cotidianamente o juiz no desenvolvimento de sua atividade" (16).

Nesse objetivo de *regrar*, de dar normas ao comportamento, elaboraram-se, em longo processo histórico de estratificação lógica, as ficções e meios técnicos essencialmente jurídicos — o direito objetivo, suas relações com a *lex lerenda*, o processo de subjetivização, o de integração (indicada por ZITELMANN, na atividade psicológico-hermenêutica de vincular o *JUS conditura ao his condendum*) — formas de "concentrar", graças aos recursos conceituais e lógicos, o que a vida mostra na sua maleabilidade espontânea, e que precisa ser representado nos símbolos da linguagem. em *precepta iuris* e princípios gerais, para fins de técnica legislativa, objetivando o controle das energias sociais. Bem sabemos que o estudante irá encontrar, nos ramo-; do direito público e do privado, estudando as diversas cadeiras do curso, aspectos parciais das questões referidas. Não é, porém, isso que se deve fazer na cadeira de "Introdução à Ciência do Direito", onde dominam a perspectiva sociológica e o espírito filosófico- permitindo-lhe compreensão do desenvolvimento histórico das relações humanas, de onde emergem aqueles problemas. É como se estivesse colocado

- (16) FRANCESCO FERRARA, *Trattato di Diritto Civile Italiano*, vol. 1, Athenaeum, Roma, 1931, p. 248. — FRANÇOIS GENY, *Science et Technique en Droit privé positif*, Recueil Sirey, Paris, 1921, vol. III, p. 269.

por fora do ordenamento coercitivo, observando-o como um dos aspectos do processo histórico de ajustamento das classes sociais, que constitui o movimento das sociedades humanas. Os sistemas legais são "momentos" normativos, representam formas estáticas do equilíbrio, quadros *figés*. Entre esses quadros imobilizados de regras e o conjunto vivo das relações humanas se insinua o trabalho do juiz e do advogado, na dinâmica do direito.

Somente nesta cadeira há oportunidade para < estudo mais minudente que facultará a distinção entre o "direito-ordenamento" e o "direito-conhecimento" — isto é, entre o direito positivo, corpo de normas variadas, e a ciência jurídica, cujo objetivo é o estudo da sistemática socialmente elaborada e coercitivamente imposta pelo poder constituído. Seu método é sociológico e jurídico ao mesmo tempo.

Sobre a necessidade didática da iniciação jurídica, escrevia, ainda em 1841, o medíocre VICTOR COUSIN :

"Há muito tempo os bons espíritos reclamam um curso preliminar que tivesse por objeto orientar, de algum modo, os jovens estudantes no labirinto da jurisprudência, que desse uma vista geral de todas as partes da ciência jurídica, assinalasse o objeto distinto e especial de cada uma delas e ao mesmo tempo sua dependência recíproca e o laço interno que as une: um curso que estabelecesse o método geral a seguir no curso de direito, com as modificações peculiares reclamadas por cada ramo; um curso, enfim, que fizesse

conhecer as obras mais importantes que assinalaram os progressos da ciência" (17).

Entre nós, CLÓVIS BEVILÁQUA, comentando a publicação feita em 1904, da "Propedêutica jurídica", de ARTUR ORLANDO, notava :

"Entretanto, ficou bem assentado, entre os próceres da sociologia, que o *direito deve ser estudado cientificamente, sob os auspícios daquela disciplina (geral, e que a documentação jurídica é das mais preciosas para a inteligência das leis sociais*".

Em seguida, expunha como, graças ao auxílio da história, do direito comparado, da sociologia, os horizontes se alargam evolutivamente, atraindo, dessarte, "os que procuram no direito alguma coisa mais do que ambiciona a prática do foro, *quam usus forensis desiderai*" (18).

5- Os "profissionais" e o desenvolvimento econômico

Nesse passo, estamos de acordo: o estudo da teoria geral do Estado deve ser feito dentro do direito constitucional, à guisa do que prescrevia o currículo tradicional. Mas eis que se levanta outro desacordo : consideramos frágeis as razões apresentadas para inclusão da economia política "cerno parte preliminar

(17) Palavras transcritas por C. A. PELLAT no prefácio à edição francesa da obra de N. FALK, *Cours Rintroduction générale à l'étude du Droit ou Encyclopédie Juridique*, GUSTAVE THOREL, Libraire, Paris, 1848, p. VI.

(18) CLÓVIS BEVILÁQUA, *Estudos Jurídicos*, Livraria Francisco Alves, Rio, 1916. ps. 137, segs.

e introdutória à ciência das finanças, ou direito financeiro, constituindo as duas uma só disciplina do currículo".

O conferencista reconhece, com ilustração e perspicácia, "o crescente valor e importância de tal estudo, num mundo onde predominam cada vez mais os problemas de ordem econômica, aflito pelas questões que o assoberbam". Entretanto, em meio às aflições econômicas, que atormentam as populações do mundo, o "profissional" deve, na sua opinião, insular-se na legislação. E que lhe compete fazer? Deve tratar de questões trabalhistas, patrocinar causas de dissídio coletivo, ende se julga muitas vezes extra juridicamente, afastando-se da processualística clássica (19), deve discutir e arrazoar sobre sindicatos, categorias profissionais, *pickting*, *boycott*, penetrar em cheio no mundo dos litígios sociais de classes, de profissões, que se canalizam dentro nos quadros legais ou que deles extra vazam nos instantes de ruptura da ordem, em soluções extralegais, — deve fazer tudo isso apenas com o que aprendeu na cadeira de direito do trabalho, sem mais qualquer base? sem conhecer as raízes dos conflitos e lutas, fechadinho no círculo de peru de uni profissionalismo que lhe roubou todos os horizontes de formação doutrinária e científica? Por que lhe negar assim os meios intelectuais, no curso jurídico, de aprofundar sua consciência social e moral, e, conseqüentemente, sua consciência jurídica (*ms, ars boni et aequi!*), com a mais profunda compreensão dos

(19) OLIVEIRA VIANA, *Problemas de Direito Corporativo* Liv. José Olimpio, Rio, 1938, ps. 124, segs.

males que afligem a sociedade de seu tempo, a ele, profissional do direito, advogado, magistrado ou legislador ?

No grande parecer sôbre o ensino secundário e superior, Rui pedia a divisão da cadeira de Economia Política em duas — "reservando uma para a grande especialidade que abrange as questões de *crédito, moeda, e bancos*, assunto imenso, que, em um *curso desenvolvido e completo de economia politica, tal qual pede o caráter das Faculdades de Direito, carece de lugar seu, onde êsse ensino se aprofunde*. É tal hoje o valor desses estudos que, na Alemanha, até em cursos técnicos como os das escolas de engenharia (*Ingénieur schule*) e maquinistas (*maschinenbauschule*), deparareis o ensino especial de moeda e bancos (*ueber Geld und Banken*)".

Em 1877, o grande jurista clamava sôbre o "assunto imenso", pedindo duas cadeiras no curso jurídico; em 1949, sugere-se a supressão por desnecessária ao advogado e ao juiz. A sociedade tornou-se mais complexa — e pede-se a simplificação do curso. Por que ? O "assunto imenso" seria agora um apêndice pregado no coccix da Ciência das Finanças, ou diluindo-se dentro dela. Entretanto, o "assunto imenso" aumentou de imensidade e intensidade. Como suprimi-lo ? Por que suprimi-lo? (20).

O resultado dessa restrição ou mutilação científica em benefício de uma especialização profissional

(20) Rui BARBOSA, *Referma do Ensino secundário e superior*, ps. 107-108.

tão imperfeita será a maior dificuldade de situar o problema jurídico na paisagem histórica de sua época. E nessa conjuntura está o advogado trasvestido em simples caixaieiro de interesses estranhos, despido da dignidade do verdadeiro advogado. Por sua ignorância da economia, da sociologia, da filosofia jurídica, facilmente se deixará prender nas teias do sectarismo politicamente agressivo.

Ninguém desconhece que vivemos numa época de organismos econômicos formados e dirigidos por métodos científicos. Eles transcendem as fronteiras nacionais. Os sistemas jurídicos de muitos países abrigam regras legislativas editadas à vista desses monopólios tentaculares, visando defender o bem-estar do público. As matérias-primas, as reservas de solo e subsolo, são alvo de legislações especializadas, que pretendem resguardar as fontes nacionais de vida e de soberania política. O direito de propriedade sofre restrições e modificações ditadas por exigências do capitalismo que espantam a GEORGES RIPERT (21). A proteção do trabalhador exige medidas crescentes de ordem legal, com uma magistratura e um processo especializados. A concentração da riqueza determina aperfeiçoamentos no aparelhamento bancário, que rapidamente se centraliza- Leis sobre controle cambial, sobre moeda internacional, sobre organismos internacionais de troca.

(21) GEORGES RIPERT. *Aspects Juridiques du Capitalisme Moderne, Librairie Générale de Droit et Jurisprudence*, Paris, 1946, ps. 12, segs.; — *Le Déclin du Droit*, idem, ibidem, 1949, principalmente capítulos I e II.

Compromissos externos repercutem no direito constitucional e, muitas vêzes, refratam-se, multiformemente, na esfera do direito privado. Surgem litígios que envolvem aquelas relações. E no meio de tudo isto, o juiz ou o advogado se encontrariam, inopinadamente, às tontas, sem base de estudos que lhes facultasse entender e explicar cientificamente o jogo das forças que subjazem às estruturas normativas, que memorizaram. à superfície daqueles fenômenos.

Não se pode colocar aquelas matérias em curso à parte, — de pós-graduação ou de aperfeiçoamento. A solução não destruiria a crítica que acabamos de fazer.

A respeito da necessidade de maior preparo econômico, a exposição de motivos do Decreto número 19.852, que criou a Universidade do Rio de Janeiro, em 1931, não esqueceu razões bem sólidas. Foi mesmo além, tomando ressaibos socialistas:

"A economia política passou a ser colocada em primeiro ano, pela intuitiva consideração de que a ordem jurídica é, em grande parte ou na sua porção maior e mais importante, expressão e revestimento da ordem econômica. As relações econômicas constituindo, como constituem, quase todo o conteúdo ou matéria do direito, o fato econômico passa a ser um pressuposto necessário do fato jurídico. O estudo de economia deve, pois, preceder ao estudo do direito, sendo, como são, as categorias jurídicas as formas de disciplina e ordenação da matéria econômica em sistemas relações sancionadas pelo direito".

Dessa maneira, o legislador de 1931 via, nesse agrupamento seriado de disciplinas, o meio de abordar com segurança o estudo do direito positivo, que, a seu ver, não podia ser compreendido sem o conhecimento das relações que definem os regimes econômicos.

"Podem-se condenar os excessos da corrente extremista — escreve o Professor ORLANDO GOMES — que vê no direito, tão somente, forma da economia, que o encara, por outras palavras, como simples formulação de interesses econômicos, mas já não é possível negar a preponderante influência do fato econômico, tão viva e tão insistente que o jurista que a desconhecesse, por ignorância ou por preconceito político,, estaria mistificando" (22).

Objeta o Professor MARTINS RODRIGUES que "a instituição das escolas de ciências econômicas, com que se enriqueceu, no Brasil, o conjunto dos estabelecimentos de ensino superior, parece bem justificar nossa proposição, pois a ela melhor tocará a tarefa de formar técnicos nesse ramo especializado de conhecimentos humanos".

Mas tais conhecimentos, como acabamos de expor, são necessários aos advogados, aos magistrados, aos legisladores — e não se podem prescindir das cadeiras que o ministram, nas Faculdades de Direito, como não se podem eliminar das Faculdades de Economia as cadeiras de direito público e as de direito privado, que

(22) ORLANDO GOMES, *A Crise do Direito*, Papelaria Vera Cruz, Bahia, 1945, p. 10.

ali estão estabelecidas- O que caracterizará, respectivamente, os dois currículos serão os objetivos específicos de cada formação profissional, prevalecendo em cada um deles o grupo nuclear de disciplinas, que lhes constituem o fundamento, distinguindo-o como curso jurídico ou como curso econômico. Entretanto, para seguir a mesma ordem de idéias esposadas pelo Professor MARTINS RODRIGUES, dever-se-iam alijar das escolas econômicas as cadeiras de "Instituições de Direito Público" (1.^a série), "Instituições de Direito privado" (2.^a série), "Ciência de Administração" (3.^a série), "Princípios de Sociologia" e "Psicologia social e econômica" (4.^a série), no curso de Ciências Econômicas; e de "Prática do processo civil e comercial" e "Instituições de Direito Social" (4.^a série) e "Instituição de Direito Civil e comercial" (3.^a série), no curso de Ciências Contábeis e atuariais — que são os dois cursos que integram as Faculdades de Economia.

6. *Economia e Direito público nas Faculdades de Direito*

A tendência para expulsar das escolas de direito os estudos econômicos não é recente. Foi célebre a discussão que se travou na França, na penúltima década do século XIX, entre as duas correntes — a dos juspublicistas, onde se acolhia a Economia, e a dos jusprivatistas. BOUTMY, por exemplo, fundador e diretor da Escola de Ciências Políticas, pretendia que a atividade das escolas de direito se restringissem à exegese dos códigos napoleônicos: "êle não hesitou em declará-las incapazes de se adaptarem ao ensino

das ciencias políticas que se propunham a introduzir em seus programas" — fala BONNECASE. Dizia BOUTMY, arrazoando seu ponto de vista :

"Nas Faculdades de Direito, o observador distingue, ao primeiro lançamento, um grupo que se condensa no próprio centro do sistema: são os diferentes ramos do direito privado (direito civil, comercial, processo civil)- Esses estudos sobrelevam a todos os ramos do direito pela anciandade, extensão, consistência, número e alcance dos princípios que evidenciam. São eles que, com justo título, dão o tom ao conjunto; e deles, as inteligências jovens recebem-lhe o sinete. Com o direito criminal, que se costumou acrescentar-lhes, eles formam a base de toda a educação jurídica" (23).

Segundo BOUTMY, as escolas de direito se concentrariam no ensino do Direito privado; as escolas de ciências políticas e históricas, no ensino do Direito público. É já na monarquia de julho, com o ministro SALVANDY, que o ensino da Economia política e do Direito público penetram nas Faculdades de Direito, criando-se as respectivas cátedras. JULIEN BONNECASE enumera a série de decretos, baixados desde 1877, que revelam a curva desse movimento — e que vêm culminar em 1896, com a instituição dos dois doutorados em Direito. Diploma de *docteur en sciences juridiques* e o diploma de *docteur en sciences politiques et économiques*.

"Havia com efeito — explica BONNECASE — luta entre os dois ramos do doutorado pela predominância,

(23) JULIEN BONNECASE, *Qu'est-ce qu'une Faculté de Droit?* ?
Recueil Sirey. Paris, 1929, ps. 3-4.

mais ou menos científica, de um sobre o outro. Os representantes do Direito público pretendiam que o doutorado em ciências políticas e econômicas satisfazia as aspirações intelectuais do momento. . . Os representantes das ciências históricas e do Direito privado não se abalavam de modo algum com tais ataques; mas é inegável que sua persistência acabara por emprestar caráter conservador ou mesmo reacionário ao doutoramento em ciências jurídicas" (24).

No interior desses dois campos, conforme conta BONNECASE, prosseguiram as rivalidades ideológicas : os romanistas e historiadores do direito solicitavam mais base histórica para fundamentação científica; por sua vez, os cultores do Direito público, diante do panorama moderno, acusaram-nos de excessivo amor à análise de minúcias processuais e ritos formalistas, de sutilezas bizantinas sobre obrigações e sucessões do *Corpus Iuris Civilis* e escavadas dos sarcófagos da história romana. . .

De qualquer maneira, a conclusão a retirar desses fatos não deve ser simplista, resolvendo-se numa simples eliminação de cadeiras que não estejam diretamente ligadas à formação estritamente técnico profissional .

7- *Não cancelar matérias teóricas, mas melhorá-las*

Na mesma toada de eliminações, sugere ainda o ilustrado Professor MARTINS RODRIGUES a liquidação da cadeira de Direito Internacional Privado. Ainda aqui as razões não me parecem convincentes.

(24) *Idem, ibidem*, ps. 179, segs.

Finalmente, o Direito Internacional Privado também conviria que passe a constituir disciplina a ser estudada em cursos de especialização, aprofundamento ou doutorado. Há uma seção dele. de imediata conexão com o Direito Civil, tanto assim que os princípios legais, que entre nós a disciplinam, estão na Lei de Introdução ao Código Civil, em sua parte geral".

As relações, que se multiplicam entre os povos:, sob império de circunstâncias criadas pela economia mundial, Lusitam, com freqüência, progressiva, problemas oriundos de conflitos de leis entre sistemas jurídicos diferentes. A matéria avoluma-se dia a dia. Depois da segunda guerra mundial, com a massa de deslocados e apóides, o problema jurídico recente dos genocídios físicos e culturais, a criação dos organismos mundiais de saúde, de refugiados, de comércio ligados à ONU, as relações decorrentes de entidades intergovernamentais já obedecendo a regras jurídicas, as formulações da proteção jurídica aos direitos do homem e as suas liberdades fundamentais, a serem recebidas no direito público interno, sem distinção de raço. do religião, de sexo, ou de língua, na tentativa admirável de um *bill of rights* da grande família universal, enunciados os 28 artigos da Declaração Internacional dos Direitos do Homem (1948) — como, em tace de tudo isso, retirar-se a cadeira que mais de perto contempla esses acontecimentos altamente jurídicos relativos à vida de todos os povos da terra? (25)

(25) "A repressão do crime de genocídio é assunto de interesse internacional". — *in La protection internationale des Droits de l'Homme*, Département de l'Information

As declarações das garantias individuais, desgarradas nas constituições pelos governos esquecidos das lições de Rui, passam a ter fundamento nos organismos internacionais, mas tais formas de renovação e projeção de tutela jurídica continuariam sendo terra incógnita aos mareantes do fôro, cujo mapa de estudos se resumiria nos serviços de cabotagem exercido outra pelos rábulas provisionados. A inteligência excepcional venceria as lacunas e omissões. Mas que aconteceria à mediania que freqüente as academias, e para a qual se organizam os currículos ? Afigura-se-nos ocioso insistir na relevância e no vulto dos problemas, e não podemos compreender que um bacharel em direito, depois de um curso superior de cinco anos, não tenha feito estudo sistematizado sôbre o assunto.

O projeto do deputado ALIOMAR BALEEIRO não vai ao compasso dessas idéias reformistas que combatemos: ao contrário, alarga os estudos de Economia, de Finanças e Direito Financeiro, assentando as diretrizes de dois cursos. Inspira-se na organização do antigo ensino preconizado por BAUTMY, destacando, nas Faculdades, o curso de Ciências políticas, para conferir a láurea especializada nas disciplinas de Direito público (26).

des Nations Unies, ps. 97, segs. Aloys Regis Bittencourt, "O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas", Serviço de Publicações. Rip, 1948.

(26) Reza o anteprojeto:

Art. 1.º — Nas Faculdades de Direito federalizadas ou sob fiscalização federal, os cursos sofrerão as seguintes alterações :

Quando debatemos esses temas, sugeridos pela conferência do brilhante catedrático da Faculdade de Direito do Ceará, no Conselho Nacional de Educação, buscamos exemplos na França, e cuja tradição se prendem, até certo ponto, as organizações universitárias lusitanas e latino-americanas. Outra é a tradição anglo-saxã, com seu caráter pragmático e estilo de vida diferentes, que, recentemente, e mercê de condições novas

I) O ensino de Economia política será desdobrado e ministrado no primeiro e segundo ano, cabendo ao Conselho técnico de cada estabelecimento aprovar a divisão dos programas de cada cátedra.

II) O ensino de Ciência das Finanças será transferido para o 3.º ano, sob a designação de Ciências das Finanças e Direito Financeiro, reservando-se a esta última disciplina, pelo menos, uma quinta parte do programa.

III) Será criada, no 4.º ano, a cátedra de Direito, Governo e Finanças municipais.

Art. 2.º — É permitida, nas Faculdades de Direito, a inscrição de alunos para o curso de Ciências políticas, constituído das seguintes disciplinas :

1.º ano : Introdução à Ciência do Direito; Teoria do Estado; Economia política (1.ª parte).

2.º ano Direito Constitucional; Economia política (2.ª parte); Direito Internacional Público.

3.º ano.- Ciências das Finanças e Direito Financeiro; Direito Administrativo e Ciências da Administração; Direito, Governo e Finanças municipais.

O art. 5.º confere aos graduados nos cursos de Ciências políticas inscrição na ordem dos advogados para advogar em executivos fiscais, mandados de segurança, recursos de contribuintes em órgãos jurisdicionais de caráter fiscal.

do mundo, começam a inspirar os povos do nosso continente.

Mas na história do nosso direito, transplantado por enxerto, do velho tronco lusitano, as duas Faculdades, que primeiro se fundaram para o ensino jurídico, foram organizadas de acordo com os padrões conimbrisenses (27)- Dali, a inspiração continuada, que o novo meio foi modelando e impondo outras características.

Nessas condições, a idéia fundamental da conferência parece-nos, do ângulo em que nos fixamos, inexata: mutila o currículo de seus elementos essenciais. Os institutos jurídicos, com 03 cortes propostos, preparariam profissionais de curtíssimas vistas sociais, historicamente míopes, moralmente cegos. Perderiam o sentido do contato entre a vida e os sistemas normativos, arriscando-se a cair nesse "fetichismo legislativo", incapaz de perceber que "o direito é por sua natureza evolutivo: como a vida social muda, e concepções, costumes e necessidades se transformam, também o direito, necessariamente, evolve: o sistema da família e da escravidão romana seria incompatível com as modernas condições sociais e econômicas, os princípios feudais caducaram com a queda do feudalismo, e os últimos traços vão se apagando com a abolição da primogenitura e do fideicomisso, os conceitos canônicos dos sacramentos aplicados ao direito civil são re-

(27, CLÓVIS BEVILÁQUA, *História da Faculdade de Direito do Recife*, Livraria Francisco Alves, Rio, 1927, ps. 9 e segs., vol. I, ALMEIDA NOGUEIRA, *A Academia de S. Paulo*, Tradições e Reminiscências, 1.^a série, S. Paulo, 1907.

legados ao domínio da liturgia, e assim tôda época, todo povo, toda civilização tem o seu direito, que é expressão de sua vida. O direito é um eterno de-venir!" (28).

Dentro de uma transformação universal, o homem do direito, às voltas com a lei, desconhecer-lhe-ia o direito, às voltas com a lei desconhecer-lhe-ia o sentido, o alcance, a profundidade filosófica e social. Para que? Para não descer o escarpelo da análise em problemas doloridos, que se evitar trazer a lume? Para que a crise das estruturas sociais não se descubra perturbadoramente? E a crise, que atinge a educação superior, não tem suas causas que exigem reflexão fria? que fariam esses profissionais assim alheios ao seu meio — senão um perigoso jogo de cabra-cega com a lei, o instrumento social de comando por excelência? Esses "profissionais*" estariam, para o advogado ou para o magistrado capazes, na mesma distância que um curandeiro para um médico (29). Nesse currículo truncado, o que êle aprendesse não seria *ciência* — Para tal, faltar-lhe-iam as bases. Aprenderia a manipular códigos, decoraria textos, assimilaria a rotina forense. A teoria eliminada, deixar-lhe-ia a prática cega. *Porque a preparação teórica é também uma necessidade prática. Se essa preparação teórica é má, melhoremo-la.*

(28> FRANCESCO FERRARA, *ob. cit.* p. 16.

(29) JULIEN BOTNECASE, *Introduction à l'étude du Droit*, 3.^a edição. Recueil Sirey, Paris, p. 8: "E" exato, com efeito, que ainda hoje espíritos retardatarios ou cheios de preconceitos separam o mundo dos juristas em dois campos inimigos: os teóricos e os práticos".

Busquemos os meios de aperfeiçoá-la, tomando-a um fator educativo apreciável. Concluir, ao contrário, que se deve afastar a teoria, seria como um homem que, caminhando no ermo e na treva, ao perceber que a lanterna alumia mal, e esmorece, e esfumaça, — resolvesse, numa inspiração repentina, arrebentar a lanterna.

DJACIR MENEZES

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro - Brasil • -1952

MIGUEL PARANHOS DE
RIO-BRANCO

ALEXANDRE
DE GUSMÃO E O
TRATADO DE 1750

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE



OS CADERNOS DE CULTURA

MIGUEL PARANHOS DE
RIO-BRANCO

ALEXANDRE
DE GUSMÃO E O
TRATADO DE 1750



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

I — ANTECEDENTES

DESDE que fora descoberta a América, revelavam-se indefinidos e confusos os limites fixados aos domínios de Portugal e Espanha. A autoridade dos papas, no que se referia à repartição de terras descobertas, ou a serem descobertas, era, naquela época, incontestável. Isto não somente porque eles representavam, como vigários de Cristo, a própria vontade divina; mas, também, por causa do edito de Constantino que concedera ao papa Silvestre "a soberania de todas as ilhas do mundo, já que as novas descobertas feitas naquelas épocas passavam por não ser senão ilhas e não continentes" (1).

A imprecisão das fronteiras na América existia, assim, desde a bula *Inter coetera* (I). Outras bulas seguiram; todas elas redigidas em termos vagos, tomando por base posições que nem sequer eram seguras; nenhuma delas conseguiu, pois, delimitar as terras descobertas. Essa dúvida que pairava originou os repetidos protestos do Rei dom João III de Portugal, que considerava a ocupação da Espanha uma verdadeira usurpação, enquanto que, na própria Espanha, o famoso teologista

1 — *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale.* RODRIGO OCTAVIO.

de Salamanca, frei Francisco de Victoria, atacava veementemente a prerrogativa papal.

Tais protestos e controvérsias tiveram como resultado a negociação direta realizada no tratado de 7 de junho de 1494 assinado em Tordesilhas (II) — "Era como uma divisão do mundo entre os dois reis" (2). Embora repetindo algumas das disposições da bula *Inter coetera*, esse tratado era uma vitória da diplomacia portuguesa, pois que a deslocação do meridiano, de 100 para 370 léguas, vinha aumentar o território ocupado por Portugal.

Tal tratado, entretanto, tinha a mesma falha que as precedentes bulas: fixava-se "no plano das fronteiras artificiais numa época em que não se contava, para a sua demarcação, com os necessários conhecimentos geográficos e astronômicos" (3). Surgiam dúvidas a respeito do próprio meridiano fixado; "o arreglo foi meramente formal e teórico; ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganhava ou perderia com êle no ajuste de contas" (4).

Já que os signatários desse tratado discutiam sobre se o meridiano fixado passava pela foz do rio da Prata ou pelo golfo de São Matías, era natural que aqueles que se encontravam no próprio território americano não tomassem o menor conhecimento do novo

2 — *Rio-Branco*. ALVARO LINS, pág. 270.

3 — ALVARO LINS. Obra citada, pap. 271.

4 — *Capítulos da História Colonial do Brasil*. CAPISTRANO DE ABREU, pág. 196.

ato. Portugueses e brasileiros continuavam suas explorações e transpunham a linha de limites sem sequer saber onde a mesma se encontrava e seguiam, acima de tudo, os seus interesses e as suas ambições.

Em 1580, deu-se a dominação de Portugal por Espanha, época durante a qual o mencionado tratado tornou-se letra morta. Foi então que se iniciou o alargamento das fronteiras brasileiras com a atividade, cada vez mais crescente, das bandeiras que voltaram os seus olhos para os rebanhos das cochilhas do sul. Nessa época, "as divisões penetram-se. Fundem-se. Embaralham-se à fantasia das vagas colonizadoras" (5).

Nessa marcha de colonizadores, os portugueses ou brasileiros e espanhóis, ignorando propositadamente tratados obsoletos e vagos em busca de fronteiras mais naturais, encontraram-se afinal nas regiões andinas e nas margens do Prata, onde, aliás, Martim Affonso de Souza, fundador da Capitania Geral de São Vicente, plantara, em 1531, os padrões de posse em nome da Coroa Portuguesa.

Quando, em 1640, Portugal recobrou a sua independência, os portugueses já haviam alcançado o Paraná entre Paranapanema e o Iguaçu. À volta ao poder da monarquia lusitana seguiu-se a guerra com a Espanha, até que esta reconhecesse a independência do seu vizinho. Na América, naturalmente, reiniciam-se também as hostilidades, e durante as lutas travadas entre espanhóis e portugueses, "ao sul e ao oeste, os paulistas

expulsam os espanhóis, desalojam as suas reduções no Alto Paraguai, ao oriente do Paraná, e, mais ao sul, ao oriente do Uruguai" (6).

O Tratado de Paz, assinado em Lisboa entre Portugal e Espanha, a 13 de fevereiro de 1668, não tomava nenhuma disposição positiva a respeito de limites na América. O artigo segundo determinou a mútua restituição das praças conquistadas "durante a guerra", acrescentando que os limites entre os dois Reinos seriam os já alcançados antes da guerra.

"Pode afirmar-se que então se haviam esboçado os limites meridionais do país, em linhas todavia obscuras e incertas" (7).

Ia, então, crescer e tomar violência o problema da fronteira do sul. Desde que Martim Affonso de Souza tomara posse da margem esquerda do Prata, os portugueses pretendiam fixar ali a sua fronteira. Muitos dos colonizadores apontavam para as grandes vantagens daquelas terras, e, entre eles, "Salvador Correa de Sá e Benevides, alcaide-mór da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, pedira a El-Rei lhe concedesse cem léguas de terras no distrito da Ilha de Santa Catarina. A 15 de março de 1658, respondia o Conselho Ultramarino afirmativamente" (8).

Em 1675, aquiescendo indiretamente a essa pretensão portuguesa, o Papa Inocencio II tinha criado

6 — A. G. DE ARAÚJO JORGE. Obra citada, pág. 121.

7 — *As Nossas Fronteiras*. JOÃO RIBEIRO, pág. 13.

8 — *A Política Exterior do Brasil*. JOÃO PANDIÁ CALÓGERAS. Tomo I, pág. 159.

na margem do Prata um bispado submetido à jurisdição do Rio de Janeiro. Em fins de 1678, o tenente-general Jorge Soares de Macedo dirigiu uma expedição que, de Santa Catarina, seguiu na direção da futura Colônia à procura "das minas de prata que houver neste sertão até Buenos Aires".

para assegurar a posse dos territórios ocupados no sul pelos bandeirantes, D. Pedro II decidiu construir naquela zona um posto capaz de assumir a defesa da região, e despachou instruções ao Governador do Rio de Janeiro, dom Manoel Lobo, a fim de que seguisse "a fundar, à margem esquerda do rio da Prata, a colônia do Sacramento, a Colônia, "tout court", como a chamariam mais tarde, trecho do território platino a monopolizar a atenção exclusiva das duas cortes" (9).

Deve salientar-se que a fundação da colônia não era caso de "geração espontânea". Cumprindo as ordens de seu soberano de fundar "alguma colônia na ilha de São Gabriel, ou na paragem que tivesse mais a propósito", Manoel Lobo desembarcou, a 1.º de janeiro de 1680, junto à ilha recomendada e, no continente, lançou as bases da Colônia. Esta cidade, na margem esquerda do Prata, quase em frente a Buenos Aires, achava-se completamente isolada da parte povoada do Brasil, cujo estabelecimento mais meridional se achava então na Ilha de Santa Catarina.

O novo posto não foi inquietado enquanto os espanhóis ignoravam a sua existência; conhecida porém

casualmente a fortaleza, o governador de Buenos Aires desejou saber "quais as intenções com que se entrava no território de Sua Majestade Católica". Tendo d. Manuel Lobo respondido "que aquelas paragens pertenciam à jurisdição portuguesa", o espanhol mandou uma intimação formal exigindo a retirada dos portugueses daquela zona e, dando o comando geral de um exército ao mestre de campo Antônio de Vera Mojica, desencadeou a primeira de uma longa série de hostilidades. Na madrugada de 7 de agosto, a praça era tomada de assalto e Manuel Lobo, feito prisioneiro, era encaminhado para Buenos Aires; os habitantes, na sua maioria, foram massacrados pelo exército de espanhóis e índios guaranis.

A notícia, ao chegar em Lisboa, causou verdadeira indignação já que a margem oriental do Prata sempre fora considerada portuguesa. Profundamente irritado, o Príncipe Regente de Portugal, depois Rei Dom Pedro II, preparou-se para a guerra. Em Madri, onde a notícia originara bastante surpresa, a Corte ficou imediatamente apreensiva, temendo as conseqüências de tal ato de hostilidade; e, do Duque de Giovenazzo, que Carlos II despachara para dar as mais plenas satisfações ao Regente, este não exigiu nada menos do que a reconstrução da fortaleza e o reconhecimento como português de todo o território em que estava edificada.

Firmou-se o tratado de 7 de maio de 1681, (IV), pelo qual a Espanha, "cuja administração estava nas mãos de Carlos II, desautorizou o procedimento patriótico do Governador de Buenos Aires e o destituiu"

(10). Em cumprimento deste ato, a Colônia foi restituída em 1683 ao Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, junto com as armas, munições e mais petrechos ali apreendidos.

O texto do tratado era acompanhado de um mapa "em que a própria Espanha, cedendo no âmbito limitado do meridiano de 1494, ampliava quase até a barra da Lagoa dos Patos a, posse legítima de Portugal" (11). Este incidente de menor importância nas relações diplomáticas dos dois Reinos ibéricos, foi, porém, a origem dum conflito que iria alastrar-se por quase dois séculos.

Enquanto isto, os paulistas desbravavam Goiás, ocupavam Mato Grosso e iam, no rumo do rio Paraguai, a caminho do Peru, sem encontrar a menor oposição espanhola.

Em Lisboa, o Conselho Ultramarino estudava a utilidade da praça e se valia a pena conservá-la. Duarte Teixeira e Thomé de Almeida e Oliveira, este último ouvidor geral do Rio de Janeiro, foram consultados. A resposta não era favorável à permanência naquela cidade, ainda menos sob o governo de Christovão d'Ornellas; "encontravam ser Maldonado melhor sítio para o estabelecimento do que Sacramento". Se Portugal quisesse ficar com a Colônia, "aconselhavam, ainda, removessem para ali casais de Portugal, ou solução menos dispendiosa, vagabundos e degradados do Rio" (12).

10 — A. G. DE ARAÚJO JORGE. Obra citada, pág. 126.

11 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 166.

12 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 171.

Portugal decidiu conservar Colonia removendo porém o governador e substituindo-o por dom Francisco Naper de Alencastro. As relações com Buenos Aires, que haviam melhorado com a chegada de Alencastro, foram, entretanto, envenenando-se com a chegada, em 1691, do novo governador castelhano. Aumentava a tensão, já que tudo era motivo para reclamações contra a ação de Alencastro: era a "soi-disant" violação do tratado provisional; era o gado de que se utilizavam os portugueses; era a não-restituição de Vila-Rica pelos portugueses" (13).

A 8 de junho de 1701, Portugal e Espanha assinavam novo Convênio, confirmando as disposições do ajuste provisório de 7 de maio de 1681 e, no seu artigo 14, estabeleciam que "o domínio da dita Colônia permanecia como ao presente o tem".

"Renovou-se então o antigo debate sôbre a verdadeira posição da linha, meridiana de Tordesilhas e seus pontos de interceção no litoral da América do Sul, sem que se pudesse chegar a acordo algum" (14).

Em 1704, d. Alonso Valdez Inclan atacou Sacramento. Seu governador, o General Sebastião da Veiga Cabral, capitulou e teve que entregá-la no ano seguinte.

A 1.º de janeiro de 1712, iniciaram-se entre a França e os Aliados as negociações de Utrecht (VI). Portugal assinou o seu tratado de paz com a França e

13 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 173.

14 — *Questões de Limites*. BARÃO DO RIO BRANCO. Volume I, pág. 18.

a Espanha, em uma só convenção, a 7 de novembro de 1713. Somente a 6 de fevereiro de 1715 é que firmava o tratado definitivo de paz com a Espanha. Nesse tratado, voltou à baila a questão de Colônia, e, pelos artigos V. VI. VII, "nem só havia restituição, como declarava Filipe, por si e por seus herdeiros, desistir de toda ação e direito sôbre o território e Colônia do Sacramento situada na margem setentrional do Rio da Prata, que ficariam pertencentes a dom João V e seus sucessores" (15).

Apesar de não estar ainda positivamente definido, o princípio do *uti possidetis* aparece peia primeira vez no domínio do direito internacional nos atos de Utrecht.

Cumprindo o tratado, Espanha entregou Colônia em 1716 a Manoel Gomes Barbosa, que a governou até 14 de março de 1722.

Entretanto, o Tratado assinado em Utrecht também estava redigido em têrmos vagos e duvidosos: "O Governo de Portugal entendia que as palavras "Colônia e território" significavam toda a margem esquerda do rio da Prata. O Governador de Buenos Aires. Coronel Garcia Ros. ao fazer a entrega solene, assinou como limites do estabelecimento português o território compreendido no alcance de um tiro de canhão" (16).

E, mais urna vez, desencadearam-se as hostilidades ativada pelo incidente ocorrido em Madri, a 22 de fevereiro de 1735, com a invasão da residência do Mi-

15 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 192.

16 — A. G. DE ARAÚJO JORGE. Obra citada, pág. 131.

nistro de Portugal. A 28 de novembro de 1735 o governador de Buenos Aires, dom Miguel de Salcedo, iniciou o sítio de Sacramento, que resistiu heroicamente sob as ordens de Antônio Pedro de Vasconcellos, o qual tinha suas comunicações com o Rio de Janeiro asseguradas por uma esquadra portuguesa. O Governador das Capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, Gomes Freire de Andrade, depois Conde de Bobadela, enviou-lhe importantes reforços e provisões. Em 1737, tropas do Rio de Janeiro, da Bahia e de Minas Gerais, partidas de Colônia, ocuparam e fortificaram o Rio Grande do Sul.

Entraram novamente os dois governos em acordo e, a 16 de março de 1737, expediram "ordens de cessação de hostilidades em América, ficando aí as coisas na situação em que estivessem, à chegada das intimações. A suspensão da luta duraria até ajuste definitivo e final das duas coroas, sobre as suas possessões no novo mundo" (17).

Assim, por meados do século XVIII, os incidentes repetidos em torno da posse de Colônia indicavam que não era mais possível protelar a solução do longo litígio em que se encontravam espanhóis e portugueses. O Brasil atingira ao máximo de sua expansão territorial, definindo, de certo modo, a sua linha de fronteiras. Com a obsessão de possuir Colônia, os espanhóis ignoravam a penetração ao norte e ao centro que entregavam a Portugal as zonas de Paraná, Amazonas e Rio Grande do Sul.

Nem as guerras, nem os tratados que lhes punham fim, conseguiram terminar a contenda travada em redor de Sacramento.

"A linha de Tordesilhas já era uma categoria histórica. A expansão, obra das entradas e bandeiras, dos Paulistas e missionários, emoldurara o Brasil, estendendo-o ao sul até a margem setentrional do Prata, a oeste até o Paraguai, o Guaporé e o Javari, e ao norte até o alto rio Negro e alto rio Branco.

O espantoso movimento de irradiação dos portugueses na América do Sul criou um novo estado de coisas. Exigiu que as duas metrópoles ibéricas entabulassem um acordo regulando as linhas limítrofes de suas respectivas possessões" (18).

II — ALEXANDRE DE GUSMÃO

NO ano em que o Conselho Ultramarino, estudando os pareceres recebidos das autoridades portuguesas do Brasil, discutia sobre se devia ser conservada ou não a praça de Colônia, nascera o homem que haveria de resolver a famosa questão dos limites dos domínios português e espanhol, já que, apesar do seu tratado ter sido tornado sem efeito em 1761, êle serviria de pedra angular para a tese do Barão do Rio-Branco.

Francisco de Lourenço ocupava em Santos, na então capitania de São Vicente, o cargo de cirurgião-mór do Presídio daquela cidade. Naquele ano de 1695, no mês de maio, sua esposa, D. Maria Alvares, dava à luz ao seu nono filho.

A exemplo de seus irmãos, quatro varões e quatro moças, Alexandre começou seus estudos em Santos, onde "recebeo a doutrina de huma educação christã e civil do ensino dos Padres da Companhia de Jesus" (19). Seguiu depois para a Baía de Todos os Santos, onde foi acolhido pelo padre Alexandre de Gusmão, jesuíta que fundara o Seminário de Belém. Este padre, que se tomou de grande afeição pelo jovem, serviu-lhe

19 — *Elogio de Alexandre de Gusmão.* MIGUEL MARTINS DE ARAÚJO.

de padrinho de Crisma, dando-lhe o seu nome, aquele com o qual tornar-se-ia mais tarde uma das figuras máximas da diplomacia portuguesa e "o avô dos diplomatas brasileiros".

A família de Alexandre, extremamente religiosa, destinara os seus nove filhos à carreira claustral, uns jesuítas, outros franciscanos. Entre os seus irmãos, o jesuíta Simão Rodrigues "se distinguiu muito em Orador Evangélico; . . . teve tão bem huma Irman que andava viajando dentro do seu Continente, para assistir mais fácil, e oportunamente aos mendigos, e incuráveis nos Hospitais" (20): a beata Joana de Gusmão.

Porém, mais famoso entre todos, era aquele com quem Alexandre iria reunir-se em Portugal: Bartolomeu. o Voador, inventor da "passarola"; o precursor da aeronáutica, que, com o seu aeróstato de ar quente, conseguiu, em Lisboa, quase um século antes dos irmãos Montgolfier. realizar a primeira ascensão da história.

Alexandre, segundo apurou Affonso de Taunay. também devia ingressar nas ordens religiosas, tendo, para esse fim, efetuado as provas genealógicas necessárias e sido habilitado em 1722.

Ao lado de seu padrinho de Crisma, Alexandre começou a dar livre curso a seu amor peia literatura, gosto literário que o tornaria um dos mestres da língua portuguesa; consta que, no seminário onde estava. rimou versos em louvor ao Rei de Portugal, os quais foram, possivelmente por intermédio de Bartolomeu, mostrados ao próprio dom João V.

Em 1710, com apenas quinze anos, Alexandre partia para a metrópole onde Bartolomeu, que gozava na corte de imenso prestígio, mandara-o chamar. Com o seu irmão, aprendeu as línguas vivas que esse conhecia, e, ainda mais, as ciências matemáticas em que Bartolomeu "excedia os estudiosos do seu tempo em Portugal" (21).

Brilhante, culto e inteligente, com um físico agradável sendo "de mais que ordinária estatura, olhos pequenos e brilhantes, e sempre polido sem afetação" (22), Alexandre de Gusmão, ajudado pelo prestígio do irmão, não somente conquistou a simpatia da corte como também a, amizade pessoal do rei D. João V. Os efeitos de tão poderosa amizade não tardaram em se concretizar quando o monarca nomeou o jovem brasileiro, com seus vinte anos incompletos, membro da comitiva chefiada por D. Luis Manuel da Câmara. Conde da Ribeira Grande. Terminada a guerra de sucessão de Espanha, o Rei de Portugal decidira mandar esse fidalgo, na qualidade de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, ao Congresso de Cambray, prestar à majestade gloriosa de Luis XIV as homenagens do seu Reino.

No Paris de Luis XIV, o Paris dos Racines e dos Corneilles, o Paris dos Fenelons e dos Bossuets, o centro do mundo intelectual, científico e artístico, Gusmão passou cinco anos. O primeiro resultado dessa estadia foi a renúncia de Alexandre de Gusmão em ingressar

21 — *Dicionário bio-bibliográfico brasileiro.* AROEU GUIMARÃES, pág. 210.

22 — MIGUEL M. DE ARAÚJO. *Obra citada.*

nas ordens religiosas; atraído peia diplomacia, não cumpriu com os desejos de sua família. Pode afirmar-se que foi em Paris que se cristalizou a formação intelectual e diplomática de Gusmão. Ali teve oportunidade de observar, na intimidade, como era tratado o maior Príncipe da época; inteirou-se, das inúmeras "démarches", das sondagens discretas, dos estudos secretos, dos monótonos "pourparlers" que preparavam e serviam de base à confecção dos tratados assinados pelos mestres da política internacional.

A sua vida na corte, rica em observações pessoais, não impedia Alexandre de estudar. Estava êle em Paris, a meca da cultura mundial daquela época, e não lhe escapou a oportunidade. Estudou Jurisprudência de acordo com os ensinamentos do famoso Cujas e doutorou-se em direito civil, romano e eclesiástico; enriqueceu a sua memória, temperou a inteligência, descobriu o contraste imenso entre o brilhante espírito da corte de Paris e a atmosfera asfixiante da de Lisboa; tornou-se, naturalmente, mestre da língua francesa, enriqueceu os seus conhecimentos oratórios e a sua capacidade literária que haviam de surgir em todo o seu brilho no seu eloqüentíssimo Panegírico.

Voltando a Portugal em 1720, Alexandre de Gusmão foi logo admitido na Secretaria dos Negócios do Reino.

Contava então o jovem brasileiro com vinte e cinco anos e já gozava na Corte de um prestígio tão grande que, naquele mesmo ano, foi mandado em missão para a Itália. Estando as relações de Portugal com Roma assaz complicadas, D. João V resolvera mandar

a Roma uma missão chefiada por Bartolomeu de Gusmão, a fim de tentar aplanar definitivamente as divergências existentes. Antes de integrar-se na missão chefiada por seu irmão, Alexandre demorou-se na Corte de Turim onde foi honrado com grandes distinções (23). Seguiu dali para a Corte de Roma, capital do mundo cristão. Sua missão junto ao Papa o manteve naquela cidade por sete anos: "sete anos de hábil porfía, consumidos em aplanar dificuldades, remover embaraços, vencer escrúpulos, tendo assistido à morte de três pontífices, o que importava em recomeçar sempre as negociações interrompidas" (24).

Entretanto, a força de vontade, a perseverança e a habilidade do "brasílico" foram coroadas de êxito; graças ao seu longo contato com os príncipes da Igreja, Alexandre aprendera "o modo de tratar as dependências maiores que ocorrem naquela Grande Corte . . . e, por isso, os negócios, que propôs da sua Corte, não deixou de os conseguir; porque estando inteirado do gênio da Nação, revestia a sua substância de todas aquelas precauções, que evitam as más conseqüências" (25).

Graças a esse tato, Gusmão viu enfim resolvidas duas velhas questões: a Colegiada de São Tomé, na Capela Real, foi elevada à categoria patriarcal; os Reis de Portugal receberam o tratamento de *Fedelissimo*, tal qual eram intitulados *Cristianissimo* o Rei da França e

23 — MIGUEL M. DE ARAÚJO. Obra citada.

24 — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. JAIME CORTESÃO.

25 — MIGUEL M. DE ARAÚJO. Obra citada.

Católico o de Espanha. Durante esses sete anos, Alexandre firmou profundamente o prestígio de dom João V na Cúria romana, liquidou dissídios, e cativou de tal modo a Corte Pontifícia que o Santo Padre Benedito XIII, encantado com a urbanidade de seu trato, conferiu-lhe a dignidade de Príncipe Romano, título que não pôde aceitar uma vez que o próprio João V, então separado de Alexandre por muitos anos e sofrendo a influência das intrigas da Corte, determinara-lhe que recusasse a prezadíssima honraria.

Tendo regressado a Lisboa em 1729, Gusmão seguiu, no mesmo ano, em viagem ao Brasil. Durante a sua estadia na nossa terra, onde êle permaneceu até 1730. Alexandre viajou pelas Capitânicas de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, tendo chegado a reger, em São Paulo, uma cadeira de filosofia.

Regressando a Lisboa, foi elevado a Fidalgo da Casa Real, sendo também, em 1731, "eleito membro da Academia Real de Ciências de Lisboa, e encarregado por esta de escrever em latim uma História Ultramarina de Portugal" (26).

Tendo sido nomeado "Escrivão de Puridade" do rei, Gusmão dedicava-se, naturalmente, à política exterior do Reino; a seu cargo teve, primeiro, os negócios com Roma, aos quais acrescentou, em 1734, os do Brasil, ficando em 1735 com os problemas internacionais dos demais países da Europa.

A 23 de setembro de 1743, foi êle nomeado Conselheiro de Capa, e Espada e Ministro do Conselho Ul-

tramarino. Foi neste cargo que começou a trabalhar a favor de sua pátria e que se revelou o pioneiro da colonização dirigida no Brasil; de 1746 a 1749 começou a colonizar sistematicamente e com planejamento os Estados do Rio Grande do Sui, Santa Catarina e Paraná. Para tal fim, providenciou o envio de 4.000 casais de famílias de agricultores das ilhas dos Açores, da Madeira; chegados nas províncias do sul eram eles distribuídos em núcleos coloniais de sessenta casais cada um, fixados desde o rio Francisco do Sul até ao serro de São Miguel.

Assim fixa-se um dos aspectos pelos quais Alexandre de Gusmão tornou-se exceção na sua época, o do colonizador. Porém, para ser, como êle, um colonizador que obedece a planos, que prevê as possibilidades de adaptação do imigrante e as de produção; a influência do novo território onde êle é fixado e a escolha de um clima que torna mais fácil a sua instalação; para isso, é necessário, mais, indispensável, ter vastos conhecimentos do que chamamos hoje geografia politica e humana. Este é o segundo aspecto da personalidade de Gusmão. Foi um verdadeiro precursor do estudo da politica com bases geográficas e históricas.

No seu livro "Alexandre de Gusmão e o Tratado de limites em 1750", o ilustre historiador português Jaime Cortesão reproduz trechos de uma carta escrita por Alexandre de Gusmão, a 6 de junho de 1743 e, provavelmente destinada ao Dr. Tomaz Robi de Barros Barreto, pela quai pode avaliar-se o quanto o autor se dedicava a estudos pormenorizados dos problemas do seu país.

Vale a pena reproduzir aqui esta carta dirigida a este funcionario que partia para Minas:

"queira ter o trabalho de escrever e riscar tudo quanto vir, e ainda escrever o mais que souber por pessoas fidedignas, de Terrenos, Lagos, Rios, Fontes, Frutas e Povos, com seus governos, trajes, costumes e religião: levando porém a ponto fixo nos Terrenos, Lagos e Rios, e nas lagoas, das distâncias, e podendo ser, indo de par com a certeza da altura dos graus das mesmas Terras, Povoações, Lagos, Rios e Fontes, sem faltar à verdade de sua Descrição Geográfica e Histórica, excetuando deste trabalho todo o país que decorre do Rio de Janeiro até a cidade de Mariana".

Essas são as recomendações de Alexandre de Gusmão. Tudo nelas está incluído: geografia, etnografia, história, zoologia, botânica e política. O método lembra forçosamente a técnica minuciosa do Barão do Rio Branco.

O estudo geo-econômico do Brasil e o de sua colonização não eram os únicos que preocupavam Gusmão. O problema religioso não o deixou indiferente, pois êle promoveu a criação dos bispados de Minas Gerais, São Paulo e Pará e das prelias em Goiás e Cuiabá. O desenvolvimento da indústria também foi alvo de suas providências: a fim de incentivar a exploração de ouro, substituiu o imposto do quinto pela capitação.

Essas foram as atividades de Alexandre de Gusmão em prol do Brasil durante os anos de 1743 a 1750. As providências administrativas que tomou e os

seus afazeres durante esse período não se limitavam, entretanto, apenas ao Brasil.

Camilo Castelo Branco, no seu "Perfil do Marquês de Pombal", acusa Sebastião José de Carvalho de ter aplicado e feito suas todas as medidas planejadas e preconizadas por Gusmão, tais como as providências a respeito da moeda, as Companhias da América, os governos das colônias, as indústrias nacionais, as minas do Brasil, as distinções entre cristãos novos e velhos, tudo "encontra-se nos escritos de Gusmão que têm os seguintes títulos: "Resposta de Alexandre de Gusmão ao papel que fêz Antonio Pedro de Vasconcellos governador que foi da Colônia do Sacramento sôbre os tratados dos limites da América" e "Dissertação sôbre os interesses dos limites da América — Consulta sôbre o regimento das minas do Brasil — Resolução de Sua Majestade sôbre a mesma consulta — Consulta sôbre a advertência da resolução — Avisos sôbre a mesma — Reparos sôbre a mesma capitação" (27).

Durante todo o período de sua vida na corte, o desinteresse, o amor à Pátria e a seu Rei, a amizade respeitosa que tinha para com êle caracterizaram a atuação do brasileiro.

"O desejo de aumentar a gloria do Príncipe, e adiantar o crédito da Nação estava intimamente estabelecido na sua grande alma, estudando sempre neste comum benefício" (28).

27 — *Perfil do Marquês de Pombal*. CAMILO CASTELO BRANCO, pág. 82.

28 — *Alexandre de Gusmão, o Avô dos Diplomatas Brasileiros*. A. G. DE ARAÚJO JORGE.

Sua vida era tôda de trabalho e de estudos: filosofia, história, literatura, política, tudo o atraía; e ele possuía, também como o Segundo Rio-Branco, "huma escolhida livraria". Dominava magnificamente a sua lingua, falando facilmente as dos outros países europeus, conhecendo perfeitamente o latim e tendo até seguro conhecimento de algumas orientais.

No estudo da filosofia, deixou Alexandre de Gusmão três livros em que examina o sistema de Newton. Seus conhecimentos da poesia, da história, tanto a sagrada quanto a profana, e da jurisprudência, bem como a riqueza de sua eloquência são objetos de inúmeras referências no "Elogio" de Miguel Martins de Araújo.

Este foi o homem a quem dom João V recorreu para tentar resolver o problema das fronteiras das colônias americanas, o "estadista que, nas ciências políticas foi mais arguto que D. Luis da, Cunha, e na sagacidade e lucidez de fino sentir foi o mais avançado espírito *do seu século*" (29).

Como veremos, Gusmão não traiu a confiança do rei e sua obra lhe conferiu o primeiro posto entre os constructores da grandeza territorial do Brasil.

Com Gusmão vemos pela primeira vez "um brasileiro nato opinar e decidir eficazmente em matéria de Diplomacia relativa à sua terra natal. Depois dessa Missão, somente em 1822, voltará a diplomacia brasileira a manifestar-se, quando as missões de Barbacena

e Itabaiana lutarão em Londres para conseguir o reconhecimento da Independência" (30).

Ao estudarmos o Tratado de Madri teremos ampla ocasião de estudar os dois outros grandes aspectos que caracterizam a personalidade de Alexandre de Gusmão: o precursor do pan-americanismo e o fundador da teoria, no direito internacional, do *uti possidetis*.

No mesmo ano em que triunfara o seu tratado, morria dom João V. Com a subida de dom José ao trono, tomava o poder a figura inesquecível do Marquês de Pombal. O choque entre o novo ministro e Alexandre de Gusmão deu-se logo e este último teve que abandonar o serviço público. Pombal, estadista de envergadura, era animado, porém, de ódios implacáveis. Graças à sua atuação, foi anulada a obra existente de Gusmão, o qual encontrou-se pouco depois na penúria, e, até, alvo da sátira: "Quem merece a Inquisição? — Gusmão".

E' atacado por todos os bajuladores ignorantes e até por homens francos, desconhecedores porém dos assuntos que ele tratara, como se deu com o General Antonio Pedro de Vasconcellos a quem Alexandre respondeu magistralmente.

Apesar dos ataques insiste na aplicação do tratado que êle redigira, que criara, e escreve protestando contra a demora na execução do mesmo, aproveitando para relembrar os serviços à Coroa e a injustiça dos últimos dias.

30 — *Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madrid.*
RENATO DE MENDONÇA.

Em 1752, um incêndio devora a sua casa, matando-lhe a esposa e consumindo a sua biblioteca. Gusmão não resiste a este último golpe do destino e falece a 30 de dezembro de 1753, desiludido e magoado.

"Depois de servir D. João V como seu secretário particular nove anos, Alexandre de Gusmão morreu tão pobre que seu espólio não chegou para pagar-lhe as dívidas" (31).

Falecera aos 58 anos aquele a respeito de quem o Conde de Baschi escrevia a seu governo, em 8 de janeiro de 1754, as seguintes palavras:

"Le Portugal vient de faire une perte considérable dans la personne de Mr. Gusman qui mourût dimanche 30 décembre d'une attaque de goutte remoutée. C'était peut être l'homme du Royaume qui avait le plus de génie; il en suivait peut être quelques fois trop les impulsions qui le poussaient au delà des bornes mais il était doué d'une grande mémoire, d'une éloquence naturelle et, surtout, d'une clarté peu commune dans tout ce qu'il voulait expliquer. Le feu Roi en faisant grand cas, celui-ci n'en faisait guère moins; mais après la mort de Jean Cinq il avait continué d'être trop lié avec l'Infant Dom Pedro, ce qui peut bien lui avoir coûté la place de Secrétaire d'État . . . Lui seul était bien au fait des affaires de Rome avec cette cour; et ce qui est bien plus essentiel, de celles du Brésil dont il était originaire, et de ce qui concerne la Colonie, les cessions Espagnoles" (32).

31 — CAMILO CASTELO BRANCO. Obra citada.

32 — JAIME CORTESÃO. Obra Citada.

III — O TRATADO DE MADRI

COMO já tivemos ocasião de ver, a questão de limites entre as possessões portuguesas e espanholas na América era, há muito, um ponto nevrálgico nas relações entre os dois países e se tinha tornado por diversas vêzes um *casus belli*.

Entretanto, o caso não tinha sido ignorado; conforme Alexandre de Gusmão lembra, na sua "Exposição de Serviços a el Rei D. João V", em 1749, este problema fora confiado nada menos de que a oito diplomatas portugueses, encarregados sucessivamente de o solucionar. Foram eles, Pedro de Vasconcellos, Embaixador em Madri (1715-1718); Manuel de Siqueira, Encarregado das "dependências" (1718-1719); D.Luis da Cunha, Embaixador (1719-1720); Antônio Guedes Pereira, Enviado Extraordinário (1720-1727); José da Cunha Brochado. Enviado Extraordinário (maio a dezembro de 1725); Marquês de Abrantes, Embaixador Extraordinário (1722-1729); e, finalmente, Pedro Alvares Cabral, Ministro Plenipotenciario (1729-1731).

Esses diplomatas, que malograram nas negociações, defendiam o ponto de vista que a Coroa portuguesa empenhou-se em manter até 1746, o qual considerava como condição "sine qua non" de qualquer

acordo a conservação, por Portugal, da Colônia do Sacramento e terras circunvizinhas.

A repetição dos fracassos diplomáticos não desanimou D. João V que considerava os limites do Brasil como a questão mais importante na política externa de Portugal — aquela que deveria ser resolvida definitivamente.

O momento para uma negociação feliz parecia ter chegado. Ao morrer Felipe V, Fernando VI subiu ao trono a 9 de julho de 1746. Casado com a Infanta D. Maria Bárbara de Portugal, o novo rei seguiu cegamente os conselhos de sua esposa. Logo que se iniciou o reinado de Felipe V a influência da filha de D. João V positivou-se na imediata melhoria das relações entre as duas cortes.

Além deste fenômeno, influenciou também o início feliz das novas negociações o fato de se encontrarem os dois países como que fatigados pelas repetidas complicações surgidas em redor dos limites entre as suas possessões da América do Sul.

Aproveitaram as duas cortes essa harmonia para encarar francamente o problema e procurar solucionar definitivamente as divergências existentes. Tornava-se realmente indispensável resolver de uma vez essa questão secular.

Devido à importância que a solução final dessas negociações teria para as populações da América, os "pourparlers" iniciaram-se com segredo e cautela. Aplicando as resoluções do acordo de 1737, os dois países nomearam seus embaixadores. A Espanha designou o seu Ministro dos Negócios estrangeiros, dom José Car-

bajal y Lancaster, a quem caberia a delicada missão de recuperar as terras perdidas durante a fraca administração dos Reis da Casa d'Austria. Por parte de Portugal, o mestre de campo General Tomás da Silva Telles, Visconde de Vila Nova de Cerveira, deveria justificar e defender as ocupações territoriais das bandeiras e legitimar suas conquistas.

Atrás de Silva Telles, Alexandre de Gusmão ia manobrar, de Lisboa, as negociações. Nenhuma outra missão seria capaz de empolgá-lo como essa. Oferecia-se a Gusmão a oportunidade de defender a sua pátria, e, para tal fim, era o único que possuía reais conhecimentos da história, da geografia, e da economia do Brasil, bem como da psicologia das novas populações adestradas em lutas contínuas. Estava também a par da maravilhosa epopéia das bandeiras e avaliava no seu justo valor as possibilidades futuras das conquistas que haviam triplicado o patrimônio americano de Portugal.

"Foi um presente do destino para Portugal, sobretudo para o Brasil, que em semelhante conjuntura histórica surgisse ali o intérprete da verdade internacional da América, sujeita ainda às peias e contingências do colonialismo. Alexandre de Gusmão apareceu como o homem único na hora única" (33).

Tomando o contra-pé da defesa de seus antecessores, Alexandre de Gusmão fixou como diretriz essencial das negociações a cessão da Colônia do Sacramento e do Território em troca de compensações fundamentais.

Esta mudança, que abandonava tão disputada Colônia, foi depois o objeto dos ataques desferidos a Gusmão por aqueles que não possuíam a sua visão e compreensão de geografia econômica. Êle sempre seguira atentamente os acontecimentos no Brasil, e para um geógrafo de sua classe, a expansão luso-brasileira para o Oeste era um fato positivo: "surgira uma nova realidade geográfica e econômica formada pelos imensos territórios de Goiás e Mato Grosso, a oeste; as ligações de São Paulo com o Paraná para a exploração de suas minas; as riquezas pecuárias do Rio Grande do Sul; os vales dos rios Negro, Branco e Japurá" (34). As bandeiras tinham então ocupado Mato Grosso onde a organização administrativa realizava-se rapidamente; o Rio Grande do Sul estava sendo colonizado; o planalto central estava ocupado até a curva do rio Madeira; o Jauru e o Guaporé estavam ligados e existia uma comunicação permanente entre os dois Estados do Brasil e do Maranhão-Pará.

Mas somente Gusmão avaliava a importância do novo território, Gusmão que trabalhava sobre os mapas e as informações recebidas dos Governadores, das missões carmelitas e de todo e qualquer funcionário que lhe pudesse mandar algo de positivo. Comparando as possibilidades de tão vasto território com as da pequena e isolada praça da Colônia, Alexandre de Gusmão não vacilou em sugerir a troca do primeiro peia segunda, cuja conservação seria sempre considerada por

Espanha como uma ameaça à sua soberania no vale do Prata.

De Lisboa, Gusmão bombardeava o Embaixador português com sucessivas cartas, minutas e propostas. Para poder pôr em obra o seu plano, recorreu Gusmão à cláusula do Tratado de Utrecht, de 1715, segundo a qual "a Coroa de Espanha poderia propor a troca da Colônia por qualquer compensação territorial".

"Com todos esses elementos em mão, traçou êle o seu plano: rios e vertentes serviriam de fronteira para, à sombra deste princípio, estender a soberania portuguesa a vastidões totalmente ignoradas pelos espanhóis" (35).

Para referir-se às razões que motivaram as negociações por parte de Madri, e à tática empregada por Gusmão para enfrentá-las, devo deixar a palavra ao professor Jaime Cortesão que, no seu curso de Mapoteconomia, realizado no Curso Rio-Branco no ano de 1948, deu um relato único e completo, baseado em documentos até então ignorados ou desconhecidos.

As razões espanholas eram inspiradas por motivos de ordem externa, ou diplomáticas, e por outras de ordem interna, ou de geografia política.

Ficamos cientes das primeiras razões pelo "Informe sôbre as negociações para o tratado de limites" fornecido pelo Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros ao Ministro Ricardo Well, em 1754. Os dois objetivos eram de firmar um pacto de segurança recíproca entre Espanha e Portugal contra

as potências estrangeiras que atacavam as duas nações; e de sabotar a aliança luso-inglesa que era uma ameaça constante do poderio inglês contra a Espanha.

Quanto às razões de ordem interna e de geografia política, eram três. Primeiro, pôr um dique à vertiginosa expansão portuguesa, às "usurpaciones de soberanía" dos luso-brasileiros; segundo, possuir completamente o estuário do Prata; enfim, realizar, na América Meridional, o mesmo equilíbrio e delimitação de soberania, proposta pelo Governo português, aproveitando para isso as duas grandes balizas naturais do Amazonas e do Prata.

Gusmão, como vimos, já calculara a importância enorme que traria a unificação dos Estados do Brasil e do Maranhão. A tática que ele empregou consistiu em fazer voltar contra os espanhóis o Tratado de Tordesilhas. As Molucas, reconhecidamente portuguesas, motivariam a restituição da soma de 350.000 ducados pagas na Escritura de Saragoça, em 1529 (III). As Filipinas deveriam ser devolvidas a Portugal e, enfim, a Colônia do Sacramento, definitivamente incluída pelo Tratado de Utrecht nas possessões de Portugal, permaneceria sua.

A arte de Gusmão foi, pois, de convencer a Espanha de que a restituição dessas conquistas seria muito superior ao valor das terras ocupadas pelos luso-brasileiros a Oeste do meridiano de 1494.

Propunha então uma base de equilíbrio que pudesse satisfazer a ambos os países. Havia que tomar um novo fundamento para o Tratado de limites: dar à ocupação real da terra o valor da propriedade; a pos-

se, o elemento étnico-político caracterizariam o justo domínio: o *uti-possidetis*; e traçar os limites pelas divisões naturais, "as balizas mais conspicuas e notáveis dos montes ou rios grandes" (36).

A grande vantagem de Alexandre de Gusmão, para convencer, os espanhóis da necessidade de criar essa nova base de equilíbrio foi a supremacia de sua cultura em geografia e história. A prova dessa supremacia foi a aceitação, pelos espanhóis, do "Mapa das Cortes" (IX) como base cartográfica das negociações.

Esse famoso mapa, conforme esclarece a carta de Marco Antônio de Azeredo Coutinho, foi confeccionado com as seguintes fontes geográficas: "para as regiões do Brasil meridional, a carta do Padre Diogo Soares; para as terras espanholas da bacia do Prata, a carta de Danville, em 1733, tirada do tomo XXI da "Lettres édifiantes", traçada sobre os mapas dos jesuítas espanhóis no Paraguai, mas muito melhorada pelo geógrafo francês; para a região desde o Paraná até Cuiabá um mapa remetido por Gomes Freire de Andrade; para o vale do Guaporé, as relações e riscos de alguns mineiros de Mato Grosso; para o Madeira e o Tapajós, os mapas e relações enviadas do Pará; e, para o Amazonas, o mapa de La Condamine, corrigido no que se refere ao Vale do Rio Negro segundo as informações prestadas pelo carmelita frei André da Piedade".

A 13 de janeiro de 1750 era assinado em Madri pelo Visconde Tomás da Silva Teles, por parte de "El

36 — *Corta de Marco Antônio de Azevedo Coutinho, de 16 de maio de 1749, ao Visconde Vila Nova de Cerveira.*

Rei Fidelíssimo" de Portugal e dom José de Carbajal y Lancaster, por parte de "El Rei Católico" de Espanha o "Tratado de Limites das conquistas entre os muito altos e poderosos senhores Dom João V, Rey de Portugal, e Dom Fernando VI. Rey de Espanha".

A característica da atitude dos dois países, ao firmarem tal tratado, é a de uma sorte de "*mea culpa*" comum. Ambos reconheciam ter violado o meridiano de Tordesilhas e estavam de acordo em abolir a vigência do mesmo, uma vez que o tratado em apreço não declarava de qual das ilhas se havia de começar a contar as 370 léguas.

Não podemos deixar de estudar detidamente ao menos o Preâmbulo e os artigos mais importantes deste "extraordinário documento internacional que, apesar de não ter tido senão uma vida efêmera, pode ser considerado como a Carta política da América latina" (37).

Com o Preâmbulo deste Tratado veremos Gusmão aplicar no campo internacional o antigo instituto do direito romano, o "*uti possidetis*". Mas, antes de chegarmos a esse ponto, vejamos como, neste mesmo Preâmbulo, está patente o espírito de tolerância e de concessão comum às duas partes contratantes, o anseio de estabilizar a paz e projetá-la para o futuro" (38).

Começa o Preâmbulo por declarar que os dois monarcas, "desejando eficazmente consolidar e estreitar

37 — RODRIGO OCTÁVIO. Obra citada, pág. 10.

38 — ALVARO LINS. Obra citada, pág. 277.

a sincera e cordial amizade que entre si professam . . . resolveram examinar as razões e dúvidas que se oferecessem por ambas as partes, e, à vista delas, concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência".

A seguir, são expostas as dúvidas e razões que motivam o tratado.

ALEXANDRE DE GUSMÃO E O TRATADO
DE 1750

PORTUGAL alegava que a Espanha ocupara, na extremidade asiática do Mar do Sul, um espaço muito superior ao que os portugueses conquistaram na América do Sul; acusava, com razão, a violação completa, pela Espanha, da Escritura de Saragoça pela qual, em 1529, eram cedidos a Portugal "todos os direitos que (Espanha) por ventura pudesse ter ao ocidente do Meridiano das Ilhas Marianas" e que "as terras descobertas nesta região seriam portuguesas, mesmo que o fossem por espanhóis". Baseando-se nesta escritura, Portugal contestava a ocupação das Filipinas. Enfim, no que tocava à Colônia de Sacramento, Portugal protestava contra o não cumprimento, por parte do Governador de Buenos Aires, do artigo VI do Tratado de Paz de Utrecht, de 6 de fevereiro de 1715, que cedia essa praça a Portugal.

Por sua vez, alegava Espanha a penetração portuguesa pelo Amazonas até a boca do Javari e, também, o avanço em Mato Grosso até Cuiabá, nos domínios de sua propriedade. Quanto à Colônia de Sacramento, contestava que fosse propriedade de Portugal, demonstrando, com mapas, achar-se a mesma ao Poente da Linha de demarcação.

Uma vez expostos os motivos de divergência, os dois monarcas "resolveram pôr termo às disputas pasadas e futuras, © esquecer-se, e não usar de todas as ações e direitos, que possam pertencer-lhes em virtude dos Tratados de Tordesilhas, Lisboa, Utrecht e da Escritura de Saragoça ... e querem que adiante não se trate mais deles".

Este é outro aspecto importantíssimo do Preâmbulo, já que tal declaração anula definitivamente tudo que fora tentado no passado para resolver a questão das fronteiras das colônias na América.

A seguir os dois monarcas expõem os dois objetivos do tratado. "O primeiro é mais principal, que se assinalem os Limites dos dois Domínios, tomando por balizas as paragens mais conhecidas ...; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão".

Chegamos aqui à norma mais importante e mais revolucionária do tratado; "a transferência para o direito público da aplicação, até então reservada ao direito privado, do princípio do *uti possidetis*" (39). Ao estabelecer esse princípio. Alexandre de Gusmão sugeriu a doutrina que o Brasil adotaria na defesa de suas fronteiras, aquela que Rio-Branco faria triunfar em julgamentos internacionais, continuando, com mais de um século de intervalo, a obra de engrandecimento do Brasil.

Ao fazer triunfar esse princípio, o paulista Alexandre de Gusmão veio legitimar as conquistas imensas feitas pelas bandeiras. São Paulo dera os desbravadores e, também, o homem que conseguiria o reconhecimento oficial de sua obra.

Estas são, pois, as três grandes características do Preâmbulo: abolição do Tratado de Tordesilhas e demais pactos; delimitação das fronteiras seguindo paragens conhecidas; e aplicação do *uti possidetis*.

"O *uti possidetis* dava-nos, já naquela época, o imenso domínio ocidental a que tinham chegado os brasileiros" (40).

Esta exposição justificativa foi, na opinião de Rodrigo Octavio, "um dos documentos mais notáveis da história diplomática do mundo, e no qual a razão de Estado foi propositadamente posta de lado a fim de facilitar condições de interesse geral" (41).

O artigo I, confirmando o exposto no Preâmbulo, declara abolidos os direitos baseados nas disposições da bula de Alexandre VI, e dos tratados de Tordesilhas, de Lisboa e de Utrecht, bem como da Escritura de Saragoça.

As ilhas Filipinas, de acordo com o art. II, ficam pertencentes "para sempre, sem embargo de qualquer pretensão, que possa alegar-se por parte da Coroa de Portugal" à coroa espanhola; enquanto que, pelo artigo III Portugal torna-se dono de "tudo o que tem ocupado pelo rio Amazonas, ou Maranhão acima ...

40 — JOÃO RIBEIRO. Obra citada, pág. 16.

41 — RODRIGO OCTÁVIO. Obra citada, págs. 16 e 17.

como também o que tem ocupado no distrito de Mato Grosso".

Tornar-se-ia um pouco monótono comentar as disposições dos artigos seguintes, que demarcam os limites dos dois domínios; mas não podemos deixar entretanto de resumir o resultado a que chegaram essas normas.

A fronteira começaria no Oceano, na barra do regato que deságua ao pé do monte Castilhos; seguiria a divisão das águas, ficando a bacia de Leste, a da lagoa Mirim, portuguesa, e a do Oeste, a do rio Uruguai, espanhola. Dali, iria até as cabeceiras dos rios Negro e Ibicuí, descendo pelo álveo deste à margem oriental do rio Uruguai, sendo lusas as terras do norte e castelhanas as do sul. Da barra do Uruguai, a linha continuaria pelo álveo do caudal até a barra do Pepiri, subindo por este até a sua origem, e, pelos altos do terreno, até a cabeceira principal do rio mais vizinho, afluente do Rio Grande de Curutiba, o Iguaçu. Desceria o curso do mesmo até o rio Paraná, cujo curso seguiria, águas acima, até a barra do Igurei. Seguido o curso deste rio e o alto das terras, a fronteira alcançaria a cabeceira principal do rio mais próximo que desaguasse no rio Paraguai; por este desceria ao Paraguai, buscaria os pântanos, ou lagos de Xaraiés, e após atravessá-los, remontaria até a foz do rio Jauru. Deste ponto, seguiria em linha reta até a margem austral do Guaporé, frente à barra do rio Sararé, baixando pelo rio Guaporé até o Mamoré, e, por este, ao Madeira; seguiria então por este afluente do Amazonas até um ponto situado a meia distância entre este rio e a foz do Mamoré. Dês-

se ponto, um paralelo geográfico dividiria as possessões respectivas até a margem oriental do rio Javari, cujo álveo continuaria o discrime até o Amazonas. Seguiria águas acima deste e dos rios afluentes que mais se aproximassem do rumo do norte, até alcançar a cordilheira do Norte; entre os rios Orinoco e Amazonas, a linha protegia os estabelecimentos portugueses no rio Negro, impedindo uma possível invasão portuguesa no Orinoco.

Este, como o menciona Rio-Branco, é o "primeiro acordo de limites entre as duas Coroas em que figura o rio Pepiri ou Pequiri" (42).

Pelo artigo XIII, "Sua Majestade Fidelíssima em seu Nome, e de seus Herdeiros e Sucessores, cede para sempre à Coroa de Espanha a Colônia do Sacramento e todo o seu Território adjacente a ela, na margem setentrional do rio da Prata . . . como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à Coroa de Espanha"; especificando-se, no artigo XV, que a praça seria entregue "sem tirar dela mais que a Artilheria, Armas, Pólvora e Munições, e Embarcações do serviço da mesma praça". Os habitantes ficariam livres de ali ficar ou de retirar-se para os domínios portugueses com os seus bens móveis.

Por sua vez, pelo artigo XIV, Espanha entregava a Portugal "tudo que . . . pelos presentes Artigos se declara pertencente a Portugal, desde Monte de Castilhos grande e Costa do Mar, até a cabeceira, e origem principal do rio Ibicuí. e também" cede os demais ter-

ritórios que abrangem as regiões do Amazonas, da margem oriental do Guaporé e dos chamados Sete povos das Missões. O artigo XVI estabelecia que, das povoações cedidas na margem oriental do Uruguai, sairiam "os Missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para os aldear em outras terras de Espanha".

Os quatro artigos seguintes lidavam com o equilíbrio das nações européias.

Chegamos, então, ao famoso artigo XXI, no qual Alexandre de Gusmão, antes de Bolivar e de Monroe, lança a primeira afirmação do pan-americanismo.

"O artido 21 do Tratado de Madri fundamenta evidentemente o princípio da solidariedade continental e o alheamento das lutas européias que, nos séculos coloniais, provocaram tantos mal-entendidos e encontros sangrentos entre espanhóis e portugueses" (43).

Eis, na íntegra, o famoso artigo, onde se encontram claramente definidos os princípios generosos de uma alta política internacional:

"Sendo a guerra ocasião principal dos abusos, e motivo de se alterarem as regras mais bem concertadas, querem Suas Majestades Fidelíssimas, e Católica, que se (e que Deus nao permita) se chegasse a romper entre as duas Coroas, se mantenham em paz os Vasallos de ambos, estabelecidos em toda a América Meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os Soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com os seus

Aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão, por leve que seja, serão castigados com pena de morte irremissível; e qualquer presa que fizerem, será restituída de boa fé, e inteiramente. E assim mesmo, nenhuma das duas nações permitirá, o cômodo de seus Portos, e menos o trânsito pelos seus territórios da América Meridional, aos inimigos da outra, quando intentem aproveitar-se deles para hostilizá-la; ainda que fosse em tempo que as duas Nações tivessem entre si guerra em outra região. A dita continuação de perpétua paz, e boa vizinhança, não terá só lugar nas terras, e Ilhas da América Meridional, entre os Súditos confiantes das duas Monarquias, senão também nos Rios, Portos e Costas, e no mar Oceano, desde a altura da extremidade Austral da Ilha de Santo Antão, uma das de Cabo Verde, para a parte do Sul; e desde o Meridiano, que passa pela sua extremidade Ocidental para a parte do Poente: de sorte que a nenhum Navio de guerra, Corsário, ou outra embarcação de uma das duas coroas seja lícito dentro dos ditos Têrmos em nenhum tempo atacar, insultar, ou fazer o mínimo prejuízo aos Navios, e súditos da outra; e de qualquer atentado, que em contrário se cometa, se dará pronta satisfação, restituindo-se inteiramente o que acaso se tivesse apressado, e castigando-se severamente os transgressores. Outrossim, nem uma das duas Nações admitirá nos seus Portos, e terras da dita América Meridional, Navios ou Comerciantes, amigos ou ne urrais, sabendo que levam intento de introduzir o seu comércio nas terras da outra, e de quebrantar as Leis, com que os dois Monarcas governam aqueles Domínios. E para

a pontual observância de tudo o expressado neste Artigo, se farão por ambas as Cortes os mais eficazes encargos aos seus respectivos Governadores, Comandantes, e Justiças; bem entendido, que ainda em caso (que não se espera) que haja algum incidente, ou descuido, contra o prometido e estipulado neste Artigo, não servirá isso de prejuízo à observância perpétua, inviolável de tudo o mais que pelo presente Tratado fica regulado".

Esta é, pois, a obra do gênio de Gusmão, aquela que marca o mais alto padrão da sua fama. Faz do grande colonizador, do grande geógrafo, do grande jurista, o verdadeiro fundador do pan-americanismo que mais tarde se cristalizaria na famosa mensagem lançada por Monroe.

Os demais artigos do tratado expõem as regras para o levantamento das fronteiras; para a nomeação dos Comissários "encarregados de visitar a raia e ajustar as paragens por onde devia correr a demarcação;" fixa o dia em que se realizariam "as mútuas entregas da Colônia do Sacramento com o Território adjacente, e das Terras e Povoações compreendidas na cessão que faz Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai"; declaram que as cessões não representam equivalências, senão o que se reputava justo e conveniente a ambas as partes"; fixam o prazo de um ano para a troca das cessões; regulam as fortificações e estabelecem os lugares onde as mesmas não poderão ser erigidas.

Este Tratado, que foi ratificado por Portugal a 26 de janeiro e por Espanha a 8 de fevereiro de 1750,

"ha sido indubitavelmente el tratado más propio para se establecer una sólida y durable armonia entre las dos coronas" (44).

Ao acabarmos de estudar esta obra, cujos esquema e coordenação são de Alexandre de Gusmão, não podemos deixar de admirar a sabedoria imensa, a visão clara de um futuro brilhante, do homem que num só documento trabalhou tanto a favor do Brasil e das Américas; daquele que, há duzentos anos, aplicou os princípios da mais moderna geopolítica dos nossos dias, quando concebeu uma esfera de influência amazônica e outra de influência platina.

Além de instituir princípios novos, o "Tratado de 1750 consignava, pois, no seu todo, e com pequenas e insignificantes diferenças, a *configuração atual do Brasil*; pode-se afirmar que a formação territorial do país, na sua total expansão data desta era" (45).

Robert Southey, em sua História do Brasil, achava que "a linguagem e o teor deste memorável tratado estão dando testemunho da sinceridade e boas intenções das duas cortes. Parecem na verdade os dois soberanos contratantes ter-se adiantado ao seu século. Procederam com uma lealdade, que quase pode considerar-se coisa nova na diplomacia, e tentando estabelecer perpétua paz nas suas colônias . . . puseram um exemplo digno de recordar-se como meio praticável de minorizar os males de guerra" (46); o barão do

44 — *Tratados, Convenios...* ALEJANDO DEL CAUTILLO.

45 — *História do Brasil*. JOÃO RIBEIRO, pág. 369.

46 — *História do Brasil*. ROBERT SOUTHEY. Tomo VI, páginas 8 e 9.

Rio-Branco, por sua vez, opinava que "o estudo do Tratado de 1750 deixa a mais viva e grata impressão da boa fé, lealdade e grandeza de vistas que inspiraram èsse ajuste amigável de antigas e mesquinhas querelas, consultando-se ùnicamente os princípios superiores da razão e da justiça e as conveniências da paz e da civilização na América" (47).

47 — *Exposição ao Presidente Cleveland.* BARÃO DO RIO BRANCO. Volume II, pág. 24.

FRONTEIRAS DO SUL ATE' A SOLUÇÃO FINAL

No mesmo ano em que triunfava o tratado idealizado por Alexandre de Gusmão, morria o seu preconizador Dom João V.

Logo que foi divulgado, o Tratado de Madri começou a ser combatido; em Madri, pelos que começavam a avaliar o lucro enorme de Portugal; em Lisboa pelos que não viram as enormes vantagens que a nova fronteira trazia para o Brasil.

Aquele que fora o Governador da Colônia do Sacramento, e seu defensor durante os anos de 1735 a 1737, o Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcellos, foi quem, em Lisboa, chefiou a oposição ao Tratado, atacando violentamente a cláusula que cedia a Colônia

Ao espírito liberal e largo, de tamanha visão política de Alexandre de Gusmão, sucedia o ânimo estreito, suspeito, cheio de preconceitos do novo Ministro de Dom José, Sebastião José de Carvalho e Mello, Marquês de Pombal. O novo Ministro tornara-se imediato opositor da política de Gusmão.

Tal fato não o impediu, entretanto, de opor-se com ardor às críticas de Pombal. Defendendo o Tratado de Madri, Gusmão publicou a sua famosa "Res-

posta e reflexões do Autor contra o que escreveu Antonio Pedro de Vasconcellos, que havia sido Governador da Colônia do Sacramento, a respeito dos Tratados dos Limites d'America".

Nesta famosa carta, desculpa desde logo a posição de Vasconcellos, explicável pelo "amor que tinha criado a uma praça, que governou com tanto louvor e defendeu com tanto acordo e valentia". A seguir, afirmando que "não é menos o afeto que tem a bem da monarquia do que aquele que V. S. tem à colônia", pede venia para defender o seu ponto de vista, respondendo item por item às acusações levantadas pelo Brigadeiro Pedro de Vasconcellos.

À afirmação de que a cessão da Colônia "entregava as chaves de nossas minas" à Espanha, pondera Gusmão que essa praça dista de Minas Gerais 700 léguas e que as fortificações a serem erguidas em São Miguel seriam suficientes para repelir qualquer tentativa de invasão. Acrescenta que com a entrega de Sacramento terminará o contrabando que ali se realizava apesar de ter sido proibido pelo Tratado de Paz de 1681 e pelo de Utrecht.

A seguir, estranha a afirmação de ser Colônia uma praça de grande valor para Portugal: "O país que cedemos é o território da Colônia, que nos tocava pelo Tratado de Utrecht, não há dúvida que nos poderia ser proveitoso se os espanhóis no-lo entregassem; porém estando eles de posse e mui alheios de quererem largá-lo, como experimentamos em mais de vinte anos de inconsistências e negociações baldadas, não sei como

se verifique a nosso respeito a qualidade de "mui útil" que V. S. dá àquele território".

A seguir compara as vantagens entre o território cedido no Uruguai, que "desfrutaremos com sossego" e que dará ao Brasil "um fundo grande quando não possuíssemos mais que uma língua de terra", com aquela praça encravada nos domínios espanhóis e a grande distância dos pontos dos quais dependia.

Chega então Gusmão ao "ponto principal da questão", aquele onde Pedro de Vasconcellos acusava os Espanhóis de terem violado a bula do Papa Alexandre VI, de 1494, os tratados de Tordesilhas, de Saragoça e o de Lisboa, de 6 de maio de 1681.

Refuta esta acusação: "quanto à América estou certo que em todo o grande fim dos confins dos nossos domínios se não poderá apontar um só palmo de terreno ocupado pelos espanhóis ao ocidente da linha divisória". A seguir faz um breve resumo dos acontecimentos ocorridos no Sul e no Oeste, descreve os vastíssimos territórios ocupados pelas bandeiras, os quais provam positivamente que os espanhóis tinham fundamentos para chamar os portugueses de usurpadores.

Assim, pois, tendo desmoronado com fatos positivos as acusações de Vasconcellos Gusmão pede-lhe; "Agora, considere V. S. que peso faz na balança o miserável presidio de colônia, com todas as vantagens que lhe queiram atribuir, em comparação de um país imenso, que se nos contestava, com minas copiosas de ouro e diamantes, e com os preciosos frutos de que vêm carregadas as frotas do Pará".

Refuta, com a mesma firmeza, as acusações de que o território espanhol aumentara imensamente com a aquisição do novo território, cuja superfície é ridiculamente pequena comparada à das terras ganhas pelo Brasil; e, quando Pedro de Vasconcellos toca na questão do Amazonas, Gusmão torna patente a completa ignorância daquele que criticava os seus atos:

"Destas palavras infiro que V. S. impugna o novo tratado por informações de ouvida. Se V. S. o tivesse visto, acharia nele que do rio das Amazonas para o norte nos fica mais terreno do que importa o território da Colônia dez ou doze vêzes; e assim, se na opinião de V. S. devia ser o rio das Amazonas a nossa meta, veja V. S. quanto mais do que imagina fica estendido o domínio de Portugal pelo tratado dos limites?"

Não cabe, a uma defesa tão positiva, acrescentar um só comentário; mais uma vez os imensos conhecimentos do grande diplomata brasileiro mostram-se em todo seu esplendor, destruindo uma por uma as acusações do seu adversário; e, também mais uma vez, torna-se patente a elegância e a "finesse" do homem que aniquila o seu acusador com um tato e um respeito que raramente são encontrados.

Além desta resposta, escreveu Gusmão um Discurso "em que mostra os interesses que resultam a S. M. F. e a seus vassallos da execução do tratado de limites da Colônia do Sacramento, ajustado com S. M. Católica".

Neste manuscrito, Alexandre de Gusmão, que começava a sentir receios em vista da demora da »?xe-

cução do Tratado, advoga a rápida aplicação do mesmo e o defende contra os ataques de que já era alvo, Insiste no fato de que os espanhóis já se estavam dando conta das vantagens auferidas pelo Brasil; de que Madri está cada vez mais irritado com o contrabando, mais particularmente o de prata, que se vem desenvolvendo abertamente em Colônia.

Recorre às provas que desenvolverá mais devassadamente na sua "Resposta", tais como o absurdo da possível invasão das minas; a enorme superioridade do território adquirido por Portugal, e conclui: "Deus queira que o diferir-se a execução do tratado **de limites** não seja causa de que a corte de Madri informandose com o tempo do muito que a nosso favor se acha feita a transação e permutação, admita idéias menos conciliosas das que nos tem mostrado, e que valendo-se de outros recursos reclame o ajustado, deixando-no9, depois de uma tão laboriosa negociação sem uma nem outra cousa".

Apesar dessa insistência em apressar a aplicação do Tratado era muito vagarosamente que algumas providências iam sendo tomadas. Diversos tratados, regulando o de 1750, foram assinados: os de 17 de janeiro e 17 de abril de 1751; os de 24 de janeiro e 31 de julho de 1752. todos procurando "dispersar quaisquer dúvidas e esclarecer a inteligência das suas disposições" (48). A execução do tratado revelava se difícil. Portugal cedia, mais ou menos sem relutância, a Colônia do

Sacramento; mas Espanha esbarrara com a recusa dos índios aldeados nas Missões, os quais não queriam deixar os seus lares.

A tarefa da demarcação revelou-se difícil e complexa sendo que as maiores dificuldades foram as referentes à transmigração dos índios aldeados nas missões jesuíticas.

"Sem cogitação de humanidade, o Tratado de 1750 reproduzira o antigo processo bárbaro das transplantações dos povos" (49). Rápido e ativado pelos jesuítas, o desespero dos índios tornou-se uma verdadeira insurreição. Armados e disciplinados pelos jesuítas, os Guaranis resistiram às ordens do Rei da Espanha. Começou então, em 1754, uma verdadeira guerra, para tomar posse do território das *Missões Orientais do Uruguai*, que terminou em Coaibaté, a 10 de fevereiro de 1756, quando os índios foram derrotados pelas forças de Buenos Aires e do Brasil comandadas por An donaeGUI e Gomes Freire de Andrade.

Convém notar, de passagem, que foi tal a resistência suportada e dirigida pelos jesuítas, que motivou a expulsão dos mesmos de Portugal em 1759.

Mal terminaram as hostilidades com os Guaranis, espanhóis e brasileiros encontravam-se novamente como adversários, já que o *Pacto da família* fizera romper as hostilidades entre as duas coroas. Colônia caiu, a 30 de outubro de 1762, nas mãos dos espanhóis comandados por Ceballos que, também, apoderou-se das duas margens do Rio Grande do Sul.

Em 1753, abandonado e criticado, morria Gusmão, o gênio que criara um novo Brasil. Felizmente, êle /ião viveu para ver a sua obra anulada pelo Tratado assinado a 12 de fevereiro de 1761, no Prado, que, tornando sem efeito o de Madri, fazia novamente vigorar "todos os atos reguladores de fronteiras, a principiar pelo de Tordesilhas".

Quais as razões do fracasso do Tratado de 1750? Na opinião de Capistrano de Abreu, "de tão belas palavras e tão generosos sentimentos encontrava-se o germe mortal" (50) nos artigos XIV, XVI e XXIII, relativos à cessão e entrega dos territórios ocupados pelas missões dos jesuítas na margem oriental do rio Uruguai.

Pandiá Calógeras encontra grande parte da explicação do fracasso no fato de o tratado ter sido interpretado pelo ânimo estreito e suspeitoso de Pombal.

"No Tratado de Madri, o ambiente era de confiança, de sereno desejo de dirimir conflitos. Veio interpretá-lo e dar-lhe aplicação a mentalidade policial de quem o examinaria somente do ângulo das falhas a encontrar, da possibilidade de existência de ocultos desígnios de violência e conquista. Obra de luz investigada por inteligência de treva" (51).

A verdade, também, é que as condições da época foram um dos principais empecilhos à aplicação do tratado; faltavam os conhecimentos geográficos essenciais a uma definição exata da linha divisória.

50 — *Colônia do Sacramento*. CAPISTRANO DE ABREU.

51 — J. P. CALÓGERAS. Obra citada, pág. 212.

O Tratado assinado em Paris, a 10 de fevereiro de 1763, (VIII) punha fim à guerra de 7 anos. Em cumprimento do mesmo, "da colônia do Sacramento assim como do seu território, e da ilha de São Gabriel, fêz a Espanha realmente entrega aos comissários portugueses". Apesar dessas disposições, os espanhóis não quiseram restituir o Rio Grande do Sui nem as ilhas de Martim Garcia e Dos Hermanos.

Portugal protestou, e, não obtendo satisfação preparou a reconquista daquela região. Principiadas em 1767 as hostilidades, suspensas oficialmente em 1775, terminaram realmente em 1776, quando os brasileiros, comandados por Sá e Faria libertaram o Rio Grande. Mas, uma vitória trazia outra guerra; tropas eram mandadas da Espanha e chefiadas por Ceballos, os castelhanos apoderaram-se da ilha de Santa Catarina, a 24 de fevereiro de 1777 e da Colônia do Sacramento a 2 de maio do mesmo ano. O General Pedro Ceballos arrasou a praça e deportou para Buenos Aires e para o Peru as famílias que ali viviam.

Com a morte de dom José I, que se deu a 24 de fevereiro de 1777, Pombal seguiu o destino que dera a Alexandre de Gusmão. Desaparecido este homem, o ambiente político suavizou-se imediatamente e as negociações para um novo tratado iniciaram-se entre os plenipotenciários de dona Maria I e D. Carlos III.

A 1.º de outubro de 1777 os dois monarcas assinavam em Santo Ildefonso o tratado preliminar de limites na América Meridional, sendo plenipotenciários, pela parte de S. M. Fidelíssima, D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho, e pela de S. M. Católica, o Con-

de de Florida Bianca. Esse instrumento devia servir de base a outro, definitivo, de amizade a ser celebrado depois de feita a demarcação de fronteiras.

O novo tratado veio confirmar a sabedoria de Alexandre de Gusmão, já que era quase que uma repetição do convênio de 1750. Ratificavam-se os ajustes de 1668, de 1715 e 1713 e o conceito do *uti-possidetis* voltava a servir de base. A modificação principal do novo tratado era inteiramente desfavorável a Portugal, que não somente entregava Colônia, mas perdia as Missões Orientais do Uruguai e o território do norte de Castilhos.

Aceito pelos dois países, o tratado preliminar tornou-se definitivo no Prado, a 11 de março de 1778. Este pacto, como os demais, acabou caducando por não ter sido cumprido por causa da guerra que rebentou em 1801 entre Portugal e Espanha; o instrumento de paz de Badajoz, assinado aos 6 de junho de 1801, ignorou o problema.

O Império, por sua vez, não conseguiu resolver o litígio.

Foi no governo de Prudente de Moraes que veio triunfar, através do segundo Rio-Branco, a tese defendida por Gusmão, fixando definitivamente os limites entre o Brasil e a República Argentina. O laudo de Cleveland, Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, entregava a 5 de fevereiro de 1895, ao Brasil, o tão disputado território das Missões. Com o Tratado do Rio de Janeiro, de 4 de outubro de 1898, a linha divisória passava pelo Peperi-Guaçu e o Santo Antônio.

Com Rio-Branco, triunfava a obra daquele grande "brasileiro, que se fêz respeitado pela sua integridade, como pelo seu saber, a ponto de orientar a diplomacia lusitana de dom João V; logrou desvencilhá-la dos modos tradicionais em que se enfeixara, para lhe imprimir o cunho do novo continente. Entrava-lhe, sem dúvida, no sangue, a energia bandeirante que lhe inspirou a transplantação para o direito Internacional do instituto da posse, como elemento regulador das relações jurídicas, até então adstritas aos postulados das convenções inexequíveis. Pela força persuasiva de seus argumentos, Gusmão suplantou o misoneísmo da mentalidade contemporânea para inscrever, no Tratado de Madri, o princípio do *uti-possidetis*, como meio regulador do destino dos territórios coloniais, que jamais se apagaria da história americana. E, maior ainda, preparou a sementeira de ideais americanos que viriam, pelo tempo afora, desabrochar em nobres concepções. O ideal americano, que madrugara na mente douta de Alexandre de Gusmão, recolheu, graças ao seu patrocínio, a chancela dos reis, cujos plenipotenciários o subcreveram, sem atinar porventura com o alcance da doutrina que, semeada em solo próprio, germinou, pujante. Toda a atividade diplomática referente ao Brasil girou, daí por diante, em torno desses marcos insculpidos pelo seu primeiro internacionalista" (52).

N O T A S

I — *Bula Inter-coetera* — Bula do Papa Alexandre VI, de 3-V-1493, que concedia aos Reis Católicos "todas e cada uma das sobreditas terras e ilhas assim desconhecidas e até hoje por vossos emissários achadas e a serem achadas para o futuro".

II — *Tratado de Tordesilhas* — Convenção assinada a 7-VI-1494, entre delegados espanhóis e portugueses, fixando nova linha de limites entre os domínios de Portugal e Espanha. Segundo o Tratado, a linha divisória não passaria mais a 100 léguas, porém a 370; não mais a Oeste, de qualquer das linhas dos Açores e Cabo-Verde, mas a Oeste da ilha mais ao poente do arquipélago de Cabo-Verde, deixando a Espanha tudo que ficasse ao Ocidente e a Portugal o que se contivesse no Oriente. O Papa Julio II sancionou este Tratado a 24-1-1506.

III — *Escritura de Saragoça* — Assinada a 22 de abril de 1529, firmava a compra, por Portugal, das ilhas Molucas e a transferência da linha de demarcação, na Oceania, para 17° a Este da posição que ocupava.

IV — *Tratado Provisional de Lisboa* — Assinado em 1681, esse tratado tem em vista a Colônia do Sacramento, confirmando ambas as partes a sua posse pelos portugueses.

V — *Guerra de Sucessão* — A morte de Carlos II, que não deixou descendência, deflagrou a grande guerra que envolveu quase todos os Estados da Europa. Opondo-se à nomeação do duque de Anjou ao trono espanhol, constituiu-se em Haia a "Grande Aliança" formada pela Grã-Bretanha e a Holanda. Portugal defendeu a causa dos Bourbons em virtude do pacto

assinado a 8-VI-1701 com a França, mas denunciou esse pacto e incorporou-se à Grande Aliança. Esta guerra termina com o Tratado de Utrecht.

VI — *Tratado de Utrecht* —• A França, a Espanha, a Inglaterra e a Holanda concluíram, em 1713, em Utrecht, um tratado que pôs fim à guerra de sucessão da Espanha. Felipe V ficava rei de Espanha, a França conservava sua integridade territorial, mas numerosas concessões marítimas eram feitas à Inglaterra que obtinha Gibraltar, Terra Nova. A Portugal eram restituídas as praças perdidas, e, na América, a Colônia do Sacramento.

VII — *Pacto da Família* — Tratado concebido por Choiseul, em 1761, entre a França, a Espanha e Nápoles, para resistir à potência naval inglesa.

VIII — *Tratado de Paris* — Foi assinado a 10-11-1763 entre a Grã-Bretanha de um lado e os membros do Pacto da Família de outro. Este tratado cedia à Grã-Bretanha o Canadá, da França, e Florida e Minorca, da Espanha.

IX — *O Mapa das Cortes* — E' ao esforço pesquisador do Barão do Rio-Branco que devemos a descoberta, no Depósito Geográfico do Ministerio dos Negocios Estrangeiros de Paris, de um dos dois exemplares manuscritos do chamado "Mapa das Côrtes."

O Barão revelou pela primeira vez o famoso mapa e explicou a sua história na "Exposição que os Estados Unidos do Brasil apresentam ao Presidente dos Estados Unidos da América", na questão de limites com a Argentina.

Nessa Exposição é assentada definitivamente a autoria portuguesa do manuscrito: "Parece que teve parte principal, além de Alexandre de Gusmão, o general Silva Paes, que nessa ocasião chegava ao Brasil, onde estivera quatorze anos, no Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Colônia do Sacramento".

O mapa de 1749 foi feito em Lisboa, sob as vistas do Governo português, em duplicata. A 8 de fevereiro de 1749, este

mapa era remetido por Azeredo Coutinho para Madri, onde serviu de base na discussão final e redação definitiva do Tratado de 1750.

Esses dois exemplares tomaram o nome de "Mapas primitivos", já que posteriormente, em 1751, foram feitas três cópias em Lisboa e três em Madri, as quais deviam ser trocadas e entregues aos Comissários encarregados de demarcar a linha de fronteira.

Compreendendo a afirmação de que o documento encontrado em Paris não é uma cópia, mas sim um dos dois originais de 1749, o Barão transcreve longos trechos da carta que o embaixador português. Visconde Tomás da Silva Telles, dirigiu a 24 de junho de 1751, ao novo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Carvalho e Mello, depois Marquês de Pombal, na qual se fala de três cópias idas nesse ano de Lisboa e das três divergentes dos primeiros quanto à linha de fronteira no extremo sul.

Na presente data são conhecidas o mapa primitivo, de 1749, encontrado em Paris; uma das cópias portuguesas, feita em 1751, existente em Madri; o mapa reproduzido por Borges de Castro, no III^o volume da "Coleção de Tratados", que deve ser a reprodução duma das três cópias feitas em Madri, em 1751. e, finalmente, o mapa do Rio de Janeiro, que é uma cópia do mapa de Paris.

B I B L I O G R A F I A

- Alexandre de Gusmão* — Costa Rego — artigo no "Correio da Manhã". — 1950.
- Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la Politique Internationale* — 2 conférences données dans les Universités de Paris et de Roma en avril 1930 — Rodrigo Octavio — Recueil Sirey — Paris, 1930.
- Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* — Jaime Cortesão — Parte II — Tomo II — Rio, Instituto Rio-Branco — 1950.
- Anais da Biblioteca Nacional* — Vols. 52 e 53 — 1938.
- Brasil Histórico* — A. J. de Mello Moraes — 1867 — Livraria do Povo — Rio de Janeiro.
- Capítulos da História Colonial* — Capistrano de Abreu — 3.^a edição, 1934, Rio.
- Colleção de Tratados* — Borges de Castro.
- Coleção de Vários Escritos inéditos políticos e literários de Alexandre de Gusmão* — Typografia de Faria Guimarães — Porto, 1841.
- A Cultura Brasileira* — Fernando de Azevedo — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio, 1943.
- Curso de Mapoteconomia* — Vol. 25 a 28 — VII e VIII — 1948 — Professor Jaime Cortesão.
- Dicionário Bio-bibliográfico brasileiro* — Argeu Guimarães — Rio, 1938.

- Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* — Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1922.
- Discurso em que Alexandre de Gusmão mostra os interesses que resultam a Sua Majestade Fidelíssima e a seus vassallos da execução do tratado de limites da colônia ao Sacramento, ajustado com Sua Majestade Católica* — O Panorama — 1843 — Vol. II, série 2 — Lisboa.
- Efemérides Brasileiras* — Obras do Barão do Rio-Branco —» Vol. VI — Ministério das Relações Exteriores.
- Ensaio de História e Crítica* — A. G. de Araújo Jorge — Ministério das Relações Exteriores, 1948.
- Ensaio Histórico das relações diplomáticas e políticas entre a França e Portugal* — Leite Velho.
- As Fronteiras do Brasil* — Fernando Antonio Raja Gabaglia — Rio, 1916.
- Fronteiras do Brasil no Regime colonial* — José Carlos de Macedo Soares — José Olympio — 1939 — Rio de Janeiro.
- Fronteiras do Setor Sui* — Tenente Coronel Nery da Fonseca — Vol. I — Ed. Cruzeiro do Sul — 1935.
- A Fronteira do Sul* — J. Resende Silva — Rio — I. Nacional, 1922.
- História do Brasil* — Robert Southey — traduzido por Joaquim de Oliveira — Livraria Garnier — Rio, 1862.
- História do Brasil* — Barão do Rio Branco — tipografia São Benedicto — Rio, 1930.
- História do Brasil* — José Francisco da Rocha Pombo-Benjamim de Águila — Rio.
- História do Brasil* — João Ribeiro — Ed. Francisco Alves — Rio, 1912.
- História da Civilização brasileira* — Pedro Calmon — Cia. Editora Nacional — 1935 — São Paulo.
- História Breve de Portugal* — Caetano Beirão — Editorial Lagos — Lisboa — 1946.
- The History of America* — William Robertson — Londres, 1796.

- As Nossas Fronteiras* — João Ribeiro — Rio, 1930.
- Perfil do Marquês de Pombal* — Camilo Castello Branco — 4.* edição — 1936 — Livraria Civilização — Porto.
- A Política exterior do Império* — I — As Origens — João Pandiá Calógeras — Revista do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro — Tomo especial — Rio de Janeiro, 1927.
- Questão de limites* — Obras do Barão do Rio-Branco — volume I — Ministério das Relações Exteriores — Rio, 1945.
- Relação do Sítio que o governador de Buenos Aires pôs no ano de 1735 à Praça da Nova Colônia do Sacramento...* — Lisboa — 1748 —• Francisco Luiz Ameno.
- Rio-Branco* — Alvaro Lins — José Olympio — 1945 — Vol. I.
- Rio-Branco e a Política exterior do Brasil* — Dunshee de Abranches — "Jornal do Brasil" — Rio, 1945.
- Segundo Centenário do Tratado de Madri* — Conferência do General E. Leitão de Carvalho. "Jornal do Comércio" — 16-IV-1950.
- Os Sete Povos das Missões e o Tratado de Madri* — Renato de Mendonça — 1940.
- Sôbre a Colônia do Sacramento* — Capistrano de Abreu — Tipografia Leuzinger— Rio, 1900.
- Tratado da Limites das Conquistas entre João V, Rey de Portugal, e D. Fernando VI, Rey de Espanha, Pelo Qual Abolida a demarcação da Linha Meridiana, ajustada no Tratado de Tordesilhas de 7-VI-1494, se determina individualmente a Raya dos Dominios de huma e outra Coroa na America Meridional"* — Ed. Joseph da Costa Coimbra — Lisboa, 1750.
- Tratado de Limites de 1777; trabalhos demarcatórios do Chuí ao Guaporé* — Virgilio Correa Filho.
- Tratado de Madrid* — B. Aires, Imprensa del Estado, 1836.
- Da Vida e Feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão* — Visconde de São Leopoldo — Artigo extraído das atas do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro, da sessão de 13-111-1841.

OTTO MARIA CARPEAUX

RESPOSTAS
E PERGUNTAS

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE



OS CADERNOS DE CULTURA

OS CADERNOS DE CULTURA

Direção de José Simeão Leal

- 1 — JOSÉ JANSEN A máscara no culto, no teatro e no tradição
- 2 — ALVARO LINS, CARPEAUX e THOMPSON José Lins do Rego
- 3 — PAULO RONAÍ Escola de Tradutores
- 4 — CARLOS DRUMMOND DE AN- DRADE Viola de Bólso
- 5 — Lúcio COSTA Arquitetura Brasileira
- 6 — Lúcio COSTA Considerações sôbre a Arte Contem- porânea
- 7 — PAULO MENDES CAMPOS Forma e expressão do Soneto
- 8 — DJACIR MENESES Formação profissionai do Advogado
- 9 — H. VON KLEIST Teatro de Maiionetes
- 10 — ANTONIO CÂNDIDO Monte Cristo, ou da Vingança
- 11 — Luis COSME Música e Tempo
- 12 — JOÃO CABRAL DE MELO Miró
- 13 — OTÁVIO DE FARIA Significação do Far-West
- 14 — SANTA ROSA Roteiro de A
- 15 — SANTA ROSA Teatro, Realidade Mágica
- 16 — JOSÉ CARLOS LISBOA Teatro de Cervantes
- 17 — José CARLOS LISBOA Isabel a do Born Gosto
- 18 — GILBERTO FREYRE José de Alencar
- 19 — CLARISSE LISPECTOR Alguns Contos
- 20 — MARIO PEDROSA Panorama da Pintura Moderna
- 21 — ROSÁRIO FUSCO Introdução à Experiência Estética
- 22 — CARLOS DANTE DE MORAIS Realidade e Ficção
- 23 — DANTE COSTA O Sensualismo Alimentar
- 24 — LEDO Ivo Lição de Mário de Andrade
- 25 — EUGÊNIO GOMES O Romancista e o Ventríloquo
- 26 — Jost LINS DO RECO Homens. Sires e Coisas
- 27 — OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA.. De várias Provindas
- 28 — LÚCIA MIGUEL PEREIRA Cinqüenta Anos de Literatura
- 29 — ALEXANDRE PASSOS A Imprensa no Período Colonial
- 30 — MANOEL DIEGUES JUNIOR Etnias e Culturas no Brasil
- 31 — CYRO DOS ANJOS Explorações no Tempo

OTTO MARIA CARPEAUX

RESPOSTAS E PERGUNTAS



MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

UMA FONTE DA FILOSOFIA DE MACHADO DE ASSIS

TODO mundo conhece o delírio de Bras Cubas ; num deserto, o delirante encontra-se em tace de um "vulto imenso, figura de mulher", de impossibilidade egoísta, de eterna surdez; reconhece-a como a Natureza, sua mãe e inimiga; ela lhe explica a lei cruel que rege o Universo ("A onça mata o novilho porque o raciocínio é que ela deve viver"); mas afinal o pesadelo cede, e o monstro que trouxe Bras Cubas para aquele deserto transforma-se, sempre diminuindo, na figura familiar do seu gato. — Agora, num outro documento literário, menos famoso entre nós, leio de um sujeito que encontrou no deserto "um vulto grandíssimo, figura desmesurada de mulher", de impassibilidade cruel ("Acreditaste que este mundo tenha sido criado para ti?"), mãe mas inimiga de todas as criaturas; ela lhe explica a lei cruel que rege o Universo ("que é um círculo perpétuo de produção e destruição"); aí também aparecem monstros, dois leões, que teriam devorado o infeliz, se um vento de areia não o tivesse encoberto e mumificado ; "mais tarde, viajantes encontraram a múmia, trazendo-a para a Europa, colocando-a no museu não sei de que cidade" — não importa porque todos os

museus se parecem, assim como, conforme Machado de Assis, todos os cemitérios se parecem. — Esse outro documento que o autor das "Memórias póstumas de Bras Cubas" deve ter conhecido, é o "Dialogo della Natura e di una islandese", que faz parte do volume "Operette morali", de Leopardi.

As poesias de Giacomo Leopardi não se ignoravam no Brasil, na época do romantismo; até hoje, o maior poeta que a Itália produziu depois de Dante é considerado no Brasil como um romântico melancólico, um poeta elegíaco. Talvez porque se desconheciam os seus diálogos em prosa, aquelas "Operette morali" que são uma das grandes obras da literatura universal. Machado de Assis as teria conhecido? Machado foi leitor assíduo de Schopenhauer, e este, por sua vez, foi grande admirador de Leopardi. Voltarei a esse ponto. Em todo caso, o autor do delírio de Bras Cubas reconhecido teria em Leopardi mais que um poeta melancólico e sim um pensador poético ao qual o ligavam profundas afinidades. O delírio de Bras Cubas é da mesma lucidez das "Operette morali" que são o documento principal da filosofia leopardiana.

São diálogos (e, em parte, monólogos) de uma estupenda variedade, apesar da monotonia do pensamento e do rigor clássico do estilo: resultados das leituras enormes de um espírito enciclopédico. Duma fonte hebraica surge o "cântico" do mitológico "gallo silvestre", despertando os homens para acordarem do sono das "imagens vãs". O "Frammento apócrifo di Stratone di Lampsaco" é uma pequena falsificação lite-

lária, pondo na boca do filósofo grego as idéias leopardianas sôbre o universo. O diálogo de Hércules com Atlas, ao qual a decadência do mundo torna cada vez mais leve o fardo nos ombros, lembra os imensos estudos mitológicos de Leopardi, enquanto aquele diálogo do islandês com a Natureza lhe revela os interesses geográficos. O poeta volta para o solo italiano, notando a conversa de Torquato Tasso, prèso no manicômio, com o seu "gênio familiar". ("Como vai, Tasso? — Como pode, numa prisão"). Outro famoso poeta italiano, Parini, fala, pela boca de Leopardi, da vaidade da glória e dos inexoráveis destinos humanos — "mas é preciso acatar o nosso fado, por onde nos traga, com ânimo forte e sereno", o que lembra tanto os estoicos da Antigüidade como o "amor fati" de Nietzsche. Enfim, os estudos científicos de Leopardi inspiraram-lhe o diálogo do célebre anatomista holandês Ruysch com as múmias do seu museu anatômico às quais êle sabia conservar toda a frescura de corpos vivos; certa noite, os mortos acordaram o sábio, cantando o coro (são os únicos versos no volume das "Operette morali") que condensam a filosofia leopardiana:

"Solo nel mondo eterna, a cui si volve
Ogni creata cosa
In te, morte, si posa
Nostra ignuda natura;
Lieta no, ma sicura
Dall' antico dolor..."

O personagem principal de todos os diálogos sempre é o mesmo "islandês": a criatura humana perseguida pelo Fado, até repousar, como múmia, no museu anatômico. Reina neste livro, assim como no diálogo de Tasso com o seu gênio familiar, "una notte oscurissima, senza luna né stelle". Mas quando o homem, despertando do "sono das imagens vãs", reconhece o terror e a obscuridade da vida, então se lhe aproximam as imagens da arte — assim, Nietzsche explicava as origens do teatro grego — transformando o terror em sublimidade e o absurdo em comicidade- Sublime, a poesia de Leopardi é, e trágica. Na sua prosa, na mitologia fantástica dos diálogos., êle procurava "um grande estilo cômico". Tasso e Ruysch são personagens de "féeries": Ruysch assusta-se, de maneira cômica, da vivacidade musical das suas múmias bem conservadas; e a Tasse, implorando as consolações do Espírito, seu gênio familiar aconselha procurar o espírito nos "licores generosos". A obra-prima desse triste humorismo leopardiano é o "Diálogo de um vendedor de almanaques e de um passante" na noite de Ano Novo: ao vendedor que promete dias felicíssimos para o futuro, o outro demonstra de maneira rigorosamente lógica que não há motivo para acreditar em dias mais felizes que foram os do passado — e estes teriam sido felizes? Mas, admite, para o otimista existem na realidade; e o vendedor corre, apregoando com convicção fortalecida seus almanaques.

Ora, pode-se viver com uma filosofia assim no coração? Contudo, esse diálogo do vendedor de almanaques encontra-se traduzido no último livro de Jean Paulhan,

que foi editor das "Éditions de Minuit" e um dos chefes intelectuais da Resistência Francesa, exemplo de comportamento ativo, apesar dos motivos mais fortes de desespero definitivo, "com ânimo forte e sereno". Eis a única maneira possível de um pessimista achar (como Machado na agonia) que "a vida é boa". Pelo menos como filósofo Leopardi não foi elegíaco. Daí a diferença, já observada por De Sanctis, entre o poeta italiano e Schopenhauer, que também foi ateu mas espiritualista: dá testemunho disso a metafísica, "multicolor como a pele de uma onça", do filósofo alemão. Toda elegia é, por índole espiritualista. Mas a filosofia de Leopardi — a unidade filosófica da sua obra já foi demonstrada pelos mais agudos críticos italianos — é o materialismo.

No "Frammento apocrifo di Stratone di Lampsaco". Leopardi já fala da eternidade da matéria. Apenas esse materialismo não se baseia no cientificismo físico e biológico do século XIX, que Leopardi ainda ignorava, e sim nos seus estudos de filosofia grega. E os versos do coro dos mortos, no diálogo deles com o anatomista Ruysch, não deixam dúvidas quanto à fonte dessa filosofia, materialismo cuja finalidade ética é apenas a ausência da dor :

"Nostra ignuda natura —
Lieta no, ma sicura
Dall' antico dolor.. ."

E' o materialismo de Epicuro: mais um que anda caluniado pelos séculos. Epicuro, embora materialista, não foi um "epicureu"; apenas achou que "a vida é boa".

Leopardi, embora triste, não foi um elegíaco. Machado de Assis embora espiritoso, não foi um céptico; êle também — "a vida é boa" — foi materialista.

Em Leopardi também se encontra o motivo que sugere a impressão de cepticismo ao leitor de Machado de Assis. Como materialistas epicureus, o erudito gregista Leopardi e o "mulato grego" Machado seriam "pagãos"; mas na verdade não podem existir pagãos depois do advento do cristianismo. Fica, até nos anticristãos, estímulo da inquietação espiritual, do "cepticismo" pascaliano. Machado foi leitor de Pascal, Leopardi também foi leitor de Pascal; o famoso "Pari" inspirou-lhe as demonstrações lógicas do diálogo de vendedor de almanaques, sôbre o valor do futuro. Mas por serem pascalianos, ainda não eram cristãos: Leopardi consolava-se com a "morte eterna" ("a matéria liberta para sempre da alma extinta", diz o nosso poeta), e o outro com o pensamento de não ter transmitido "a nenhuma criatura o legado da nossa miséria". Egoísmo? O "Epicurismo" lendário é egoísmo, mas o verdadeiro epicurismo não é. O "cântico do galo silvestre" ensinou ao poeta, despertando-o do sono das "imagens vãs", a seguir o seu fado, "com ânimo forte e sereno". O outro, quando o galo da madrugada o despertou da agonia, pôde dizer: "A vida é boa". Pois então, não havendo mais futuro, é **boa**.

RESPOSTA À PERGUNTA

PERGUNTA SEM RESPOSTAS" — assim se chama o belo ensaio do meu amigo Augusto Meier sôbre as origens e vicissitudes de famoso tema poético : "Ubi sunt qui ante nos in mundo fuere?". Apontou o ensaísta, como fontes dessa melancólica pergunta retórica — "Onde estão os que antes de nós viviam neste mundo?" — certos trechos bíblicos e pós-bíblicos, também uma frase de Boécio; depois os sermonistas e poetas cristãos da Idade Média; em Eustache Deschamps, versificador prolixo e inábil, mas comovente, cristaliza-se o tema; e logo depois vem Villon para conferir-lhe ao forma definitiva, a breve enumeração das "dames du temps jadis", com o inesquecível refrão: "Mais où sont les neiges d'antan?".

Etienne Gilson e Italo Siciliano, citados por Augusto Meier, têm estudado as numerosas versões do tema em quase todas as literaturas, inclusive as "Copias a la muerte del maestre Don Rodrigo", de Jorge Manrique, nas quais a melancolia irônica do "lied" do poeta parisiense se transforma em tocata de órgão, no interior místicamente escuro de uma catedral espanhola. Sá de Miranda escreveu estrofe semelhante, em português. E Augusto Meier, concluindo: não seria bem interessante

uma antologia de versões do "Ubi sunt", da grande "Pergunta sem Resposta"?

O ponto de interrogação em que resume a melancolia toda daquela pergunta retórica de significação metafísica, está admiravelmente interpretado pelo título "Pergunta sem Resposta". Ora, acredito saber uma resposta- Mas advirto que — para falar com palavras do grande poeta brasileiro — "minha canção é mais triste".

Na antologia que Augusto Meier gostaria de ver, figurarão muitos poetas medievais e alguns modernos, citados por Gilson; versos de Byron, Banville, Carducci; também "The Ballad of Dead Ladies", a versão inglesa que Dante Gabriel Rossetti deu da balada de Villon. E mais um poema que Gilson não cita, o "Lament for the Makers", de William Dunbar, contemporâneo de Villon e Jorge Manrique, com o refrão em latim: "Timor Mortis conturbat me". E mais um poema, bem inferior na verdade, mas indispensável porque é nele que aparece formulada a pergunta: "Ubi sunt qui ante nos in mundo fuere?". Esse poema é uma canção dos estudantes alemães, começando com o convite nada melancólico a gozar a vida: "Gaudeamus igitur. ..".

"Gaudeamus igitur, juvenes dum sumus": Sejamos alegres, enquanto estamos moços. Pois, "Ubi sunt qui ante nos in mundo fuere?": onde estão os que antes de nós viviam no mundo? O acorde de alegria de viver e melancolia fúnebre é bem, típico da mocidade que brinca com a vida e, muitas vezes, com a morte. A origem psicológica da "pergunta sem resposta" parece estar ali. Até o grave e sereno Jorge Manrique, grave porque cas-

telhano de quatro costados, canta suas copias em memória do pai falecido: sua atitude é a de filho. Villon, então, este é estudante, por assim dizer profissional. E o "Gaudeamus" é canção de estudantes.

Embora o texto atual do "Gaudeamus" seja bastante moderno, de 1781, é sua fonte uma daquelas poesias medievais que Gilson cita : uma cantiga de penitência, encontrada num manuscrito de 1267. Não a conheço, mas duvido se nela já se lê o convite para gozar a vida. Tampouco a devem ter conhecido os Banville e Rossetti, estetas modernos que não pensavam em penitenciar-se : sua pergunta é puramente retórica, nem sequer esperando resposta. Mas o poeta medieval, este sabia ou acreditava saber a resposta. "Ubi sunt?" Onde estão? Estão no outro mundo, sendo recompensados ou punidos conforme suas virtudes ou pecados. A resposta medieval, o "Memento mori!", ainda ressoa no grave moralismo poético de Jorge Manrique e, com tremor mais íntimo, no seu contemporâneo Dunbar: "Timor Mortis conturbat me". Mas o epicurismo do "Gaudeamus", com seu convite à boa vida — porque depois da morte não haverá nada disso — esse epicurismo que também foi a "filosofia" de Villon, parece pertencer a uma tradição muito diferente e, na verdade, pouco cristã.

Sabe-se que o islamista C. H. Becker atribui a origem do tema "Ubi sunt?" a certos poetas árabes, Abu Bekr sobretudo. Outros contestam a hipótese. O que me importa, no momento, só é o fato de que a religião islâmica ensina, assim como a cristã, a recompensa das nossas virtudes e pecados no outro mundo, de modo que

aquele epicurismo melancólico também lhe é alheio. Mas quem disse que Abu Bekr tenha sido um adepto ortodoxo do profeta ? Na verdade, o poeta árabe estava intimamente ligado à doutrina filosófica de Averroes, que negava a imortalidade das almas individuais. . .

Eis o ponto de partida para encontrar a resposta à pergunta. Na Idade Média, houve averroístas também na Europa cristã. Era o centro desses meios-heréticos a Universidade de Paris — da qual Villon foi aluau. Huizinga, no "Crepúsculo da Idade Média", afirma que o tema "Ubi sunt?" pertence tipicamente ao século XV, época de transição que, entre orgias de sensualidade brutal e tremores da dança macabra, sentiu aproximar-se o fim de um mundo: contemporâneos, homens do sécalo XV, são Villon, Manrique e Dunbar, os poetas, e mais o filósofo Pomponazzi que, na Universidade de Pádua, renovou o averroísmo. Este, na verdade, não sobreviveu à Reforma. Ou antes, refugiou-se no pensamento de certos estoicos modernos, que duvidaram da imortalidade da alma: Lipsius e outros. Estoico também foi — e nao cristão, como acreditava a Idade Média — o último romano, ao quai já se atribuiu a origem da pergunta sem resposta: Boécio.

Não há mais estoicos, hoje em_ dia, senão naquele sentido popular em que o estoicismo já se definiu como "a filosofia nacional dos espanhóis". Tampouco existem averroístas. Mas no famoso livro de Friedrich Albert Lange pode-se acompanhar a transformação vagarosa do averroísmo em materialismo moderno. Em materialismo que responde à pergunta: "— Onde estão?" Respon-

dendo: "Não estão". Depois desta vida só há cinza?, cinzas. . .

Na catolicíssima Espanha de Jorge Manrique sobreviveu aquele estoicismo incrédulo como espécie de anti-religião subterrânea. Só de vez em quando aparece na superfície, por exemplo, na "Epístola moral a Fabio", na qual o poeta afirma: Rompi los lazos. . . antes que el tiempo muera en nuestros brazos". E só quando - repetindo-se o fenômeno do século XV — a civilização da Espanha católica estava agonizante, só então a Resposta à Pergunta foi dada, definitivamente, pelo buril de Goya: na gravura na qual um esqueleto escreve sôbre seu próprio túmulo a palavra *Nada*.

HISTÓRIA DE ESPANTAR

NO Arts Theatre de Londres, meu amigo Antonio Carlos Calado viu em 1947 uma peça que fêz os espectadores torcerem-se de rir. No entanto, o enredo da peça não tinha nada de cômico: um sujeito que passou anos no Oriente, volta riquíssimo para a pátria; por motivo de seus trajes exóticos não é reconhecido em casa de seus pais onde se hospeda, pretendendo surpreendê-los no dia seguinte com ótimas notícias; mas essas pais vivem em miséria tão extrema que já perderam o próprio senso moral: durante a noite resolvem matar e roubar o hóspede desconhecido; realizam, com efeito, o crime bárbaro; e, examinando com mãos febris os tesouros e papéis da vítima, ficam sabendo que assassinaram o próprio filho. . . Não há, nessa história de espantar, nada de ridículo. Mas os atores do Arts Theatre representaram a peça, de propósito, com gestos exagerados e falsa eloqüência declamatória, de modo que a planta achava a coisa muito cômica, para morrer de rir.

No entanto, contando-me a história, meu amigo acrescentou que sentiu, durante a representação, ligeiro mal-estar: a sombra da morte no palco sufocou-lhe a vontade de rir, como se assistisse a uma tragédia apenas

arbitrariamente deformada- Não sabia explicar bem o porque do gosto amargo na bôca. Mas, saberiam porventura, os outros espectadores explicar o porque do seu riso convulsivo? Morrer de rir? A resposta não é nada menos que um grande capítulo de literatura comparada, de Eurípedes e Voltaire até Ibsen e Camus. . .

Os atores do Arts Theatre achavam necessária a transformação da peça em farsa porque o espectador moderno desconfia do dramalhão, sobretudo do dramalhão envelhecido. E aquela peça é um melodrama de idade veneranda: chama-se "A Curiosidade fatal", é de autoria do esquecidíssimo dramaturgo inglês George Lillo, e data de 1736. Arrepiou os cabelos aos espectadores londrinos de então, enquanto os de 1947 já se riam para morrer. Mas no mesmo ano, quase os espectadores não menos sofisticados do Théâtre Marigny em Paris achavam a mesma história novamente muito séria. Pois o enredo de "Fatal Curiosity" de Lillo é exatamente o do "Malentendu" de Camus.

Em, "L'Étranger", romance de Camus, um personagem acha na prisão "um velho jornal da Europa central" no qual lê a história de um crime formidável : um homem, voltando, sem ser reconhecido, para a casa dos seus pais, é assassinado por estes. Pouco mais tarde, Camus aproveitou esse episódio como enredo de sua peça "Le Malentendu". A crítica parisiense não parece conhecer Lillo; apresso-me em acrescentar que, conforme minha opinião, Camus também ignora Lillo. No entanto, acho exagerado o cepticismo do filósofo inglês A. T. Ayer que, escrevendo em "Horizon" sôbre o "Malentendu", dizia: "Não se pode saber se a história se baseia em

fatos ou se foi inventada por Camus". Pode-se saber. O enredo lembra tanto as fitas policiais dos primeiros tempos do cinema! Talvez Camus tenha visto um filme assim, tirado do repertório do Grand Guignol? Este, por sua vez, tomou emprestados muitos enredos ao melodrama parisiense de 1820, de Pixérécourt, etc. Então, a literatura alemã romântica e pseudo-romantica era muito conhecida na França, inclusive uma peça para arrepiar, chamada "O dia 24 de fevereiro", peça não inteiramente esquecida mas antiga, de 1810, desenterrada recentemente pelo Rádio alemão, assustando novamente os ouvintes. Quer-me parecer que aquele personagem de Camus (que sabe alemão) não leu a história num "velho jornal da Europa central" mas sim naquela velha peça da Europa central, de Zacharias Werner.

Esse Werner, sobre o qual só existe um livro em italiano, de Gabetti, foi homem bastante interessante: sectário, apóstolo da maçonaria, dramaturgo fantástico, libertino debochadíssimo, acabando porém como padre católico e famoso sermoneiro. Não preciso repetir o enredo do "Dia 24 de fevereiro": é a mesma história do filho assassinado pelos pais. Inspirou essa peça na época, uma série de numerosas outras tragédias nas quais todas as personagens são joguetes de um fado cego e maligno. Mas Werner tampouco tinha inventado seu enredo: já o achou pronto na peça "Blunt", de Moritz, que viu representada em 1781. E "Blunt" apenas é a adaptação alemã da — "Fatal Curiosity", de Lillo.

Mas teria Lillo inventado o enredo? De modo algum. O crítico inglês Archer apontou como fonte de Lillo o "Kresphontes" de Eurípidés, peça que se perdeu.

Mas cujo enredo se conhece através da coleção das chamadas fábulas de Higino. Desde a Renascença — Torelli, em 1589, parece ter sido o primeiro — numerosos dramaturgos modernos tentaram reconstituir a seu modo essa perdida tragédia de Eurípides, colocando no centro do enredo a mãe que, enganada por certas circunstâncias, quer assassinar seu filho que não reconhece: Merope. Existem Meropes, para só mencionar as mais famosas, de Maffei (1713), Voltaire (1743), Aaron Hill (1749), Alfieri (1782), Almeida Garrett (1820), Matthew Arnold (1859). Resta explicar a extraordinária popularidade desse enredo no século XVIII, da qual também dão testemunho várias óperas de compositores italianos.

Eurípides, dramaturgo da última fase da tragédia grega, já recorre ao sentimentalismo, típico da mentalidade burguesa- Pelo mesmo motivo, a mãe Merope arrancou lágrimas aos espectadores burgueses do século XVIII. Mas o verdadeiro Eurípides desse século, não quanto ao valor e sim quanto à posição histórica, é nosso velho amigo Lillo: foi o primeiro ao qual ocorreu a idéia de transportar o enredo, em "Fatal Curiosity", para o próprio ambiente burguês. A Lillo cabe, aliás, o mérito, se bem que puramente histórico, de ter escrito a primeira tragédia do ambiente burguês: "The London Lessing. Merchant" (1731). Nele se inspiraram Diderot, Schiller, criando o gênero do qual os representantes principais são Hebbel e Ibsen; o teatro moderno.

O assunto não é histórico. E' de atualidade tremenda. A idéia fundamental do drama burguês sempre foi e ainda é o determinismo: os personagens tornam-se

vítimas do ambiente social. Esse determinismo sociológico pode ser considerado como a versão cientificamente melhorada do Fado da tragédia antiga. Mas também pode ser considerado como disfarce pseudo-científico da tragédia das tragédias: da morte inevitável, inexplicável e absurda do indivíduo. Esse outro determinismo aparece nu e cru no teatro existencialista, cujos personagens são, na definição de Le Meur "joguetes duma Nemesis desconhecida". Quase a mesma definição se deu dos personagens da tragédia fatalista à maneira de Werner e do seu "24 de fevereiro": ali, o Fado aparece, diz Minor, como "poder perverso que destrói a criatura humana depois de a ter usado como personagem num carnaval infernal de acasos, como joguete, como lamentável comparsa de uma farsa sangrento", Essas palavras aplicam-se perfeitamente à peça de Ibsen. A palavra "farsa" também lembra a teoria de Bergson sobre a origem do riso; rimos de uma pessoa quando ela se torna automático. Então, a história é para morrer de rir. Morrer de rir? Não seria, antes, rir de nós mesmos que temos de morrer? Rir de morrer! Mas isto é história de espantar.

CONTOS DE TCHEKOV

A PROPÓSITO de Tchekov continua entre os críticos russos uma discussão semelhante à "questão gogoliana": alguns consideram-no como historiador realista da dolorosa decadência burguesa, e outros como poeta em prosa, aludindo a mistérios inefáveis atrás da cinzenta realidade russa. Mas nem sempre lhe foi concedido o lugar de honra seja ao lado do realista Gorki seja ao lado do místico Soloviev. Os contemporâneos do escritor liam Tchekov como uma espécie de Maupassant russo: gostavam muito dos contos humorísticos, enquanto os contos sérios lhes pareciam "desiguais, artificiais e às vezes fastidiosos". Estes adjetivos encontram-se no relatório da comissão acadêmica que lhe conferiu em 1888 o Prêmio Puchkin, apesar daquelas restrições e embora "alguns contos, como "O Acontecimento", sejam até vazios, sem sentido".

A opinião dos acadêmicos russos de 1888 parece-nos hoje absurda. Mas vejamos: qual é, na verdade, o "sentido" do conto "*O Acontecimento*"? A gata pariu filhotes, e os meninos da casa estavam encantados com os animaizinhos graciosos. De noite, o pai recebeu a visita de amigos, um deles acompanhado dum grande

ção que matou e devorou os gatinhos. Então, as crianças choraram, queixando-se aos adultos do "intruse" terrível. Mas o pai e seus amigos não se mostraram comovidos pela notícia fúnebre; conversando e rindo, continuaram a jantar. Para êle, não foi um grande "acontecimento".

A morte do pobre animal é símbolo da crueldade da vida. Mas nem todos compreendem o símbolo: o "acontecimento" não tem importância alguma para as inteligências práticas e apáticas da vida cotidiana, e só certos personagens nos contos de Tchekov possuem aquela sensibilidade mais fina que sente e não agüenta a vida — as crianças, as mulheres. Contos assim não precisam, de grandes "acontecimentos", nem sequer precisam de enredo: está substituído por uma visão instantânea, uma impressão por assim dizer atmosférica, que já é, em miniatura, uma visão completa da vida.

Assim entendeu Tchekov. Assim o entendeu Katherine Mansfield, e daí começa a história do conto moderno, do "conto sem enredo". Mas a filiação é, apesar de tudo, algo duvidosa. E' verdade que no diário de Katherine Mansfield se lêem observações muito finas a propósito da arte de Tchekov; mas a prática não está de acordo com a teoria. Falando de Tchekov, a contista neo-zelandesa antes se caracteriza a si mesma; e uma comparação sem preconceito não encontrará muita semelhança entre as miniaturas algo proustianas de Miss Mansfield e aqueles instantâneos da vida russa. E entre os mansfieldianos ainda não surgiu nenhum Tchekov do Ocidente. Até é preciso admitir que, pela

influência tchekoviano-mansfieldiana, se está extinguindo a tradição dos grandes contistas italianos, espanhóis e franceses: a arte de Jules Renard foi, por enquanto, um ponto final — e gosto da oportunidade para oferecer minha modesta homenagem à arte autêntica de um último renardiano: nosso querido Marques Rebelo. Mas este já prefere o romance, e deverá ter as suas razões. O motivo da relativa decadência do conto contemporâneo não é falta de talento; antes um conceito errado do gênero. A outra grande influência, ao lado de Tchekov-Mansfield, é a "short-story" americana: contribuiu ela para reduzir ao mínimo o tamanho, transformando o conto em anedota — e uma anedota "mansfieldiana", quer dizer, uma anedota sem enredo, sem "acontecimento", isto realmente seria "vazio, sem sentido".

Haveria equívoco em tudo isso? Os contos mansfieldianos são às mais das vezes melancólicos, tristes; e Tchekov foi, ao lado de melancolias semelhantes, também, um grande humorista. Afirmam — como antecipando a objeção — que o humorismo constituíra só a "primeira fase" da sua carreira literária. Mas êle continuou até o fim escrevendo contos humorísticos. Qual é a função do humorismo na arte de Tchekov? Vejamos um exemplo:

Uma cantora de cabaré adoecera, passando muito tempo no hospital, de onde saiu em miséria absoluta, só um rubel na bolsa. Já não encontra os velhos amigos, enfim pelo menos um — um dentista com que passara noites alegres. Mas o dentista não a reconhece. Ela, envergonhada, não se sente capaz de confessar o

objetivo da visita: finge sentir dores, manda extrair um dente e paga com o último dinheiro.

O humorismo dessa historia triste reside na desilusão do personagem principal: julgava-se mulher irresistível e reconhece, através de uma situação cômica, a sua verdadeira condição. Dirão que isso é pouco humorístico. Então vejam esta outra:

Um professor primário é convidado para jantar em casa do rico comerciante, pai de um aluno seu. Para melhorar o aspecto de sua pobre pessoa, procura a loja de um amigo joalheiro, tomando emprestada uma condecoração. Mas na mesa de jantar encontra-se em frente do diretor da escola, que exhibe uma condecoração vistosa; acredita-se desmascarado, começa a suar, não é capaz de comer dos pratos deliciosos passa uma noite torturada, até no dia seguinte o joalheiro lhe contar que a condecoração do diretor também fora emprestada.

O "resultado" deste conto é o mesmo: desilusão. O acento é mais humorístico quando a desilusão acontece a outros, mas triste quando se refere à própria pessoa. Em todo caso, uma falsidade é desmascarada. Os americanos diriam "debunking". E o que é que Tchekov pretende desmascarar? Qual é esta coisa que parece importante e preciosa aos "normais" e se revela só aos pobres, doentes, mulheres e crianças em toda sua miséria?

Em outro conto de Tchekov o "herói", Klimov adoeceu de tifo durante uma viagem. Numa estação saiu do trem, pretendendo comer alguma coisa no restaurante onde havia muita gente - "Comeram com pressa, conversando. Numa mesa estava sentada, ao lado de um oficial com boné vermelho, uma bela senhora: rindo,

desnudou dentes brilhantes, branquíssimos. A côr vermelha do boné, o brilho branco dos dentes, o riso, a própria beleza da mulher pareciam a Klimov algo de escandaloso: produziram nele o mesmo efeito de enjôo como o presunte . as costeletas que êle não era capaz de comer".

Esta bela taulher desconhecida que atrai irresistivelmente os homens com bonés vermelhos e dá enjôo aos doentes de tito é a própria Vida. Basta esta revelação instantânea, e o conto já não precisa de enredo para ter muito "sentido", muita significação. Uma revelação instantânea assim também se produz em "O Acontecimento". Aí só acontece, afinal, uma coisa de pouquíssima importância? morrem alguns gatinhos. Mas o fato realmente importante é que morrem: porque é isto o destino comum de todas as criaturas. E este acontecimento "Morte" é tão importante que o conto já não precisa de outro acontecimento nem enredo: é o maior dos acontecimentos, o acontecimento "sans phrase".

"O Acontecimento" não é um conto melancólico; é uma tragédia. O herói desas tragédia — não são as crianças nem são, evidentemente, os gatinhos. e sim o "intruse", o grande cão, o Cão que devora a vida. Não se trata de uma visão atmosférica e sim de uma verdadeira revelação: levantara-se, por um instante, a ponta do véu que encobre o mistério da vida. Assustou-se a sensibilidade de umas crianças. Os outros não sentiam nada, justamente porque é um segredo que todos sabem.

DESTINO DO ROMANCE POLICIAL

Para Antônio Cândido.

O GÊNERO de Edgar Wallace, detestado pelos críticos literários, pode no entanto gabar-se de origens aristocráticas. Edgar Allan Poe, revelado à Europa peia sensibilidade poética da Baudelaire, não foi o primeiro que suspendeu o hálito aos leitores peia explicação engenhosa de crimes misteriosos; nem na própria América. Valeria a pena ocupar-se um pouco mais que foi feito até agora com Charles Brockden Brown, o primeiro romancista norte-americano, autor de romances como *Wieland, or the Transformation*, nos quais a matéria policial, ocultistas e interesses científicos se misturam de maneira fascinante. Esse Brown inspirara-se, por sua vez, em "romances de mistério" ingleses, particularmente no *Monk*, de Matthew Gregory Lewis, história horripilante dos incestos e crimes de um monge espanhol. Por outro lado, Poe conhecia, em traduções francesas, os contos fantásticos do alemão E. T. A. Hoffmann — mais um dos autores preferidos de Baudelaire — cujo romance *Os elixires do diabo* também é imitação direta do *Monk*. Esta última obra pertence a um gênero literário que dominava

os leitores europeus antes e durante a época da Revolução francesa, assim como hoje o romance policial domina certo setor do mercado de livros. *The Mysteries of Udolpho* e *The Italian*, de Mrs. Ann Radcliffe, foram até comparados às obras de Shakespeare; e o criador do gênero, Horace Walpole, grande aristocrata, filho de um primeiro-ministro de Sua Majestade Britânica, amigo de Mme. Du Deffand, o maior epistógrafo da literatura inglesa e autor do fantástico *Castle of Otranto*, acreditava mesmo ter renovado a grande arte de tempos passados. Esse gênero, chamado "Romance gótico", hoje extinto, antecipa todas as qualidades características do romance policial moderno.

Os ingleses chamam-lhe de "gothic novel"; os franceses diziam "roman noir" e os alemães "Schauerroman". São estes os termos que aparecem nos títulos das monografias recentes do inglês E. Birkhead, do francês A. M. Killen, dos alemães J. Brauchli e H. Garte: o "romance gótico", destituído de valor artístico, constitui, no entanto, uma forma literária bem definida, cujo estudo se justifica pelos resultados sociológicos, explicando atitudes e reações dos leitores do século XVIII — e dos leitores, de hoje, dos romances policiais. Eis mais uma prova do fato de que o estudo do passado literário pode contribuir, da maneira mais decisiva, à compreensão da literatura atual, ao ponto de revelar relações inesperadas entre a literatura e a vida.

O romance policial, descendente do romance gótico, conserva duas qualidades significativas do gênero-precursor: a popularidade imensa e os meios para obtê-lo.

"Romances policiais", reza um anúncio do editor de Edgar Wallace, "romances policiais são lidos por ministros e atores, industriais e médicos, juizes, bispos, professores, por homens e mulheres de tôdas as classes; porque não há nada que seja tão interessante como a explicação de um crime misterioso- Não há nada que contribua com eficiência maior para divertir os espíritos preocupados nestes tempos difíceis". Os leitores de toda ordem tampouco faltavam ao romance gótico do século XVIII, que também foi instrumento para "divertir os espíritos preocupados": um gênero de evasão. No resto, basta substituir os "crimes misteriosos" do editor de Wallace por mistérios "sans phrase" para retransformar um romance policial em romance gótico. Os criminosos e detetives novelísticos servem-se dos instrumentos requintados da técnica moderna para cometer e revelar horrores: sociedades anônimas do crime, "detector da mentira", câmaras de tortura científica, - aparelhos de televisão, fantasmas voadores — então, substituam-se esses elementos por conspirações de convento, sessões do tribunal da Inquisição, castelos encantados, retratos de avós que nos fitam com olhares inquietantes, espectros vestidos de branco sinistro, encontrando-se à meia-noite em corredores escuros com armaduras vazias que se mexem — e o "romance gótico" está perfeito. Entre a pseudo-"Idade Média" de ocultistas assustados e a pseudo-ciência de leitores profissionais de vespertinos a diferença não é tão grande. Cá e lá, no romance policial e no romance gótico, há no fim a explicação muito natural dos mistérios tremendos, quase sempre a

mesma - - Briand confessou que leu e releu durante a vida inteira só um romance policial, sempre o mesmo, porque chegado ao fim já esquecera o começo, de modo que o desfecho o surpreendeu cada vez de novo. Leitores de romances policiais e góticos não são exigentes. Apenas exigem imperiosamente o "happy end": lá, depois da explicação do mistério, o casamento da prisioneira de um convento com o dono do castelo encantado; cá, depois da descoberta do assassino, as núpcias entre a datilografa do escritório dos criminosos e o diretor do banco visado por eles, ou então a união matrimonial entre o detetive competente e a bela pecadora arrependida.

Isso lembra o fato de que no meio dos mistérios e crimes existem personagens de alto nível moral. Às vezes, o próprio criminoso é um anjo caído, assim como Melmoth the Wanderer, no romance deste nome de Charles Robert Maturin, personagem que impressionou a Balzac, Baudelaire e Victor Hugo. A nobreza de personagens assim lembra a origem aristocrática desse gênero plebeu que é o romance gótico: um aristocrata e esteta de gostes raros e esquisitos, Horace Walpole, tinha-o inventado, encontrando sucessores e imitadores na própria vida. Por exemplo, o "romancista gótico" e milionário inglês William Beckford, grande viajante que descobrira mistérios de conventos em Portugal e mistérios eróticos no Oriente de *Mil e Uma Noites*; depois, construiu na Inglaterra um imenso palácio em falso estilo gótico, com cinco alas dedicadas aos prazeres dos cinco sentidos. O personagem Beckford impressionou vivamente a Byron e Baudelaire, reaparecendo depois, algo transfí-

gurado, no Des Esseintes do satanista convertido Huysmans.

Mas — é o diabo! — em tôdas as digressões sôbre a história dos romances gótico e policial aparece sempre o nome daquele grandíssimo poeta que foi Baudelaire. Revelando Poe, lendo E. T. A. Hoffmann, admirando Melmoth, imitando Beckford — em todos os caminhos daquela produção de romances duvidosos sempre se encontra Baudelaire; é o diabo ! E é mesmo o diabo.

O suposto satanismo de Baudelaire é um fenômeno de muitas facetas — em todo caso, pode ser encarado como inversão mais ou menos exata de conceitos teológicos e morais do catolicismo. E aí está o que liga a maior poesia do século XIX aos romances gótico e policial.

Autores e leitores do romance gótico eram, em primeira linha, ingleses: protestantes e homens do século XVIII racionalista, que não admitiu mistérios. Do catolicismo tinham uma idéia muito vaga, mistura de desprezo e pavor de coisas desconhecidas. Justamente por isso os "romances de mistério" sempre se passam em países católicos, Espanha, Portugal, Itália, em conventos e castelos medievais: só nesses lugares atrasados havia ainda o "mistério", já expulso do ambiente da Inglaterra ilustrada. Autores e leitores do "siècle philosophique" continuaram, porém, a acreditar, quase clandestinamente, em problemas não resolvidos peia Razão, assim como ainda hoje pessoas adultas e instruídas não gostariam de visitar, em hora noturna, um cemitério; e criaram um mundo de mistérios fora do seu ambiente habitual, uma caricatura grotesca da Idade Média cató-

lica. Na verdade, foi uma "inversão diabólica" do seu próprio "habitat": transformando-se os palácios dos aristocratas voltairianos em castelos encantados e as reuniões das Academias de Ciências em sessões do tribunal de monges. De maneira semelhante, os leitores contemporâneos acreditam firmemente na onipotência das ciências naturais e da técnica para resolver todos os problemas e criar um mundo melhor; ao mesmo tempo devoram os romances nos quais os mesmíssimos instrumentos físicos e químicos servem para cometer os crimes mais abomináveis, transformando-se as assembléias políticas em conventículos de conspiradores contra a humanidade e os laboratórios científicos em câmaras de tortura.

Essa "inversão diabólica" baseia-se num fato importante da psicologia coletiva. Os avós e pais dos leitores de romances góticos acreditaram em Deus, governando o mundo conforme os desígnios da sua Providência, e no diabo que se opõe impotentemente aos planos divinos. Depois a filosofia e ciência do século XVIII aboliram a Providência, substituindo-a pelas leis da Natureza ; Deus ficou reduzido a "primeira causa" do Universo, sem possibilidade de intervenções posteriores num mundo perfeitamente esclarecido; mas nos "mistérios" da imaginação popular e da sensibilidade estética conseguiu esconder-se o diabo, inspirando o romance gótico, que por isso agradou aos instintos supersticiosos dos incultos, enquanto os estetas aristocráticos o consideravam como espécie de renascença da grande literatura de tempos menos razoáveis e com efeito, entre os autores de romances góticos encontram-se um Schiller (*Der Seister-*

rebes, e um Shelley (*The Posicruciam*). Pelo menos, o Universo matemático-físico dos "philosophes" do século XVIII foi uma instituição bem organizada; gostavam de compará-lo a um relógio. O Universo do século XX já não dá hora certa; tem de basear-se numa matemática em crise permanente e numa física vertiginosamente indeterminista que só um punhado de especialistas entende. Aos leigos este nosso mundo apresenta aspecto quase tão caótico como a organização social no tempo da decadência da burguesia. O mundo físico "perdeu o sentido" — quer dizer, desapareceram os últimos vestígios da sua interpretação teológica. Mas o diabo ficou, apoderando-se da técnica- Eis o diabo do romance policial. Assim como o século XVIII acreditava ingenuamente em semelhanças entre o romance gótico e o mundo trágico de Shakespeare, assim existem hoje realmente semelhanças aparentes entre o romance policial e o mundo de "inversão diabólica" de um Kafka e Sartre. No século XVIII, foram os estetas que se apoderaram dos elementos da superstição popular. No século XX, são os intelectuais que se servem da mistura de admiração e pavor, inspirada aos leigos por um mundo de técnica perfeita e organização social caótica, para exprimir as suas próprias angústias. Cá e lá, trata-se de sucedâneos literários de religiões desaparecidas. Por isso, o romance gótico e o romance policial dispõem-se de mitologias elaboradas. Os leitores do século XVIII estavam tão familiarizados com os hábitos dos espectros e os leitores de romances policiais entendem tão imediatamente as alusões técnicas dos detetives e criminosos como um homem culto dos tempos passados sabia de cor os amo-

res e brigas dos deuses do Olimpo. Existe até um hierarquia dantesca de especialistas e auxiliares do crime e da polícia, com o chefe de Scotland Yard em cima e o "gangster" satânico em baixo, e no meio entre eles o purgatório dos banqueiros, ladrões, detetives e datilógrafos.

Duas mitologias tão elaboradas como a do romance gótico e a do romance policial não encontram crédito senão apoiadas na condição social do público. Wylie Sypher, estudando num ensaio publicado na "Partisan Review" (XII, 1, 1945) os romances de Mrs. Radcliffe, chamou a atenção para o fato estranho de o romance gótico ter sido inventado por aristocratas e lido pelo público pequeno-burguês. Com efeito, os inventores do gênero foram aristocratas, diletantes das letras como Walpole: o "mistério gótico" foi sua forma de protesto de estetas ociosos contra o racionalismo e utilitarismo da nova burguesia. O público pequeno-burguês aceitou o produto por outros motivos: preferiu valores estéticos (embora só pseudo-estéticos, ao seu alcance) às imposições morais do capitalismo que já lhe ameaçava a existência; mas conservou os seus próprios conceitos de moral familiar, impondo aos autores o "happy end" pelo casamento. Esta ambigüidade, conclui Sypher, entre os valores estéticos, de origem aristocrática, e os valores morais, de origem pequeno-burguesa, caracteriza o romance gótico: criou-se um "mito" falso, sem profundidade humana — o horror desumano.

Não adianta condenar os romances gótico e policial porque lhes falta o valor literário. São expressões legítimas da alma coletiva, embora não literárias, e sim

apenas livrescas de reações sociais, no caso, desejos coletivos de evasão. Por isso, tampouco basta condenar a "literatura de evasão"; é preferível explicá-la.

O romance gótico nasceu precisamente na época pouco antes da Revolução francesa que derrubará o feudalismo. Os fundamentos da hierarquia social do "ancien régime" já estavam minados. O público ainda acreditava na força dos poderes tradicionais, julgando-os capazes de reações e intervenções surpreendentes, misteriosas — daí o pseudo-medievalismo fantástico do romance gótico; por outro lado, confiava-se na Razão, capaz de desvendar e desmoralizar o mistério, levando tudo a um "happy end". O público estava, porém, errado. Não se seguiu um "happy end" ao seu gosto: o último mistério desvendado foi o da Bastilha.

Em nossa época de romances policiais, o poder julgado capaz de reações e intervenções surpreendentes é o capitalismo; o público, ainda o mesmo dos romances góticos, temendo e, ao mesmo tempo, admirando os mistérios da técnica, confia na polícia, que desvendará o mistério e salvará este mundo ameaçado pelo diabo. Daí a confiança tranqüila no "happy end" das histórias mais tremendas- Briand leu e releu durante a vida inteira só um romance policial, sempre o mesmo, seguro de poder voltar ao começo de uma história que não acaba nunca. E' que Briand ignorava o destino do romance gótico e da situação social que o gerara: o feudalismo já estava agonizante, e um desfecho inesperado interrompeu a leitura. E' isso mesmo o que inspira esperança aos críticos literários do romance policial — prova evidente das ligações da crítica literária com a vida.

O PROCESSO DE SÓCRATES

Para *Murilo Mendes*.

(Nota preliminar: O assunto do artigo seguinte foi sugerido pela publicação de um novo livro do filósofo católico alemão Romano Guardini, "O Processo de Sócrates", obra logo traduzida para o inglês. Cabe-me porém, observar, que não utilizei a obra para este artigo nem me referi a ela. Aquelas publicações recentes em alemão e inglês, apenas serviram para lembrar a atualidade permanente do assunto, processo "sub judice" há mais de 23 séculos).

CERTOS professores de processo penal costumam organizar simulacros de processos em que servem de juizes, promotores, advogados e jurados os próprios estudantes, para estes se iniciarem praticamente na dialética do direito penal. Já se encenaram, desse modo, "repetições" de certas "causas célebres" até hoje discutidas. Mas quais seriam? Será porventura possível "repetir" o processo em que o tribunal de Jerusalém e o

Procurador romano condenaram o réu Jesus Cristo? Não seria possível sem ofender os sentimentos religiosos. Ou então, descendo-se do nível sagrado para o profano, será porventura possível "repetir" a audiência da corte marcial de Paris em que foi condenado o capitão Dreyfus? Não seria possível sem provocar novamente paixões políticas que já se acreditavam apagadas. Existe porém uma "cause célèbre" situada exatamente entre o sacro e o profano: o processo de quem já foi chamado "santo leigo", o processo de Sócrates.

No ano de 399 antes da nossa era, Sócrates foi condenado à morte pelo tribunal de Atenas. A sentença foi executada. Mas a revisão do processo começou logo depois, continuando até hoje. Platão, o discípulo proeminente do mestre, transformou-o logo em personagem principal de uma tragédia filosófica, vítima de um tremendo erro de justiça; não o molestaram, aliás, por motivo dessa crítica irreverente à magistratura ateniense. Sócrates não tinha deixado nada de escrito; foi fácil, portanto, emprestar-lhe doutrinas alheias (assim fizeram Aristófanes, Xenofonte e o próprio Platão), sem que a vítima pudesse protestar; foi mais fácil não lhe emprestar doutrina alguma, transformando o ateniense em figura alegórica, mero representante de uma atitude digna em face da morte. Fizeram assim certos apolo-gistas cristãos, elevando o filósofo pagão à dignidade de "protótipo" do Cristo. Deste modo Sócrates virou metáfora, enfim vaga expressão literária; só assim — a Idade Média conhecia pouco Platão — aparece o mestre no Limbo de Dante (Inf., IV, 134), nem condenado,

nem beato, no reino dos pagãos indultados. Desde então começa a esboçar-se a figura do santo leigo.

A partir do século XV, Platão já é considerado como "anima naturaliter christiana"; para Ficino, èie é filósofo pré-cristão. O mestre que iniciara na filosofia um pensador tão insigne deve ter sido o mestre "par excellence", um pedagogo sem par na história da humanidade. Como pedagogo é Sócrates citado em Montaigne e Rabelais, em Vives, Grotius, Comenius, Thomasius e enfim em Pestalozzi. Elogiam-lhe a liberdade do espírito para confundir os pedantes que só acreditam em autoridades; exaltam-lhe a atitude em face da morte para confundir os maus mestres que revelam contradições vergonhosas entre a doutrina e a vida. Mais uma vez o fato de Sócrates não ter deixado nada de escrito serve para emprestar-lhe as doutrinas mais diferentes — aparentemente, porque na verdade só lhe emprestam variantes de uma única doutrina: o santo leigo é entronizado nos altares do liberalismo.

Conhece-se o grande estudo de Bernhard Groethuyssen sobre as origens do espírito burguês. Um dos temas desse estudo é o desaparecimento gradual do pavor da morte, ainda muito intenso nas épocas da Renascença e do Barroco, mas perdendo-se simultaneamente com o advento do espírito burguês. A Morte deixa de ser acontecimento de significação metafísica para tornar-se mero acidente físico: "Depois da morte do pai, o filho herda a firma", mas a firma fica sempre a mesma. Nesse sentido — sentido cada vez mais comercial — o burguês não sente mais medo da morte; quem pensa de outra maneira é considerado como "supersticioso". Assim

como opunham o livre pedagogo Sócrates aos "pedantea" que acreditavam só em autoridade, opunham aos "supersticiosos" que tinham medo da morte, o "livre-pensador" Sócrates. Já estava esquecida, há 15 séculos, a época em que Sócrates se citava "antes de Cristo"; agora, no século XVIII, o exaltam em vez do Cristo. E quando as autoridades estabelecidas pretendem punir blasfêmia tão grande, então Sócrates revela mais outra face: representa, agora, a oposição do indivíduo contra o Estado. E se os juristas alegam que aquele pagão foi condenado por um tribunal competente, então lhes respondem: é preciso revisar o processo.

Com efeito, surgiu entre 1750 e 1780 bibliografia bastante vasta pretendendo fazer a revisão do processo de Sócrates: biografias romaneadas, novos diálogos platônicos, "plaidoyers", simulacros de defesa e até de absolvição póstuma. Não vale a pena citar nomes e títulos dessa bibliografia esquecida. Basta dizer: a autoridade de Sócrates estava tão firmemente estabelecida que até os adversários do racionalismo, os pré-românticos, gostavam de referir-se ao mestre de Atenas. Um pré-romântico desses foi o esquisito Hamann, filósofo e escritor profundo m'as confusíssimo, o primeiro — parece — que se lembrou do "daimonion", da voz da consciência moral de Sócrates, para interpretá-lo como místico. Vale a pena mencionar essa "heresia" porque os escritos de Hamann exercerão forte influência sobre Kierkegaard: e nos livros do teólogo dinamarquês o nome de Sócrates aparece com freqüência tão grande como nos livros de — Nietzsche.

Hamann e Kierkegaard pertencem, porém, a uma corrente subterrânea. Se o nome de Sócrates é menos citado durante o século XIX, isso se explica suficientemente pelo recuo dos estudos clássicos e da autoridade dos antigos. Em vez de revisar o processo de Sócrates, o século das ciências naturais prefere insistir na revisão do processo de Galilei. O de Sócrates já parecia assunto liquidado, quer dizer, a absolvição póstuma do grande opositor estava certa. Nem foi possível alegar o "daimonion" para chegar-se a outra interpretação do filósofo ateniense porque o elemento demoníaco se encontrou, enfim — nos adversários de Sócrates. Na sua *História da Civilização grega*, Burckhardt examinou as bases religiosas do Estado grego; e reconheceu na República de Atenas, considerada até então como a mais democrática e mais livre de todos os tempos, um Estado totalitário, exercendo poder demoníaco herdado dos deuses telúricos, verdadeira camisa de força do espírito livre. Sócrates teria sucumbido como vítima de uma Inquisição helênica mas a posteridade já o tinha absolvido.

Quanto à causa "Sócrates", a genealogia dos defensores e acusadores é sobremaneira direta. Discípulo imediato de Burckhardt é Nietzsche: mas este inverteu os termos do processo. Para êle, campeão das forças irracionais, Sócrates é o racionalista perigoso, o tipo de sofista, embora Platão se tenha esforçado para apresentá-lo como inimigo dos sofistas. Nietzsche está denunciando essa "pia fraus". Sócrates, justamente assim como os sofistas, sacudira as bases irracionais da sociedade. Ensinando coisa tão perigosa, tornou-se realmente

"corruptor da mocidade". O Estado tinha o direito, antes o dever de eliminá-lo. Os juizes de Atenas estão brilhantemente justificados. "Atenas locuta, causa finita". Acabou o processo.

Mas foi Sócrates um sofista? Os historiadores da filosofia duvidam. Os filólogos discutem. E os filósofos de hoje, os existencialistas, discípulos indiretos de Kierkegaard, não admitem. Novamente, a audiência está aberta. Vamos chamar as testemunhas.

O próprio réu não pode ser interrogado (não deixou nada de escrito). A primeira testemunha é Platão: é testemunha de defesa, porque é capaz de emprestar ao réu sua própria filosofia, que é por sua vez capaz de mais que uma interpretação — mas, afinal, Sócrates pré-cristão ou Sócrates pré-existencialista, em todo caso o personagem principal dos diálogos platônicos "Gritón" e "Phaidon" foi modelo de uma existência filosófica. Outra testemunha de defesa: Xenofonte. Ao lado de Platão, o autor dos "Memorabilia" faz figura modesta. O seu Sócrates também é figura modesta, bom sujeito, sem grandes pretensões metafísicas, excelente professor e amigo; in justiçaaram-no muito. Enfim, o promotor público também apresenta testemunha: é Aristófanes, o grande comediógrafo. E com efeito, se conhecêssemos Sócrates apenas através da comédia aristofânica "As Nuvens", o promotor público teria razão pedindo a pena capital contra êsse utopista perigoso, sofista sem-vergonha, inimigo dos deuses, do Estado e da mocidade inocente.

Os testemunhos são contraditórios. E' preciso chamar a perícia para depor. Começam historiando o caso.

Afirmam que já não há motivo para dar demasiada confiança (como fizeram os filólogos do século passado) a Xenofonte, só porque esta testemunha foi evidentemente estúpida, não compreendendo nada da doutrina profunda do mestre. Tampouco há motivo — afirmam Joel, Burnet, Tylor — para desconfiar da testemunha Platão, certamente pessoa de imenso poder de imaginação, mas moralmente incapaz de mentir: o Sócrates de Platão, cristão ou existencialista "avant la lettre" é que precisa ser absolvido. Logo se insurgem contra esse depoimento os outros peritos: Robin chama a atenção para a semelhança das expressões do personagem Sócrates na comédia de Aristófanes e nos diálogos de Platão; sim, Sócrates foi um sofista, no sentido pejorativo da palavra. Dupréel dá mais um passo adiante, lembrando aquele padre que pregou com muita emoção sobre a Paixão do Cristo, até os fiéis derramarem lágrimas — então o padre quis tranquilizá-los dizendo: "Não se preocupem de mais com o que acabo de contar, talvez a história toda não tenha acontecido". De maneira semelhante Dupréel reconhece em Sócrates apenas um "tipo" sofista, muito bem caracterizado aliás por Aristófanes, mas negando-lhe a existência histórica. Os outros peritos chamam isso de bobagem. Mas Joel, Burnet, Tylor, Dupréel e Robin, todos eles estão de acordo quanto à pouca fé que merece Xenofonte. Joel até o julga definitivamente refutado.

Ora, o Sócrates de Xenofonte é — logo se reconhecem os traços — o Sócrates do século XVIII e do liberalismo. Um testemunho desses não encontra, hoje em dia, "boa imprensa". Com isso não quero dizer que Joel

e os outros sejam, representantes do antiliberalismo tolo e perigoso do decênio passado; o contrário está certo. Mas são pensadores que reconheceram a incompatibilidade entre o cientificismo naturalístico do século XIX e o conceito cristão do valor da alma individual. Se a criatura humana apenas é um complexo de nervos e músculos, levado pelos instintos sexuais e outros e sujeito aos determinismos biológicos e econômicos, como então afirmar que cada um dos exemplares dessa espécie possui valor especial e até insubstituível? Joel e os outros não são antiliberais vulgares; ao contrário, procuram motivos fortes para defender o indivíduo Sócrates contra o poder totalitário do tribunal ateniense; mal suportam, aos seus lados, os defensores-substitutos, um deles partidário do liberal Xenofonte, outro partidário do existencialista Kierkegaard, Contudo, é uma "grande coalisão", a dos que defendem o direito à existência filosófica como suprema forma da existência humana; pedem a absolvição de Sócrates, evocando a desumanidade do Estado totalitário.

Mas será que o promotor público fala em nome do Estado totalitário? Um dos jovens juristas que assistem ao processo permite-se um aparte: "E o processo de Galilei?" O sujeito é decerto vítima da educação por pais anticlericais; pensa que a Inquisição romana condenou o grande físico assim como o Império Romano condenou os mártires cristãos. Quanto a estes últimos, Burckhardt já arriscou a afirmação de que tenham sido soldados amotinados e funcionários desleais — e do ponto de vista do Imperador (que não é o nosso) foram isso mesmo. A Inquisição Romana também devia

condenar Galilei, não por motivo das suas descobertas físicas e astronômicas de que os inquisidores não entendiam nada, mas porque o cientista se permitira tirar delas conclusões filosóficas incompatíveis com o dogma em que se baseia a Igreja. Pelo menos os protestantes não têm motivos para congratular-se com a decisão errada do tribunal sagrado; que se lembrem das cinzas dos queimados em nome de Lutero e Calvino. Mas tampouco assiste direito de queixar-se do caso Galilei aos ateus professos: podiam pedir e pregar tolerância durante o século XIX, quando não tinham em parte nenhuma poder para se revelarem intolerantes; agora, porém, basta folhear (não falo de traidores evidentes que havia em Moscou, em 1936), as devassas do processo Bukarin, condenado por motivos ideológicos.

Está claro que tampouco têm direito algum de gritar contra essa "intolerância moscovita" os chamados "defensores da civilização cristã"; os nazistas que queimaram livros e com os livros os autores e os leitores; os fascistas de Roma e os de Madri; e os que sacrificam a liberdade do espírito ao "último orçamento equilibrado da Europa". Tampouco têm direito de irritar-se os representantes legítimos da "volonté générale" democrática do povo dos Estados Unidos, os membros do Comité de Investigações contra movimentos anti-americanos, denunciando a torto e a direito ministros e atores de cinema, operários e professores universitários, destruindo existências por mera "suspeita ideológica". A Roma imperial, a Roma dos papas, Wittemberg e Genebra, Washington e Moscou — eis uma "grande coalisão", fornecendo, inesperadamente, um grande argu-

mento ao promotor público: "Não é o Estado totalitário mas sim a própria sociedade, quando organizada em bases de uma fé, que não suporta a presença de Sócrates. E condenar tôda forma de organização social para que Sócrates pudesse dar aulas a uns rapazinhos nem é anarquismo e sim tolice. Se este Sócrates em vez de ser condenado à morte pelo tribunal de Atenas, fosse empossado como catedrático, talvez se tornasse impôssível a existência coletiva, até enfim a própria atividade pedagógica de Sócrates perder o sentido. Nós outros, sentimos bem que essa acusação de incompatibilidade da existência filosófica com a existência política é falsa, falsíssima — mas o que adianta condená-la? E' mais difícil mas é preciso refutá-la. E como refutá-la, cono defender a fé filosófica depois de ter sacrificado as condições de existência social dessa fé?"

O dilema é terrível. Cadê a saída? Talvez o modesto porteiro à porta da última saída possível seja o coitado do Xenofonte? O representante do chamado "liberalismo"? Valeu realmente a pena pleitear a absolvição de Sócrates para chegar à condenação de Xenp' fonte? Mais uma vez é preciso revisar o processo de Sócrates. A audiência continua.

PROBLEMAS DRAMÁTICOS

PROBLEMAS não fazem falta a nós outros, contemporâneos do mais problemático dos séculos; problemas tão embrulhados que às vezes se parecem com charadas. Esse estado de coisas não pode deixar de refletir-se na literatura: já existem romances que é preciso decifrar em vez de lê-los; e aparecem charadas dramáticas como *Les bouches inutiles*, de Simone de Beauvoir, charada fascinante e perigosa que agitou o público do Théâtre des Carrefours. Quem não se agitará quando da solução do problema engenhoso depende, no sentido mais literal da palavra, a nossa própria vida?

Les bouches inutiles é uma peça atualíssima, desta hora. Ninguém se deixou iludir, a esse respeito, pelos costumes medievais dos atores nem pelas torres e ameias que representaram, no palco, a cidade de Vaucelles, cercada pelo exército dos inimigos. Trata-se da mais implacável das guerras: da guerra civil. O povo democrático de Vaucelles fêz uma revolução vitoriosa, expulsando os aristocratas reacionários. Mas estes voltaram com forças superiores, barrando todos os caminhos, impedindo o abastecimento dos assediados". Os vaucellenses Vão morrer de fome- Já não têm força para fazer sor-

tidas. A França prometeu auxílio, isso é verdade, mas este demora. Chegará tarde de mais. Que fazer?

No Conselho Municipal discute-se com franqueza a situação. Ainda existem estoques de víveres. Talvez bastassem, até a chegada dos franceses, para alimentar os soldados que defendem os muros — se não houvesse na cidade mais outras pessoas, incapazes de participar da luta mas também de bocas abertas para comer, os velhos, os doentes, as mulheres, as crianças. Então se levanta o vereador François Rosbourg, chefe do partido revolucionário, para propor uma medida revolucionária; aqueles velhos, doentes, mulheres, crianças, com as suas bocas abertas, subtraindo a comida aos soldados que defendem Vaucelles, são portanto os verdadeiros inimigos da Liberdade; são as bocas inúteis, "les bouches inutiles"; mais vale sacrificá-las que sacrificar os frutos da Revolução; é preciso expulsar da cidade as "bouches inutiles", empurrando-as para fora dos muros onde o inimigo implacável as massacrará; mas a Liberdade será salva.

Contra essa proposta levanta-se, por sua vez, o vereador Jacques Vander Welde: de nada vale o sacrifício das "bouches inutiles", porque, em vez de salvar a liberdade, a destruiria; a violência exercida contra os fracos e indefesos autorizaria amanhã qualquer outra medida de violência contra outras e mais outras classes de cidadãos, considerados "inúteis" não se sabe em virtude de que critério, porque depois da suspensão do critério moral já não fica nada em pé senão o arbítrio do mais forte; se fosse mesmo possível salvar assim a

cidade, o resultado da vitória seria a tirania. Não seria preferível a capitulação?

O assunto dessa peça encontra-se na crônica de Froissait, esse panorama vivo e pitoresco da França do século XV. Em "estilo Froissait" apresentaram-se aos espectadores do Théâtre des Carretours as decorações e os atores. Mas ninguém se deixou iludir. Essa cidade de Vaucelles é esta nossa cidade. Esse século XV é nosso século XX. O problema das "bouches inúteis" é nosso problema, o dos meios e dos fins, o problema em torno do qual giram todas as discussões entre catolicismo, comunismo, democracia, totalitarismo. Será lícito cometer isso para conseguir aquilo? É a tentação de todos nós. É o problema, o problema "sans phrase". Simone de Beauvoir apresentou-o em forma duma charada altamente incômoda.

A autora, inspirada em certa corrente filosófica contemporânea — ela é colaboradora de Sartre — pretendeu facilitar a compreensão do problema, comentando no prefácio da peça a solução que escolheu: — "Les échevins qui administrent la ville découvrent cette vérité: on ne peut pas atteindre une fin par n'importe quel moyen, car certains moyens détruisent cette fin même qu'on veut faire triompher". Quer dizer, a violência, exercida em nome da Liberdade contra os fracos, levaria fatalmente à violência contra todos e à Tirania. Daí a solução do problema dramático. Os habitantes de Vaucelles, prezando a Liberdade acima de tudo, não expulsam "les bouches inúteis"; preferem fazer uma sortida sem esperança, quase suicida. Cai o pano sem saber-

mos o resultado da luta — mas "ils ont accepté de mourir dans leur chair afin de vivre en esprit; le hasard des événements n'a plus de prise sur eux. Qu'ils réussissent ou qu'ils échouent, ils font triompher cette liberté pour laquelle ils luttent: ils sont vainqueurs".

Não o entendeu assim o público do Théâtre des Carrefours. Fêz escândalo tremendo. Infelizmente, nenhum Instituto Gallup investigara se aquele público se compunha duma maioria de comunistas ou fascistas ou católicos ou democratas. Não importa, afinal. Foi um público de homens do nosso tempo. Gritaram a favor da expulsão das "bouches inutiles", porque a experiência destes tempos os ensinara a acreditar só no êxito. E com efeito, o que vale o "triumfo espiritual" dos "vainqueurs" massacrados em face da possibilidade de fazer triunfar realmente, materialmente, o de que precisamos? Esse deus contemporâneo, o "Êxito", reside acima das divergências ideológicas, inspirando igualmente a propaganda comunista e a propaganda anti-comunista e todas as outras. E contra essa fortaleza não adiantam os fracos exércitos de Vaucelles e de madame Simone de Beauvoir. A charada ficou sem solução.

Valeria a pena reler a crônica do velho Froissart. Há mais outras charadas nas suas páginas amareladas, por exemplo aquela que inspirou ao dramaturgo Georg Kaiser a peça "Os burgueses de Calais".

O rei da Inglaterra estava assediando a cidade de Calais. Indignado com a resistência teimosa da fortaleza já perdida, ameaçou destruir o porto, o orgulho

da cidade, arruinando-a d'este modo para sempre. So admite um meio para acalmar sua ira: seis dos burgueses mais conceituados de Calais deveriam sair da cidade. vestidos de penitentes, cordas nos pescoços, procurando o acampamento do rei para serem enforcados. Então Calais seria salva.

No Conselho Municipal discute-se com franqueza a situação. Seria preciso tirar à sorte seis nomes entre os vereadores para salvar a cidade. O aristocrata Duguesclins é contra essa solução-suicida, alegando motivos patrióticos: seria uma vergonha sacrificar a honra da França para salvar os negócios dos comerciantes mesquinhos do porto. Contra essas frases-feitas de "panache" levanta-se Eustache de Saint-Pierre: diz que não se trata de salvar o porto e sim salvar os outros, todos — hoje diríamos "les bouches inúteis" — e êle mesmo não será desses "outros"; antecipando a decisão pela sorte, oferece-se a si mesmo como o primeiro dos seis sacrificados. A eloquência de Eustache é irresistível. Levanta-se mais um, oferecendo a vida, e mais um, e mais um, e afinal são sete em vez de seis. Um de mais! Novamente o Conselho recorre à decisão peia sorte: põem numa urna seis bolas pretas e uma branca: escolham! Tiram as bolas: são sete bolas pretas! Eustache conseguiu trocar a sétima bola branca por uma preta, para não se desvalorizar o sacrifício pelo arbítrio do acaso, para criar-se "o novo tipo de homem". A maioria do Conselho não quer ouvir essas bobagens de "Novo Homem". Insistem na loteria fúnebre: amanhã, os primeiros seis que chegarem à Grand'Place serão os sacrificados; o atraso salvará o sétimo.

No amanhecer, os seis burgueses de Calais estão reunidos na Grand'Place. Quem falta é Eustache de Saint-Pierre. O povo está indignado: êle, que propôs o sacrifício dos outros, salvou-se vergonhosamente! Já querem assaltar-lhe a casa. Neste momento, Eustache de Saint-Pierre se aproxima; mas não de pé. Aparece posto sobre o cadafalso. Suicidou-se, de noite, para salvar a dignidade do sacrifício. Já troam os canhões ingleses, mas não é para assustar. Ao rei da Inglaterra foi nato um filho, nessa mesma noite; e o soberano, comovido, resolveu perdoar a cidade e os seis burgueses de Calais. E quando o rei entra na catedral para dar graças a Deus, ajoelha-se perante o cadafalso daquele que salvou a cidade, sacrificando-se. Este é o vencedor.

Aí está uma solução que nem Simone de Beauvoir nem o público do Théâtre des Carrefours previram. Não se diga que Calais foi salva pelo acaso do nascimento de um príncipe; graças ao sacrifício dos seis, a cidade teria sido salva de qualquer maneira, embora em todo caso com aquela dignidade que também pôs de joelhos, moralmente, o rei. Quer dizer, depois da votação da proposta Eustache de Saint-Pierre pelo Conselho Municipal de Calais o êxito estava garantido, enquanto aos vereadores de Vaucelles só ficavam vagas esperanças. Os casos não são idênticos, isso é verdade, porque generais estrangeiros costumam ser menos implacáveis que reacionários conterrâneos; o caso de Calais ilumina, no entanto, o de Vaucelles. O vereador Jacques Van der Wiele rejeitou o sacrifício; mas as discussões no Conselho Municipal de Calais sobre a questão do porto reve-

laram-lhe, atrás do humanitarismo grandiloqüente, os interesses econômicos de classe, Do outro lado, o vereador Rosbourg, que pretendeu sacrificar as "bouches inúteis", só foi um idolatra do êxito, do seu êxito de ditador. Eustache de Saint-Pierre também exigiu e realizou o sacrifício, mas não o dos outros e sim de si mesmo. Moralmente Eustache é tao digno como aqueles que rejeitariam por humanitarismo sincero o sacrifício das "bouches inúteis"; e com essa dignidade sabia reunir outra coisa que parecia reservada aos inescrupulosos: o êxito. Eustache de Saint-Pierre não é um "vainqueur" à maneira dos burgueses de Vaucelles; um vencedor na verdade, um vencedor da vida e da morte.

Aí se revela o sentido daquela expressão meio trivial: "o Novo Homem". Não importa a novidade. Importa a humanidade, a qualidade da substância humana. A maneira como Eustache de Saint-Pierre sabia reunir a dignidade moral e o êxito material não é mero paradoxo E' uma lição. E' lição para estes dias nos quais se revela a fragilidade de tôdas as instituições humanas. O que valem, afinal, as melhores, as belíssimas Constituições se os homens não se mostram dignos de conservá-las?

Nesta última guerra, a cidade de Calais foi destruída a fundo pelos bombardeios. A Grand'Place é uma ruína. Como por milagre salvou-se, no meio da praça, o monumento que mestre Rod in erigiu aos seis burgueses de Calais. Eustache de Saint-Pierre não está entre eles; o seu espírito vigila, invisível, sôbre a Cidade.

OS MÉDICOS DE MOLIÈRE

“PENICILINA, estreptomicina, sulfamina, vitamina A, B, C, D. . .” — o alfabeto triunfal da medicina moderna já é outra coisa infeliz que a conta que o farmacêutico de Molière mandou ao "malade imaginaire"* Argan: "Julep hépatique, potion anodine, clystère insinuatif, clystère détersif, clystère carminatif..." — apesar da semelhança das rimas ricas, o progresso realizado é evidente. No entanto, qualquer público de hoje dá gargalhadas quando aparece no palco Sganarelle, o "médecin malgré lui", envolvido em avental preto, falando latim fantástico, citando Aristóteles (que "là-dessus dir de fort belles choses"), explicando a mudez como "incapacidade de falar", procurando o coração ao lado direito, defendendo-se das dúvidas do doente: "Oui, cela était autrefois ainsi, mais nous avons changé tout cela, et nous faisons maintenant la médecine d'une méthode toute nouvelle"- O público continua a rir porque o método novo de Sganarelle lhe parece agora muito velho — mas quando aparece atrás de Sganarelle o terrível Doutor Purgon com o riso sádico, ameaçando: "— bradypepsie, dyspepsie, apepsie, lienterie, dysenterie, hydropisie, privation de la vie" então o público sente certo "frisson",

sente com o agonizante suado e assustado na cama, lembra-se que o próprio Molière, fazendo o papel do doente no palco, morreu durante a representação; e lembra-se das suas palavras: "N'y a-t-il point quelque danger à contrefaire la mort?"

Os médicos de Molière continuam atualíssimos — no teatro. Ainda fazem rir e, às vezes, tremer. Mas como é possível isso? Não há mais Sganarelles nem Purgons, na época das vitaminas; e depois de tantos progressos incontestáveis a sátira contra os charlatães do passado ainda seria compreensível e até eficiente no palco? Por que ainda nos fazem rir os médicos de Molière?

Quem escreveu melhor sôbre esse assunto, o crítico inglês John Palmer, afirma (e um crítico moderno como Turnell cita-o, aprovando a opinião) que na sátira de Molière não havia nenhum excesso de imaginação. Guénot, o médico mais famoso da época, possesso pela idéia de poder curar todas as doenças com antimónio, matou impunemente numerosos doentes e sua própria família inteira. Comportava-se como vivisseccionista moderno ou então como chefe de um hospital de clínicas, sacrificando alguns pacientes pobres ao esperado progresso científico em favor da humanidade sofredora; apenas os aventais ainda não eram, então, brancos e sim pretos mas não era menor que hoje o respeito peia ciência, sobretudo quando os cultores dela usam linguagem esquisita. O próprio rei Luis XIV, embora rindo-se no teatro dos homens de avental preto e latim macarrônico, entregou-se a eles, cegamente, na realidade. E os médicos sabiam revidar as gargalhadas de Sua Majestade: alimen-

taram bem, por meio de regimes fantásticos, os vermes nos seus intestinos, inspirando ao rei o apetite gigantesco que provocou a admiração da corte; mas ao mesmo tempo extraíram-lhe todos os dentes, perfurando-lhe o paladar, de modo que o monarca infeliz não podia mais mastigar, chegando a quase morrer de fome. Deve ter sido *de ferro e aço* a constituição do rei que só como septuagenário sucumbiu a um ataque combinado de clisteres, vesicantes, sangrias e sudações. Luis XIV foi o doente mais martirizado da França, assim como Molière fora o doente mais espirituoso do reino. Consciente disso, o comediógrafo chegou a erigir-se a si mesmo em tipo de paciente rebelde, citando no "Malade imaginaire" seu próprio nome: "Molière a ses raisons", diz Béralde, "pour ne point vouloir de remèdes, et il soutient que cela n'est permis qu'aux gens vigoureux et robustes, et qui ont des forces pour porter les remèdes avec la maladie". Mas esta frase, tão clara, tão vigorosa, lembra-nos com força o nosso problema: por que ainda nos fazem rir os médicos de Molière?

Se tudo aquilo apenas correspondesse à realidade do século XVII, ainda poderíamos rir dessas coisas que já não há mais? Naquela frase de Béralde o suposto realismo de Molière chega ao auge: a realidade pula para o palco, irrompendo através da ilusão teatral, apresentando-se com o nome próprio da pessoa que faz, como ator, o papel do doente — e que vai morrer, realmente, logo depois, no palco. E nós outros sentimos um frêmito, inesperado na casa da comédia, como se o destino de

Argan-Molière fôssa o nosso próprio: "N'y a-c-il point quelque danger à contrefaire la mort?"

Nesse momento supremo da comédia, Diafoirus e Purgon, os médicos ridículos e terríveis, estão esquecidos. Eles, com os seus aventais pretos e frases latinas, são personagens secundárias, tipos da "commedia dell'arte" italiana. Mas Argan, o doente, éste é o personagem principal: não é um tipo; é um homem, o homem, o representante *do* próprio gênero humano que adoeceu. Mas de que adoeceu a humanidade de Molière?

O personagem principal de Molière é o mesmo em todas as suas comédias: o homem natural, perturbado pelas imaginações vãs e pelas teorias fantásticas que são inimigas da vida. Assim A-cesto, vítima das falsas convicções da sociedade; Orgon, vítima da falsa religiosidade Íde Tartuffe; Harpagon, vítima de falsas noções de riqueza. A última vítima é Argan: o homem natural que teme a doença porque não quer admitir o fim natural de todas as criaturas — a morte. "C'est notre inquiétude qui gête tout", diz Béralde a Argan, mas este nunca ouviu nem quis ouvir a frase do seu contemporâneo Pascal: "Le dernier acte est toujours sanglant, quelle belle que soit la comédie; on jette enfin de la terre à la tête, et en voilà pour jamais". Molière, porém, o grande melancólico, sabia disso: e não temia o "danger à contrefaire la mort".

Mas Argan ignorava aquela realidade; daí o seu modo de viver num mundo de imaginações vãs e teorias fantásticas, de "romans" como se dizia então — não é trágico mas dá apenas "une belle comédie".

E as "belles comedies" têm mesmo a finalidade de denunciar aqueles "romans": Alceste, o "roman" da sociedade e das suas convenções; Tartuffe, o "roman" da teologia; Harpagon, o "roman" da economia. Argan, enfim, vive o "roman" da medicina, representada por Diafoirus e Purgon: "Quand ils vous parlent de rectifier le sang, de raccomoder la poitrine, de reparer la foie, de fortifier le coeur, de rétablir et conserver la chaleur naturelle, des secrets pour étendre la vie à de longues années, ils vous disent justement le roman de la médecine".

A medicina moderna, apesar de tantos milagres realizados, também tem seu lado novelístico: substituiu o paciente pelo "caso" e a realidade do homem doente pelo romance da humanidade em cuio favor os nossos Guénets sacrificam vidas presentes ao progresso futuro. Daí publicações como o "Romance das Vitaminas", conhecido em nossas livrarias; daí o estranho latim dos "alergistas" profissionais, daí a ameaça permanente dos "casos a-típicos". Mas o culpado de tanta coisa meio ridícula, meio assustadora não é o médico que faz o que pode e sim o doente que espera dele o que não pode fazer. O culpado é Argan, o Argan em todos nós — que não quer morrer. "C'est notre inquiétude qui gâte tout", capaz de transformar em charlatanismo a própria ciência. "Ils ont changé tout cela, et ils font maintenant la médecine d'une méthode toute nouvelle", mas o fim, "quelle belle que soit la comédie", é sempre o mesmo. Ainda acreditamos que Diafoirus com o livro e Purgon com o

cristel aparecem na hora da nossa agonia para "étendre la vie à de longues années". E com a muita fé de Argan ouvimos a ladainha de penicilina, estreptomicina, sudamina, vitamina A, B, C D- . . o alfabeto inteiro até a última letra, a que é definitiva.

TROVADOR AMERICANO

T

ODO mundo conhece Whitman. Foi poeta muito grande; mas os defeitos dos gênios também costumam exceder toda medida. O lado fraco de Whitman é a ênfase da qual o ritmo transbordante da sua poesia é a consequência. Na história da poesia moderna esse ritmo tinha efeitos libertadores; mas só os poetas tomaram conhecimento disso. O povo, ao qual Whitman se dirigiu e do qual pretendeu ser o porta-voz poético, esse povo continua a fazer questão de metro e rima, de ritmos declamáveis e até cantáveis. Whitman não se tornou popular.

No mesmo caso encontram-se aliás os inúmeros poetas whitmanianos, seja da Europa, seja da América. Há entre eles poetas notáveis e até um poeta tão notável como o espanhol León-Felipe. Mas os soldados das brigadas internacionais e os proletários de usina e campo revelam outras preferências poéticas. Talvez a poesia whitmaniana esteja ligada de mais às suas origens literárias na poesia de Vítor Hugo, que foi também o poeta da República mas não das massas populares que a votaram. Talvez a poesia de Whitman esteja ligada a um determinado ponto da história social norte-americana:

Whitman é o vate do começo da industrialização, das estradas de ferro, da mobilização dos operários marchando para o Oeste dos Estados Unidos; a primeira edição das *Leaves of Grass* é de 1855 e as edições seguintes, sempre aumentadas, acompanharam aquela evolução econômica. Poucos decênios depois, outra situação social produzirá outro poeta, o autêntico herdeiro de Whitman: Vachel Lindsay. Mas este, apesar das referências feitas há anos em excelente estudo de Gilberto Freyre, não é muito conhecido entre nós nem no mundo.

Veio do povo; e assim como Whitman, leitor entusiasmado de Shakespeare e Hugo, fêz Lindsay questão de adquirir cultura literária maior que a usual no seu ambiente e naquele tempo: freqüentou bom colégio, e depois dedicou-se em Chicago ao estudo das artes plásticas, aliás sem êxito definitivo. Seria capítulo pitoresco da sua biografia, esses estudos artísticos na Chicago de 1890. cidade rude de frigoríficos, anarquistas, bolsa de trigo e dispendiosas temporadas líricas, batendo o "record" de criminalidade no mundo inteiro. Nesse ambiente o pintor falhado Vachel Lindsay sonhava dum Reino da Beleza celeste: pretendeu transformar o Middle-West dos Estados Unidos em Paraíso artístico, povoado de anjos de Dante e Botticelli. Anjos desses apareceram nas visões de Ruskin e dos pré-rafaelias ingleses — os mestres de Lindsay — e assim como Ruskin e Morris o poeta americano compreendeu que a condição indispensável para a educação artística das mssas seria uma grande reforma social. E, dispondo de forte talento oratório, Lindsay iniciou a jornada da

conversão dos Estados Unidos ao Socialismo e à Beleza.

Durante anos Vachel Lindsay serviu como "lecturer", orador viajante, à Young Men Christian Association e depois, à Anti—Salon League. Discursou da moralização dos costumes e dos perigos do álcool, mas não como qualquer missionário de seita (êle mesmo pertencia à seita dos campbellistas, sem fazer proselitismo). Falou em períodos imensos, redondos, harmoniosos: reparou que esses períodos se tornaram ainda mais eficientes quando condensados em metros, interrompidos por rimas, cantados como hinos de uma nova religião. Entusiasmado como um dos primeiros discípulos de S. Francisco, percorreu a pé as cidadezinhas e "prairies" dos Estados Unidos, declamando, cantando, vivendo das esmolas que deram ao "ministrei missionary". E tornou-se o "troubadour" do Middle-West; vagabundeando pelas estradas reais, ébrio da infinidade dos horizontes, imitou os gritos dos condutores de trens nas estações das estradas de ferro transcontinentais, saboreando a mistura pitoresca e promissora de nomes europeus, nomes ingleses e nomes índios daquelas cidades e cidadezinhas, berços da grande civilização americana do futuro:

"They tour from Memphis, Atlanta, Savannah,
Tallahassee and Texarkana.

They tour from St. Louis. Columbus, Manistee

They tour from Peoria, Davenport, Kaukakee.

Cars from Concord, Niagara, Boston.

Cars from Topeka, Emporia, and Austin

Cars from Chicago, Hannibal, Cairo,
Cars from Alton, Oswego, Toledo,
Cars from Buffalo, Kokomo. Delphi,
Cars from Lodi, Carmi, Loami..."

Algo da imensidade geográfica, demográfica e econòmica dos Estados Unidos vive nessa visão dum vagabundo, vendo passar, à beira da estrada de ferro, a grandeza do seu país. Lindsay estava identificado com o povo americano, e particularmente com as vítimas daquela grandeza : com os vagabundos nas estradas reais, os operários viajantes em busca de trabalho, os camponeses revoltados contra a plutocracia. Foi o poeta das jornadas democráticas de Bryan que ressuscitou a democracia agrária, jeffersoniana. E assim como Bryan falou a linguagem rude e pitoresca daquela gente, assim o poeta Lindsay descobriu nas expressões deles uma coisa cuja existência ninguém antes percebera: atrás dos vertiginosos algarismos da estatística levantou sua voz o folclore americano.

"Hark to the calm-horn, balm-horn, psalm-horn
Hark to the faint-horn, quaint-horn, saint-horn.
Hark to the pace-horn, chase-horn, race horn!..."

Assim como Bryan se dirigiu aos instintos religioso da massa, assim Lindsay descobriu o folclore religioso dos sectários, da Salvation Army, dos negros em êxtase; repetiu-lhes os gritos com tanto entusiasmo, com voz de falsete, que até parecia parodiar-lhes os hinos:

O coro fulminante que trata o Diabo como a um político derrotado nas eleições —

"Down, down with the Devil!
Down, down with the Devil!
Down, down with the Devil!" —

é interrompido, em parêntese, pela pergunta angustiada do pecador:

"(Are ycur washed in the blood of the Lamb?";

mas enfim o céu é conquistado e os fiéis entram na mansão celeste como o vitorioso homem do povo na Casa Branca —

"With glory, glory, glory,
And boom, boom, boom!"

Não é paródia. E' a expressão entusiástica daquela mesma gente que libertou os escravos e conquistou o Oeste e herdará, amanhã, o Reino dos Céus e dos Estados Unidos da América. Assim como Whitman, Vachel Lindsay acreditava em infinitas possibilidades democráticas, mas algo diferentes. Já não nas indústrias e estradas de ferro que abririam a "Passage to India", e sim na democracia agrária que acabará com os reis do trigo e petróleo. O Estado de Kansas, centro da oposição agrarista, afigurava-se a Vachel Lindsay, como um longínquo Paraíso em que não haverá mais os traiçoeiros códigos da jurisprudência nem os arranha-céus do dinheiro:

"... Kansas, land that restore us,
When houses coke us, and great book bore us."

Vachel Lindsay foi um romântico. Às vêzes, caiu do sonho, e então se viu reduzido a vagabundo, sentado melancolicamente à beira da estrada real pela qual passam todas aquelas riquezas e grandezas de "Tallahassee e Texarkana", de "Chicago, Hannibal, Cairo", que não pertence ma êle nem a sua gente :

"While I sit by the milestone
And watch the sky,
The United States
Goes by."

Ecce poeta! E' verdade que Whitman foi poeta muito mais rico, mais abundante. Expressiu a riqueza por assim dizer unânime da sua alma em poemas de tamanho enorme, de linhas intermináveis. Dizia tudo. Mas ai do poeta que diz tudo. Uma das diferenças essenciais entre poesia e prosa revela-se no fato de que um poema não pode ser inteiramente parafraseado em prosa; quantos poemas dos mais magníficos da literatura universal não se transformariam, quando "prosificados", em lugar-comum trivial! Porque o poema contém, além das afirmações que lhe constituem o conteúdo sintático, qualquer outra coisa que está nas entrelinhas ou além dos versos: as "franjas" sentimentais daquele núcleo racional, e que são intraduzíveis em prosa, porque inefáveis. A poesia de Whitman não tem franjas. Êle dizia tudo; e a sua poesia aproximou-se da prosa, se bem de uma prosa e briamente poética. A poesia de Lindsay é mais "limitada", o que nao deixa de ser resíduo de sua formação nas artes plásticas; mas peia tradução em prosa ou até em verso whitmaniano

não se transformaria em trivialidade e sim em tolice excessiva. Porque Lindsay foi um espírito ambíguo, oscilando entre a realidade grosseira de "Chicago, Hannibal, Cairo" e o céu de "glory, glory, glory, and boom, boom, boom"; entre a mística mais extática e o humorismo mais fantástico. E o último resultado dessa união místico-humorística foi o "état d'âme" especificamente poético: a melancolia.

Daí existe diferença profunda entre as relações da poesia de Whitman e da poesia de Lindsay com a realidade. Whitman foi autêntico profeta: inspirado pelo próprio Espírito do Novo Mundo, profetizou a grandeza imensa das fábricas, das estradas de ferro, das torres de petróleo, das torres mais altas da cidade de Nova York. Tudo isso se tornou realidade, uma torre de Babel tão real como é autêntica glossolalia a poesia de Whitman. A visão de Vachel Lindsay não se tornou realidade; ficou sonho de poeta, sonho de "United States" que não havia nunca nem haverá jamais, uma caravana interminável de cidades, "prairies" e gente, gente, um reino do céu e ao mesmo tempo um inferno ("Down, down with the devili"), urna visão nas nuvens, irreal e permanente:

"While I sit by the milestone
And watch the sky,
The United States
Goes by".

O UTOPISTA ANATOLE

A CABOCE de relet "L'Affaire Crainquebille": a história do quitandeiro ambulante, nas ruas de Paris, ao quai uma freguesa, safada como só conseguem ser mulheres, não quis pagar logo os legumes comprados. O guarda n.º 64, achando que o carro parado de Crainquebille entupiu a rua, deu-lhe ordem para "circular". Mas o homem quis esperar seu dinheiro. Desobedeceu à autoridade. Foi preso, passando as semanas do inquérito policial com quarto e comida pagos pelo Estado. Condenado a quinze dias de prisão, solto depois, o "criminoso" não encontrou mais o caminho certo. Começou a beber. Acabou como vagabundo. Última esperança: insultou um guarda para conseguir, novamente, o alojamento oficial, a prisão. Mas desta vez, a autoridade não lhe deu importância. E "Jérôme Crainquebille, cabisbaixo, cambaleando, desapareceu na escuridão chuvosa da noite".

Primeira impressão da releitura: é pena que não houvesse outro Daumier para ilustrar essa história, para desenhar ou litografar esses juizes e advogados que encheram o pobre feirante de tanto respeito peia "máquina majestosa da Justiça". Mas devia ser outro Daumier,

nao de 1830 e sim de 1900, retratando as caras do caso Dreyfus do qual "L'Affaire Crainquebille" é a paródia irreverente e amarga. Crainquebille, sujeito rústico, estúpido, insensível, não é capaz de inspirar simpatias, tampouco conio as inspirou o capitão Dreyfus, milionário mal educado, levado pela ambição a uma carreira na qual não cabia. Mas a situação de Crainquebille e Dreyfus é a mesma situação, artificial e no entanto profundamente humana, na qual se encontra cada um de nós, quando tem de esperar, em antecâmaras cheias, imundas e malcheirosas, as decisões de autoridades tão mesquinhas como infalíveis e inapeláveis. E' uma situação kafkaiana.

Mas reage cada um a seu modo. O francês reage, tipicamente, pela atitude que Alain definiu: "le citoyen contre les pouvoirs". Ora, Alain morreu, Crainquebille morreu, mas nós outros estamos vivos; e vivos estão hoje em dia, os "pouvoirs", mais poderosos e mais arbitrários que jamais. O aparelho nos esmaga. O caso Crainquebille virou parábola. Quase faz parte do folclore político dos nossos dias. Já não importa saber quem o escreveu. E, com efeito, Anatole France, enquanto não desprezado, está esquecido.

Será possível defendê-lo? Não é possível defender o campeão da "clarté" parnasiana que não compreendeu Mallarmé e, no fundo, poesia alguma. Não parece possível defender o evasionista que, em pleno século XX, se fantasiou de "abbé" céptico do Rococó, de Jérôme Coignard. Mas. . . esse sábio e sabido Coignard tem o mesmo nome de batismo, Jérôme, do rústico e iletrado Crainquebille. Aí talvez esteja escondido o segredo da unidade íntima de Anatole France, da sua

obra e dos seus gestos e atitudes: do Anatole parnasiano, esfeticista, céptico que se tornou enfim, paradoxalmente, comunista. Teria êle, que fingiu não ter lido Zola ("car je ne lis que de livres écrits en français"), teria êle lido Marx e Hegel? Não é cômodo defendê-lo. Os próprios comunistas não confiavam no elegantíssimo "littérateur" pequeno-burguês, enquanto os outros desconfiam do comunista Anatole, renegado de sua classe. Enfim, licavam com a palavra os surrealistas, cujo primeiro Manifesto, no ano da morte do escritor, vociferou: "Je tiens tout admirateur d'Anatole France pour un être dégradé. . . le vulgaire Anatole France, cet âne officiel".

Burro oficial!. . . Não se indignará, antes sorrirá quem se lembra de certa pintura mural, perpetrada por Henri Martin, na Sorbonne: Anatole, barbado, com o guarda-chuva na mão, fazendo num lindo bosque um sermão, decerto muito laicista, aos discípulos. O filósofo oficial da Terceira República. Um mundo desaparecido. Mas não havia, porventura, nada de bom na filosofia oficial da terceira República? Foi uma utopia. Escolheu, com acerto, para patrono, o escritor que, por sua vez, escolhera para pseudônimo o nome de seu próprio país. Foi uma utopia autenticamente francesa.

O supremo ideal dos franceses é e sempre será, provavelmente, a "clarté". "Ce qui n'est pas clair, n'est pas français". Já em Pascal essa clareza francesa zombou de uma justiça que seria diferente aquém e além dos Pirineus. No autor do Crainquebille, a mesma clareza revolta-se contra "uma Justiça que não faz senão confirmar as injustiças geralmente reconhecidas". Conclusão da "clarté" francesa é a "justice" francesa. Mas,

já o sabemos, a "clarté" não pode contra uma realidade que é "obscura" porque cheia de contradições intrínsecas. A clareza é uma utopia da inteligência francesa. E utopia também é a "justice" francesa porque na terra não há justiça e sim apenas a Justiça com os olhos vendados e uma cara desenhada por Daumier.

Utopista, Anatole France sempre foi. Chamou de "mau cristão" Baudelaire; e, para devolver-lhe a expressão, "mau comunista" teria sido quem não quis ler Hegel nem Marx. Mas um comunismo sem Marx, que será senão uma utopia? Utopia da mesma espécie como a "idée fixe" de vestir-se com a elegância do Rococo em pleno século XX, no século da democracia e do homem comum. Como utópica também se revela a atitude do cepticismo justamente no século mais dedicado a dogmas. verdadeiros e falsos, que qualquer outro.

Apenas, o cepticismo tem a capacidade apreciável de poder voltar-se contra si mesmo. O céptico é capaz de duvidar de sua própria falta de fé, assim como Anatole France que disse: "Tout est possible, même Dieu". Zombaram de Anatole, do zombador elegante e irreverente que na hora da agonia gritou: "Maman!, maman!". Mais sério nos parece aquele reconhecimento da possibilidade de haver Deus. Pois então, o próprio cepticismo está desmascarado como utopia. Se há Deus, então "há a Graça no céu e a justiça no inferno, mas na terra apenas a cruz" (Le Fort). Então, não há justiça na terra.

France foi utopista; com a circunstância atenuante de sabê-lo. Da injustiça quis fugir, lançando mão de todos os recursos de evasão, estéticos, políticos, filosóficos e pseudo-filosóficos, sempre livrescos. Confessou: "O li-

vro é o ópio do Ocidente". Mas esse filho de livreiro nas margens do Sena, esse amante carinhoso de todos os livros (contanto que fossem escritos em bom francês) também sabia despertar do sonho de ópio: quando Dreyfus foi condenado, quando Crainquebille foi preso e quando não foi preso. Hoje, não se contam mais os Crainquebilles: chamam-se Bukharin em Moscou ou His em Washington. Temos evoluído muito. Os casos particulares já não interessam. Estamos dormindo, sonhando, num pesadelo. Mas não podendo aprender a arte anatoliana de acordar na hora certa, nosso destino seria, será o de todos os Crainquebilles: o de desaparecer na escuridão chuvosa da noite.

NO ENTERRO DE MAETERLINCK

QUANDO souberam da morte de Maurice Maeterlinck, ocorrida no dia 6 de maio de 1949, mais que um leitor no mundo terá pensado: êle estava vivo ainda? Com efeito, esse ancião de 87 anos já morrera há muito. Apenas sobreviveu à sua glória. Mas essa glória por mais incompreensível que pareça às gerações atuais, é um fato e até um grande fato da história literária e talvez mais que mero fato histórico.

O Prêmio Nobel — de 1911, época de outras preocupações — não significa muito. A época era realmente outra, a dos seus amigos Eugênio de Castro e Gabriele d'Annunzio e do seu irmão no espírito Georges Rodenbach. "Bruges-la-Morte". . . quanta coisa obsoleta! E o nome de Maeterlinck também estaria ligado, indissolvelmente, ao tempo dos sofás de veludo, iluminação de gás, corpêtes e da poesia simbolista?

Livros como *La vie des abeilles* e *L'intelligence des fleurs* continuam leitura agradável, sem grande significação literária, sem nenhum valor científico e até sem sentido enquanto não se sabe da filosofia no seu fundo: "filosofia", aliás entre aspas, mistura confusa de doutrinas ocultistas e panteísmo romântico. Novalis e Emerson confundidos. Mas certos capítulos do *Trésor*

des humbles, como aquele sôbre o valor do silêncio, ainda se lêem com emoção, tentativas de um poeta de "transformer en sagesse et en beautés solides" sua própria emoção poética. Esta se encontra em estado puro, por assim dizer, nas baladas de Maeterlinck, nas frases deliberadamente incoerentes e infinitamente sugestivas das *Douze Chansons*; e em estado degenerado em *Monna Vanna*, que foi o mais ruidoso dos seus êxitos teatrais e o fim da sua seriedade literária. Contudo, Maeterlinck foi antes de tudo dramaturgo. Como "nouveau Shakespeare belge" foi saudado por Octavio Mirbeau, no "Figaro" do 24 de agosto de 1890, o autor da *Princesse Maleine*. Maeterlinck escreveu mais outros dramas assim, *L'Intruse*, *Les Aveugles*, *La mort de Tintagile* e esse *Pelléas et Mélisande* que deve a Debussy a imortalidade musical: todos eles, histórias muito poéticas e pouco dramáticas de crianças assustadas, amores apavorados, velhos cegos e princesas estranguladas de que a *Princesse Maleine* é o modelo.

Para reavivar a memória do poeta é preciso reler a história da pálida princesa Maleine, assustada pelo amor e pelo destino e estrangulada pela madrasta, assim como a reli durante a noite depois de ter recebido a notícia da morte de Maeterlinck. Releitura depois de uns 30 anos, talvez; e confesso que mais uma vez me comoveram esses "petis êtres frágeis" que o próprio poeta compara a "sommambules arrachés à un songe pénible" vítimas de "énormes puissances, invisibles et fatales" e de cujo destino nada fica senão "un bruit confus et assourdi". Marionetes, sucumbindo ao Fado que se manifesta durante 5 longos atos por meio de todos os possíveis ruídos sinistros — tempestades, estrelas

que caem, fontanas que se extinguem, ladainhas ouvidas de longe em corredores escuros, mãos invisíveis que batem às portas — sobretudo se bate muito às portas. nessa peça, até o rei enlouquecido gritar, no 5.º ato: "Ah! on frappe à toutes les portes ici! Je ne veux plus qu'on frappe aux portes!" Nem eu. O rei, embora maluco. tinha razão: e isso me arrancou, na página 165 e em alta hora noturna, a gargalhada libertadora.

Estava rompido o encanto das lembranças de adolescência, do poeta e da minha. E a peça começou a descompor-se, revelando suas fraquezas irremediáveis, a tentativa da impotência poética de transformar em música verbal as dissonâncias sentimentais próprias da puberdade que, antes de entrar na vida, tem medo da vida.

Mas a tentativa, embora fracassada, é louvável. A incoerência do enredo e da frase, na *Princesse Maleine*, é parente do hermetismo alusivo dos poetas simbolistas, seus contemporâneos. Mas é mais autêntica que em franceses rebeldes nesse flamengo afrancesado que nada fêz senão transportar para o palco a incoerência hermética da verdadeira balada popular, de origem germânica. O teatro de Maeterlinck lembra a "ballad opera" inglesa do século XVIII; apenas, não é, como esta, satírica e sim filosófica ou pseudo-filosófica, tentativa de criar um teatro poético à base da filosofia corrente de 1900; angústias românticas misturadas com panteísmo emersoniano. O elemento que perturba essa atmosfera poética é a herança de Ibsen: a madrasta de Maleine uma Hedda Gabier em trajes medievais, o rei um Solness amalucado. Maleine e o príncipe Hjalmar (nota-se o nome escandinavo) são "fantasmas" ibsenianos,

apenas sem consciência moral e até sem consciência alguma: pois esse sinistro conto de fadas, apesar das tentativas de tomar alguma vida emprestada à realidade de Shakespeare (Hjalmar e Hamlet, o rei e Lear), não consegue convencer-nos que a vida é um pesadelo assim. Será que já estamos acostumados a comida mais forte? Golpes à porta já não nos assustam enquanto não supomos atrás dela o juiz da nossa consciência perturbada e culpada. Para convencer-nos que a vida é pesadelo já não basta o terror de bastidores de Maurice Maeterlinck, que não foi, seguramente, um Franz Kafka.

Maeterlinck, homem de 1890, não poderia compreender nunca que o que falta na sua poesia é a teologia. Mas no notável prefácio da reedição das suas obras teatrais, datado de 1911, confessou o fracasso. Condenando "sans phrase" a peça de sua mocidade, defende no entanto a idéia que a informou, essa "idée un peu hagarde que les personnages se font de l'univers", acrescentando: "Un poète plus agé que je n'étais alors et qui l'eut accueillie, non pas à l'entrée mais à la sortie de l'expérience de la vie, aurait su transformer en sagesse et en beautés solides les fatalités trop confuses qui s'y agitent". Apologia inútil: porque Maeterlinck, quando "plus agé". escreveu *Monna Vanna*, a traição aos ideais poéticos da sua mocidade. Mas apologia reveladora: *La Princesse Maleine* saiu assim como é, com suas qualidades e seus defeitos, porque foi criada "à l'entrée de l'expérience de la vie" e só por isso. Encantou a nossa adolescência e ainda é capaz de reavivar-lhe a memória porque é obra típica da adolescência, da idade que sente medo da vida antes de entrar nela.

E' mesmo grande a capacidade de adivinhação da idade imatura, só comparável à força profética da poesia. Ainda não se viveu mas já se sabe, e com que segurança sinistra, que "a vida é uma agitação feroz e sem finalidade, que a vida é traição" como diz mestre Manuel Bandeira; e já se sabe quem baterá à porta.

Eis a verdade. O velho Maeterlinck, o de 87 anos, já morreu há muito e talvez para sempre. Mas o Maeterlinck da mocidade ainda vive; e também é nosso o seu susto.

Esse susto informou aliás uma nova época do teatro. Na poesia dramática de Maeterlinck inspiraram-se Tchecov e o Strindberg de "Swanewit", o teatro poético de Synge e Garcia Lorca, e até as primeiras peças de O'Neill.

O velho assistiu a toda essa evolução, já mudo e talvez surdo-mudo como tantos personagens do seu teatro. Sentindo que não fora capaz de transformar sua verdade em "sagesse" do pensamento nem em "beauté plus solide" da música. Aquilo fêz Kafka. Isso Debussy. Na prosa firme do judeu de Praga "solidificou-se" a tempestade cujo eco físico ainda amargurou os últimos dias do poeta belga. Nas dissonâncias e harmonias de Debussy dissiparam-se as brumas do Norte, revelando-se claro e límpido o céu da França que agora ofereceu a Maurice Maeterlinck o descanso na sua terra.

MAUGHAM VERSUS MAQUIAVEL

UMA rua em Florença. Entram Callimaco e Ligúrie.." — assim começa a genialíssima comédia na qual Callimaco, aconselhado pelo criado Ligúrio e ajudado por Frate Timòteo, confessor da bela Lucrecia, consegue passar uma noite com a dama, para arranjar um filho ao matrimônio estéril do burríssimo Messer Nicia. O autor dessa comédia, talvez a mais alegre e a mais subversiva de todos os tempos, é o homem que arrasta pelos séculos a reputação de latinista pedante, diplomata pérfido e preceptor de tiranos: Maquiavel.

Na verdade, o comediógrafo-político só ensinou aos homens o que sempre fizeram sem plena consciência do que fizeram. Acreditando na permanência imutável das qualidades humanas, tirou dos historiadores remanos as leis conforme as quais agem politicamente os homens, os do passado, os do presente e os do futuro. Para chegar a tanto era preciso abolir todas as "imaginações vãs" dos milênios, inclusive a fé na "virtude" dos príncipes e dos seus povos. Só pela sua inteligência superior, uma das maiores de todos os tempos, Maquiavel conseguiria atingir tão completa independência espiritual de observador agudo dos dramas, paixões e comédias da humanidade. Essa poderosa inteligência do patrício

de Dante e Miguel Ângelo descobriu as mesmas "leis de comportamento" nos atos do tirano, do demagogo e de uma mulher infiel. E escreveu a comédia 'Mandragola'.

Só muito raramente se representa, hoje em dia, essa comédia clássica. Talvez por isso um autor moderno que deve muitos êxitos teatrais à dramatização dos seus próprios romances, tenha resolvido aplicar, no caso, o processo inverso: transformar a "Mandragola" em romance para arranjar-lhe o êxito que também acompanha sempre os romances de Somerset Maugham.

"Then and Now", o romance de Maugham, recebeu na excelente tradução de Érico Veríssimo o título "Maquiavel e a dama", e isso muito acertadamente, em virtude da modificação feliz que Maugham introduziu: o herói da aventura galante, no romance, é o próprio Maquiavel que teria realizado a façanha erótica quando embaixador de Florença em Imola, junto ao terrível César Bórgia, em situação política que muito se parece com a da nossa época — "then and now". Daí o lema bem maquiaveliano que abre o romance: "Plus ça change, plus c'est la même chose". Mas isso se aplica igualmente aos negócios do Estado e aos do amor. As mulheres também são, sempre, iguais. E — nesta outra modificação introduzida por Maugham — o grande diplomata perde o jogo: é outro rapaz, mais novo, que toma seu lugar na cama da bela senhora. Voltando, com coração amargurado pela decepção, para Florença, Maquiavel recupera sua superioridade ao avistar, do alto da colina, a cúpula de Brunelleschi — sua cidade. E o espírito florentino inspira-lhe a vingança que transforma a derrota em comédia. Senta na mesa dos negócios

do Estado e começa a escrever: "Uma rua em Florença. Entram Callimaco e Ligúrio..."

O romance de Maugham é brilhante comédia: Maquiavel tem de experimentar, na própria carne, a excelência da sua doutrina de que "plus ça change, plus c'est la même chose". Os tiranos e as mulheres serão sempre assim. Deste modo êle perde o jogo erótico — enquanto Maugham perde o jogo político. A situação angustiosa, "then and now", transformou-se ao romancista num ornamento de arabescos históricos em torno da intriga erótica. Maquiavel, porém, usou o enredo erótico para definir uma situação política.

Nenhuma palavra, na "Mandragola", alude aos problemas políticos de que, conforme Maquiavel, a doutrina do "Príncipe" seria a única solução. No entanto podia-se afirmar, com toda razão, que a "Mandragola" é a comédia da sociedade corrupta da qual o "príncipe" é a tragédia. Zombam e "font l'amour" à sombra da cúpula de Brunelleschi; mas o céu está cheio de nuvens sinistras. A transformação da comédia em romance, por Maugham dissipou-as, porém. Afinal Imola não é Florença e sim apenas o teatro de uma farsa erótica: Maquiavel e a dama. Quem é a dama, já sabemos: é a mulher de todos os tempos. Mas quem é Maquiavel?

O Maquiavel de Maugham não é o Callimaco da comédia. Mas é êle, pelo menos, o Maquiavel da história? Ou apenas o Maquiavel da "lenda negra do maquiavelismo"? O diplomata esperto que sabia contar histórias indecentes, ou então o exilado, como Dante, que sabia traçar os rumos da História? A chave para resolver-se êsse pequeno problema é o conceito da "virtù."

Durante séculos e milênios o género humano acreditava na "Virtude" como inspiradora dos grandes feitos, sobretudo na vida pública. Maquiavel, porém, compreendeu que deveria ser assim mas não é. E modificou o conceito, atribuindo o êxito político à "virtù" que significa, para êle, intelligencia e força (com um pouco, e não pouco, de astúcia e violência). Ora, hoje em dia não se usa mais a palavra "virtude" que tem sabor de moralismo hipócrita: Valéry tem dito coisas excelentes sobre a decadência da velha palavra, numa ocasião quando a Academia Francesa distribuiu o "Prix de Vertu". Não se acredita mais em virtude alguma. Somerset Maugham tampouco acredita. "Miss Thompson", talvez a melhor de suas obras (conhecida entre nós, no palco como "Chuva"), é a história do desmoronamento da virtude de um missionário. A "virtù", que foi, para Maquiavel, uma "força tremenda", é para Maugham uma fraqueza falível. Daí se explica parte do grande êxito de Maugham em época que não acredita mais em virtude: mas daí também se explicam algumas restrições que se lhe fizeram.

Pois a reputação de Maugham é tampouco indiscutida como a de Maquiavel. E se o romancista inglês representa como mero diplomata e farsante o pensador italiano, este poderia responder assim como respondeu Rivarol à advertência de Mirabeau: "Vous devez", dizia Mirabeau, "'observer la difference qu'il y a entre nos deux réputations!" — e Rivarol respondendo: "Ah monsieur, je n'eusse jamais osé vous le dire". Maugham tem fama de grande narrador mas também, entre outros, de homem que não acredita na virtude nem em nada — "materialista" sem filosofia, como êle mesmo resume no

"Summing Up" — e por isso seus romances não teriam sentido superior, tampouco como tem sentido a própria vida na sua obra-prima "Of Human Bondage". Assim explicam também a inquietação geográfica do romancista, viajando de país para país, até para a Oceania da "Chuva" e agora para a Itália de Maquiavel. Enquanto este ficou sempre fiel à sua cidade, advertindo na própria "Mandragola" que não gosta de "perdere la Cupola di veduta". Pois a viagem, tampouco como a rima, é uma solução.

Daí não custa nada, a Maugham, a transferir o teatro da "Mandragola", de Florença para Imola. A paisagem com a cúpula de Brunelleschi, vista do alto da colina, sô é para ele um espetáculo de turismo. Para Maquiavel, a mesma paisagem é o teatro da tragedia de Dante e Miguel Ângelo, das desgraças do "Plus ça change, plus c'est la même chose" do espetáculo histórico. Maugham porém acredita tampouco em cúpulas como em virtudes. Para êle, "plus ça change. . ." não é uma verdade histórica mas sim apenas uma alusão política e no fundo um axioma erótico.

Nesse sentido, a comédia "Mandragola" é grande peça trágica e "Then and Now" um pequeno romance humorístico. Naquela não há, como já se observou, nenhuma personagem honesta, senão o próprio autor que ganhou o processo perante o tribunal da História. No romance, Maquiavel perdeu o processo erótico, mas na realidade — "ah, monsieur, je n'eusse jamais osé vous le dire" — foi Maugham que perdeu o jogo novelístico.

FALSIFICAÇÕES

As falsificações ocupam grande capítulo da história literária. Já existem, aliás, vários livros sobre o assunto, de Farrer, Picard, Maassen e outros, mas não parece que os autores lhe tenham bem compreendido a importância. Muito menos foi o fenômeno satisfatoriamente explicado. Alguns contam a história como se fôsse de meras curiosidades, de calor anedótico. Outros consideram as grandes falsificações como casos memoráveis da crônica policial, às vezes de feição ligeiramente humorística, como por exemplo o caso de Denis Lucas, que por volta de 1870. forjou nada menos que 27.320 originais de homens ilustres de todas as épocas, enganando a Academia Francesa e fornecendo a Alphonse Daudet o enredo do romance "L'Immortel". Outros casos antes inspiram sentimentalismos, como o do jovem poeta inglês Chatterton que, obedecendo a uma moda da época, atribuiu seus poemas a autores medievais; foi desmascarado e suicidou-se. antes de ter dado a medida do seu grande talento.

Mas Chatterton não é um caso isolado. A moda literária que seguiu, foi iniciada por Macpherson que, por volta de 1760, baseando-se em fragmentos da antiga poesia céltica, fabricou, modernizando-os, os poemas

que atribuiu ao vate mítico Ossian. Eis um grande caso. Pois Ossian foi traduzido para todas as linguas, exerceu influência profunda em Chateaubriand e Lamartine, Goethe e todos os românticos alemães, Foscolo, na Escandinávia, na Rússia — essa falsificação foi uma das grandes potências da literatura universal. Já se vê que o assunto é sério. Em ambiente limitado, as conseqüências podiam ser mais intensas; em 1817, o bibliotecário tcheco Hanka forjou fragmentos de velhas epopéias eslavas, inventando uma fabulosa civilização pré-histórica de sua raça; esses poemas falsificados viraram espécie de santuário nacional do povo tcheco; de modo que o então professor Masaryk, denunciando a falsificação, foi por sua vez denunciado como traidor, precisando de luta heróica, por muitos anos, para estabelecer a verdade e limpar a atmosfera cultural de sua nação. Ainda em nossa época, em 1934, o prehistoriador alemão Hermann Wirth aproveitou-se. parece que de boa fé, de uma falsificação holandesa de 1840, da "Crônica de Ura-Linda", para demonstrar que a antiga civilização grega fora obra de tribos germânicas; e no "Reich" de Hitler não era aconselhável duvidar dessa tese burlesca. No entanto, Ossian e Hanka são problemas magnos da literatura comparada e do nacionalismo político. E ainda há casos atuais, com freqüência maior que se pensa. Valeria a pena estudar de maneira séria esse assunto das falsificações.

Antes de tudo, não convém dar ao termo um sentido unicamente pejorativo. Chatterton, o jovem gênio, agiu provavelmente de boa fé; Macpherson sem intuito evidente de iludir; Hanka, por patriotismo sincero. Os

poemas de Ossian, por volta de 1780 a delícia da Europa inteira, já não são lidos hoje; nem os lêem os historiadores da literatura que costumam falar mal deles, pois se os tivessem lido, saberiam que têm positivo valor poético. Hanka também era homem de talento, assim como Almeu Dossena que iludiu, com suas imitações de esculturas do Quattrocento, os diretores de todos os museus, ou Van Meegeren que pintou um dos melhores quadros de Vermeer Van Delft. Mas o que nos impede considerar um Van Meegeren como novo Vermeer ou um Dossena como novo Donatello? Se tivessem trabalhado nos séculos XV ou XVII, não se falaria em falsificação e sim apenas em atribuição errada. O termo pejorativo nasceu quando a estética do século XVIII criou o conceito da originalidade artística, desconhecido de outras épocas. A falsificação é um problema histórico.

Parece limitada a certas épocas. A Idade Média, guardando no anonimato a maior parte dos seus escritores e artistas plásticos, cultivava, porém, a falsificação de documentos jurídico-históricos. Hoje se falsificam, sobretudo, quadros. Não é difícil reconhecer os motivos. Conforme os conceitos jurídicos medievais, prevaleceu sempre o direito mais antigo sobre o mais novo (o Direito anglo-saxônico ainda guarda resíduo disso); não era possível abolir um direito provado por documentos antigos, o que explica o negócio da falsificação de doações, privilégios, etc. Hoje, a história das artes plásticas é, para a maior parte dos amadores, uma seqüência de grandes nomes, o que corresponde ao culto moderno do indivíduo-gênio; vale, portanto, a pena atribuir a grandes nomes a autoria de quadros falsifi-

cados. Também deve ter sido mentalidade especial, a que inspirou, entre 1760 e 1840, verdadeira enchente de falsificações literárias.

Observa-se, antes de tudo, que foram falsificadas muitas crônicas medievais, tantas que uma obra autêntica como a crônica florentina de Dino Compagni também chegou a ser, enfim, suspeitada. Há nesse "medievalismo" certa admiração, às vêzes ingênua, às vêzes interessada, pelo passado, sobretudo pelo passado nacional que os falsificadores gostavam de engrandecer: é este o caso de Hanka e ainda o de Wirth. E' o desejo de ter antepassados gloriosos, uma árvore genealógica. Pois bem, é a época na qual a burguesia se tornou poderosa na Inglaterra e conquistou, a partir da Revolução francesa, a Europa, adotando o estilo de vida da aristocracia derrubada, comprando castelos antigos e mandando construir castelos em falso estilo gótico; e daí só é um passo para a falsificação. Naquele mesmo tempo, os historiadores, os críticos, os folcloristas inventaram a teoria (já prefigurada por Vico, o primeiro filósofo burguês da história) conforme a qual a poesia, a verdadeira poesia, nasce imperceptível e anonimamente no seio do povo. Peia primeira vez deu-se o devido apreço à "Chanson de Roland", ao "Poema del mio Cid", ao "Nibelungenlied", obras de que não conhecemos os autores. A relação, que parecia evidente, entre autor e obra, começa a enfraquecer-se; não era mais absoluta. Que importa, no fundo, se o poema "Fingal" foi redigido por Ossian ou por Macpherson? O século XVIII preferiu Ossian: eis o motivo da falsificação que às vêzes, tomou feições burlescas: Pinkerton, Surtes e Cunningham escreveram baladas em estilo medieval e ensina-

ram-nas a pessoas idosas das montanhas escocesas que as recitavam perante Walter Scott; e este as publicou, sem perceber a fraude.

Mas por que se preferiu o nome de Ossian ao de Macpherson? Épocas de civilização requintada como o século XVIII (e o XX) revelam interesse especial pelos primitivismos, pelas obras de tempos remotos. Á guisa de excursão: depois da moda da arte negra, tem hoje chances de fornecer motivos de falsificação a arte barroca, que não é nada primitiva, mas quando é de origem folclórica; contudo, o "culto da grande personalidade", que é hoje inevitável, obriga os estudiosos a aproveitar-se de tradições orais e documentos duvidosos para atribuir obras anônimas a um gênio' individual, quanto mais estranho, tanto melhor. Mas depois dessa ligeira digressão, vamos dar os nomes às coisas. A combinação entre nacionalismo, passadismo e esteticismo tem mesmo um nome: é uma das fórmulas possíveis para definir o romantismo.

O romantismo, estilo da época em que florescia as falsificações literárias, entrou num mundo de racionalismo crítico, sem deuses, sem mistério, sem encanto estético. Os artistas precisavam criar ou re-criar o mistério, embora sem a capacidade (já perdida) de acreditar nele religiosamente. Eis o sentido da famosa definição dada pelo romântico Coleridge, da compreensão estética como "suspensão voluntária da descrença". A arte romântica cultivava, de propósito, a ilusão. Explica-se assim um dos recursos mais freqüentes da época: no início dos romances históricos à maneira de Scott, o autor afirmou ter descoberto um velho manuscrito que

apenas pretende transcrever. Mas daí só é um passo para a falsificação.

E nem todas as falsificações estão, até hoje, desmascaradas. Ainda há nações novas que precisam de árvores genealógicas; o romantismo, por sua vez, egresso da literatura, invadiu todos os setores da vida pública. Há "falsificações", entre aspas, porque mantidas de boa fé, que continuam como ídolos. Precisar-se-ia da coragem apostólica de um Masaryk para derrubá-los. Mas convém mesmo derrubá-los?

EXPERIÊNCIAS E VALORES

A GERAÇÃO atual dos brasileiros, está fazendo duas experiências novas, intensas. Durante mais de cinco anos, a guerra separara da Europa o país. Agora já se pode viajar outra vez. Mas já não é — como acontecia antes — Paris o único ponto de destino. O modernismo tinha, aliás, preparado a queda do monopólio que a literatura francesa mantinha durante mais de um século no Brasil, como expressão principal da civilização européia. Os brasileiros que agora voltam da Europa, estão todos eles entusiasmados pela Itália. E os que ficaram em casa? Estes leram, em traduções mexicanas ou antes espanholas, quantidade de livros filosóficos, sociológicos, históricos: a segunda grande experiência, ao lado da arte italiana, é a ciência alemã.

Mas que é a Itália que inspira tanto entusiasmo aos viajantes brasileiros? E' Siena. E' Veneza. E' Florença, a da Idade Média e a da Renascença. E' a Roma barroca. E a experiência limita-se quase exclusivamente às artes plásticas. E a experiência alemã? Antes de surgirem as traduções, foi Ortega y Gasset o grande intermediário que determinou a seleção: Dilthey, Max Weber, Scheler, Spengler. Depois, introduziram-se Mannheim, Meinecke, a análise estilística dos Vossler e Leo

Spitzer (e, recentemente, de Auerbach), a interpretação da história das artes plásticas por Woelfflin e Worringer (também começam a chegar Riegl e Dvorak). Ainda faltam uns nomes importantes, Rosenstock, Horkheimer, Karl Loewith, Cysarz, mas não modificam o quadro. Até em filósofos como Jaspers e Heidegger interessam especialmente os conceitos da historicidade. A experiência limita-se à ciência histórica. As artes plásticas e as ciências históricas, talvez seja isso mesmo o melhor que a Itália e a Alemanha têm que dar. As dúvidas sugeridas por aquelas limitações podem parecer marginais. Mas não são marginais os respectivos problemas.

Justificam, por exemplo, o entusiasmo exclusivo pela arte da Itália medieval, renascentista e barroca, declarando que, depois disso, não houve mais nada. E atrás dessa declaração esconde-se o velho preconceito que se chama Decadência. Não se dá importância à renascença literária da Itália entre 1770 e 1830, definida pelos nomes de Parini, Alfieri, Foscolo, Manzoni e Leopardi. Não me cansarei de repetir que os "Promessi sposi", de Manzoni, são romance tão grande como "La Chartreuse de Parme" ou "Guerra e Paz", embora sabendo que não adianta contra preconceito enraizado. Mas Leopardi, este pode ser salvo das mãos dos que o consideram como pálido. Na verdade, Leopardi é o primeiro grande poeta, desde Lucrecio, que tenha sido materialista: fenômeno único nas literaturas modernas. Como foi possível? Porque os italianos do século XVIII interpretaram em sentido materialístico a filosofia de Locke, que o resto da Europa não entendia assim. Mas por que a interpretaram dessa maneira? Porque o his-

toricismo de Vico, precursor de Hegel, os tinha imunizado contra o cartesianismo. Por isso mesmo Hegel, que estava quase esquecido na própria Alemanha entre 1850 e 1900, sempre teve discípulos na Itália, em Nápoles sobretudo. A tradição filosófica napolitana, de Vico e Croce, já basta, aliás, para refutar aquele conceito de decadência da Itália pós-barroca.

A Itália não é nem foi nunca "decadente". Parece apenas assim aos que consideram exclusivamente sua expressão pelas artes plásticas. Na verdade, há intermitência. A Itália exprimiu-se, durante certos séculos, pela arquitetura, escultura, pintura. Durante outros séculos, pela poesia. Durante mais outras épocas, principalmente pela música. E hoje assim como há 200 anos, pela filosofia e crítica filosófica. Nunca houve decadência, mas sim renascenças sucessivas.

Esse fenômeno já chegou a sugerir aos nacionalistas italianos a idéia de pertencer a uma das nações mais jovens da Europa, embora a Itália seja como todo mundo sabe, a mais velha das nações européias. A França e a Inglaterra só parecem mais velhas porque suas tradições culturais nunca sofreram solução de continuidade. A tradição italiana, porém, apresenta-se intermitente. "Jovens" também se sentem os alemães: mas ali há realmente tradição interrompida.

Já existe hoje no Brasil um grande movimento em favor da criação de verdadeiro espírito universitário. Precisamos, dizem, de Universidades assim como são ou foram as da Alemanha, berços daquela ciência histórica. Desrespeitam-se os oradores; observa-se, com inveja a consideração extraordinária de que o professor universitário goza na Europa, ao ponto de reis, presi-

denles e ministros se levantarem quando êle entra. Durante o século XIX. todos os países europeus (e os Estados Unidos) imitaram a esse respeito a Alemanha. Por que o faríamos agora? E' verdade, tudo aquilo. Mas não é a verdade inteira. As Universidades francesas continuam até hoje diferentes; instituição do tipo alemão só é a École Normale Supérieure em Paris. Na Inglaterra, ninguém pensou em remodelar as Universidades históricas de Oxford e Cambridge; "germanizou-se" só a nova, em Londres. Em país nenhum o exemplo alemão foi imitado com tanto zelo como na Itália; mas o verdadeiro portador do espírito universitário à maneira germânica, Benedetto Croce, nunca deu uma aula em instituição oficial. Esses fatos desconcertantes requerem explicação.

Dilthey, Weber, Scheler, Mannheim, Meinecke, Vossler, Woelfflin: todos esses nomes pertencem à época entre e 1880 e 1930. Trata-se, evidentemente, de uma fase: e de uma fase entre outras. Precede-a uma das muitas "interrupções de tradição", de que a história alemã é, infelizmente, rica. Entre a "morte" da filosofia de Hegel, por volta de 1850, e aquela data de 1880 predominaram despoticamente as ciências naturais e, na historiografia e sociologia o mesmo espírito positivista de acumular fatos verificáveis sem interpretá-los. A ciência histórica alemã, que hoje se admira tanto, é fruto tardio do pensamento, enfim, ressuscitado, de Kegel. Mas Hegel foi, em 1830, um fim: o fim da época da filosofia idealista que è, por sua vez, uma transformação leiga da fé luterana.

A Reforma luterana partiu das Universidades. Lutero era professor em Wittemberg; foi este seu título de

autoridade para reformar a Igreja assim como ao mesmo tempo seus adeptos, os príncipes alemães, reformaram seus Estados. E aconteceu que as novas Igrejas protestantes logo se tornaram meros órgãos administrativos, a serviço daqueles príncipes. Aconteceu, na verdade, o mesmo na Inglaterra; mas lá o espírito da Reforma conseguiu criar, ao lado da Igreja oficial, as igrejas livres do puritanismo. Na França, onde venceu o catolicismo, a oposição tornou-se livre-pensador: seus órgãos são a literatura, mantida pela sociedade, e — aquela *École Normale Supérieure*. Na Alemanha não houve sociedade livre nem livres-pensadores nem igrejas livres. E com o enfraquecimento dos poderes eclesiásticos, a religiosidade da nação laicizou-se, asilando-se nas universidades: a própria ciência virou religião.

Daí o respeito que, na Alemanha, se dedica ao professor universitário: é o sacerdote daquela religião chamada "Cultura". Daí a tendência alemã de transformar em instituições de caráter universitário tudo o que é "superior", inclusive o Estado-Maior do exército prussiano. Daí a incapacidade dos católicos alemães de aderir plenamente à cultura de sua nação: porque têm outra, religião, que não é a luterana, laicizada. Daí a dificuldade ou impossibilidade de imitar em outros países a Universidade alemã, que é instituição nacional e, a seu modo, "religiosa".

A seu modo: pois essa religiosidade é — crítica. Lutero foi crítico da religião dos outros. Kant foi crítico das filosofias dos outros. Críticos, embora sempre com ímpeto religioso, são Hegel, Marx, Max Weber. O grande perigo inerente a esse movimento historicista é o relativismo, contra o qual um dos seus maiores re-

presentantes, Ernest Troeltsch, lutou desesperadamente e em vão. Essa ciência histórica não é perigosa, enquanto se observa sempre seu caráter de crítica; só quando se chega a confundir a crítica dos valores com os próprios valores, então só há uma alternativa: dissolução completa ou um dogmatismo estéril. O novo entusiasmo pela arte italiana não corre o mesmo perigo: esta nossa época utilitarista e democrática não tolerará os exclusivismos esteticistas. Mas aquele falso dogmatismo pode chegar a ser mais que neo-acadêmico: arrogante e, talvez, violento.

Grande lição histórica é o que aconteceu à cultura universitária alemã quando se transportou, no século XIX, para a Rússia: criou-se a famosa "Intelligentzia", portadora de valores ocidentais e no entanto suicida. E' uma advertência que sugere mais uma pergunta: quais são, afinal, esses valores ocidentais pelos quais se pretende hoje lutar? Será marginal esse problema?

A TÓRRE

EMBORA o presente ensaio tratasse de um assunto de literatura comparada, é preciso confessar desde já sua origem em estudos de ciência política. Fala-se muito, hoje, em "problema da liberdade", quer dizer, na antinomia entre Liberdade e Autoridade, ou então entre liberdade social e liberdade intelectual. O problema não é porém apenas político e sim de ordem histórica: seria a História — pergunta-se — um poder comparável ao Fado da tragédia, traçando-nos os destinos, ou então possui o gênero humano capacidade para modificar, para o bem ou para o mal, as linhas tortuosas da evolução determinada? Da resposta depende, evidentemente, a solução dos grandes problemas sociais e econômicos; porque até o conceito da *economia dirigida* é um desafio, proposto aliás por deterministas pós-hegelianos, ao determinismo histórico. Numa obra eruditíssima, não bastante conhecida entre nós, porque publicada durante a guerra na remota Nova Zelândia, K. R. POPPER (1) estudou a história daquela antinomia, encontrando as bases da discussão entre liberalismo e

(1) K. R. POPPER: *The Open Society and Its Enemies*. 2 vols. Routledge, 1944.

determinismo — em PLATÃO e ARISTÓTELES; a idéia de uma *sociedade fechada*, dirigida por leis inalteráveis da História, seria um miro arquívelho. São pontos de vista — mas em todo caso o hábito de reconhecer atrás das teses variáveis da ciência racional os *estilos de pensar*, muito mais permanentes, é capaz de reconhecer, atrás da discussão contemporânea, a luta entre jansenistas e jesuítas e entre jesuítas e dominicanos com respeito à liberdade humana e à intervenção da graça divina; um estudioso católico e portanto insuspeito de veleidades marxistas já sustentou aliás a relação entre essas discussões teológicas e o problema da proibição, pelo direito canônico, dos juros do capital (2). A mesma antítese — liberdade ou determinismo — tampouco era ignorada pela Idade Média, combatendo-se então o determinismo histórico preconizado pela Astrologia (3). Até em antiqüíssimos contos orientais encontráram-se meditações sôbre a desigualdade social dos homens, que seria regulada pelo Destino, sem que o contador de histórias conseguisse harmonizar com essa teoria a outra, igualmente indispensável, da responsabilidade moral dos indivíduos perante o trono da mesma Providência.

Todas essas discussões predestinacionistas dos séculos seriam hoje sem importância atual se não fossem, em parte, cristalizadas em obras literárias que não podem jamais perder a atualidade permanente, sendo capazes de inspirar novas interpretações em qualquer épo-

(2) AUGUST M. KNOLL: *Der Zins in der Skolastik*. Wien, 1932.

(3) JACOB BURCKHARDT: *Die Kultur der Renaissance In Italien*. Nova edição. Wien, 1936, pág. 295 e segs.

ca histórica, até na nossa. Seria possível falar em *mitos*, termo de que já abusaram muito, mas cujo uso é sem perigo quando limitado, como acontece, aqui, a fenômenos literários. Como quer que seja, das suas origens nas conversas de acampamento das tribos nômades os *mitos* literários guardaram o hábito de caminhar. Acompanhar-lhes o caminho, de povo para povo, de século para século, de gênero para gênero, é uma das tarefas da ciência da literatura comparada.

Alguns encaram essa *história dos assuntos*, ou iamatologia, com entusiasmo (4). Com efeito, o que seria mais interessante do que estudar o tratamento diferente do tema *Antigone*, em SÓFOCLES. GARNIER, ALFIERI, HASENCLEVER, ANOUILH, PEMÁN e BRECHT? Ou os *Don Juan* de TIRSO DE MOLINA, MOLIÈRE, MOZART, ZORRILLA, DUMAS pai? A *OresLia* de ESQUILO e a de O'NEILL? Outros estudiosos porém ficam céticos: a história dos temas literários seria "a menos literária das histórias" (5). Pouco se encontraria no estudo das diferenças para compreensão melhor das obras. Talvez o exemplo mais contraproducente seja uma das maiores obras do gênero: a em que o grande comparatista italiano ARTURO FARINELLI estudou, exibindo erudição imensa, as fontes da tragédia *La Vida es Sueño* de CALDERÓN (6), acompanhando o assunto através de

(4) PAUL VAN TIEGHEM: *La littérature comparée*. Paris. 1939, pág. 87.

(5) RENÉ WELLEK e AUSTIN WARREN: *Theory of Literature*. New York, 1949, pág. 272.

(6) ARTURO FARINELLI: *La Vita è un Sogno*. 2 vols. Torino. 1916.

todos os séculos e literaturas e contribuindo quase nada de novo à interpretação da peça enigmática. O caso FARINELLI acrescenta aos vários argumentos contra a "tematologia" mais um: acumulando dezenas de versões do enredo — espanholas, italianas, inglesas, neolatinas, alemãs, holandesas — o erudito, esmagado pela abundância de documentação, não chega a reparar um fato decisivo: que o personagem principal, nas versões antes de CALDERÓN, é um plebeu e na tragédia espanhola um príncipe. Os tematologistas talvez explicassem isso como imposição da parte da estética renascentista: o herói duma tragédia não pode ser pessoa de origem humilde, típica do gênero cômico. Com efeito, as versões antecalderonianas são contos mais ou menos humorísticos; e mesmo depois de CALDERÓN, OS dramaturgos que mantiveram a origem humilde do personagem principal só escreveram comédias em torno do assunto. Essa diferença não chega a modificar muito o enredo; e por isso escapou ao comparatista FARINELLI. Mas modificou radicalmente o sentido político do "mito literário". Realmente, *La Vida es Sueño* não é uma fantasia onírica em forma dramática; nem é só a alegorização dramática de um pensamento filosófico, acerca da mistura de verdade e ficção na vida humana (7); também é, e em primeira linha, tragédia política.

O príncipe Segismundo foi, desde a primeira mocidade, mantido preso numa "torre encantada", no meio das florestas, porque os astrólogos tinham profetizado

(7) ANGEL VALBUENA PRAT: *Historia de la literatura española*. Barcelona, 1937, vol. II, pág. 404.

ao rei Basílio as perigosas tendências do filho para a tirania. Contudo o rei, atormentado pelas dúvidas, quis dar uma chance ao filho: mandou-o vir para a corte, entronizando-o no poder a título de experiência. Mas Segismundo, brutalizado pela estranha *educação*, revelou-se logo como selvagem terrível, de modo que foi preciso prendê-lo outra vez; disseram-lhe que aquele dia de poder foi apenas sonho. Desta maneira aprendeu Segismundo a semelhança entre a vida despertada e um sonho coerente (eis o pensamento filosófico, cartesiano, que VALBUENA PRAT encontra na obra). E quando uma revolução veio libertá-lo, destituindo o velho Basílio e proclamando rei o filho, então Segismundo já sabia vencer seus instintos selvagens, porque "todos sueñan lo que son, aunque ninguno lo entiende". Apenas cinza é a vida (a palavra "cinza" volta — várias vezes em CALDERÓN, assim como em suas leituras religiosas). O drama, visto assim, é algo como uma *educação de príncipe* — tema predileto da literatura barroca — realizada pelo *desengaño*, outro motivo típico da época. O *mito político* encerrado na peça seria próprio de determinada fase histórica da vida espanhola, sem relevância para nós; e a própria peça seria uma *torre encantada*, ruína misteriosa que todos admiram *aunque ninguno la entiende*.

Assim entendeu (ou não entendeu) FARINELLI seu assunto: como produto da melancolia tipicamente barroca, que considera a vida como sonho e vaidade, não reconhecendo outro resultado dos esforços humanos do que — "cinza".

Apesar de tudo, a documentação apresentada por FARINELLI é incompleta. Depois de CALDERÓN, o erudi-

to só encontra versões secundárias, do assunto, em holandês e alemão. Continuou ignorando outra tradição "secundária", a do teatro popular vienense em que se representaram durante duzentos anos as chamadas "peças de correção" (*Besserungsstuecke*) em que uma pessoa orgulhosa ou impertinente é "corrigida" por um sonho que lhe apresenta a perda repentina da fortuna ou da posição social (8). A origem dessas modestas comédias ainda se percebe claramente em *O camponês cotrx) milionário* (1826), de FERDINAND RAIMUND: aí, o camponês ficou rico pela grande sorte da loteria, mas perde tudo rapidamente como o ganhara; não é êle, porém, o sujeito humorístico dos contos e farsas pré-calderonianos mas personagem melancólico, assim como o príncipe de CALDERÓN. E como mensageiro dessa melancolia pós-barroca aparece na comédia um tipo de rua vienense daqueles tempos de 1820, o lixeiro que andava de casa para casa apanhando lixo, grilando: "Cinzas! Cinzas!"

A estranha coincidência das expressões lembra as origens espanholas da civilização vienense, ligada à península ibérica pela dinastia, pela fé católica, pelo estilo da arquitetura e da vida. Se existe possibilidade de interpretar aquele "mito" espanhol-barroco de uma maneira pela qual o elemento permanente humano do assunto (a *vida como sonho*) revivifique a doutrina política (presa na *torre encantada* do enredo) — então só pode ser, tomando-se como ponto de partida aquele resto (ruína misteriosa) do mundo espanhol que ainda

(8) OTTO ROMMEL: *Johann Nestroy. E in Belt rag zur Geschichte der Wiener Volkskomik*. Wien, 1930, pág. 98 e segs.

subsiste: a Áustria. O último poeta dessa antiga Áustria foi HOFMANNSTHAL, que chegou realmente a escrever nova versão de *Vida es Sueño*: o drama *Der Turm* (A Torre). Essa coincidência já não é mero objeto de tematologia; antes serve para dar novo sentido à pesquisa tematológica: as versões diferentes do mesmo assunto interpretam-se mutuamente.

Não será preciso apresentar HOFMANNSTHAL: já o fiz (9), e existem outros ensaios acessíveis (10) e monografias completas (11) sôbre esse poeta de categoria européia e universal.

O enredo da peça de HOFMANNSTHAL parece o mesmo da calderoniana: aí também o príncipe Segismundo, preso na torre — que é aliás transformada em tórre subterrânea, em caverna — é libertado pela revolução. Apenas o desfecho é diferente: o príncipe de HOFMANNSTHAL é derrotado. Isso não significa porém vitória da tradição monárquica: porque esta já estava perdida quando o Esmoleiro-Mor e Chanceler do Reino — personagem novo na versão austríaca — se retirou para o convento, abandonando a monarquia ao seu destino fatal. Mas o príncipe não chegará a ver a terra de promessa; o fim do reino também é o seu fim. Quem vence, afinal, é a revolução. Quer dizer, *A Torre* é tragédia moderna.

(9) OTTO MARIA CARPEAUX: *A Cinza do Purgatório*. Rio de Janeiro. 1942, pág. 127.

(10) CHARLES DU BÛS: *Le legs d'Hofmannsthal*. (7ⁿ *Approximations*. 4. ème série. Paris. 1930).

(11) H. NAEF: *Hofmannsthals Leben und Werk*. Zurich. 1938.

Em CALDERÓN, a revolução é apenas esboçada, conseqüência de uma "revolução de palácio". HOFMANNSTHAL substituiu o inexpressivo carcereiro Clotaldo pelo ambicioso diplomata Julian, chefe das forças reacionárias; e como chefe da revolução aparece o sargento Olivier, personagem de rude mercenário à maneira da soldadesca do século XVII, revelando-se porém logo como demagogo moderno, flagelo de uma época caduca. Sintoma dessa decadência é, entre outros, a demissão do Esmoleiro-Mor, abandonando o velho rei Basílio: porque este, violentando a pessoa humana e sagrada do príncipe-herdeiro, agira contra as leis divina e natural. A própria ordem do Universo foi, deste modo, perturbada; e a conseqüência é a desordem universal, o fim da época pela revolução. O príncipe HOFMANNSTHAL torna-se rei revolucionário — aí está a contradição que o leva à derrota. O herdeiro da velha ordem não pode iniciar a nova era; só pode sacrificar-se por ela, sem que lhe agradeçam o sacrifício, até sem que o compreendam. *Aunque ninguno lo entiende*, esta sabedoria dolorosa do vencedor Segismundo transforma-se em sabedoria mais dolorosa do moribundo Sigismundo: "Daí testemunho: estive presente. Embora ninguém me tenha reconhecido."

As duas obras, a de CALDERÓN e a de HOFMANNSTHAL, passam-se numa Polônia fantástica, irreal, país exótico de século XVII. Mas o mundo de *Vida es Sueño* é no fundo a própria Espanha e o da *Torre* o nosso mundo do século XX. Daí, o desfecho trágico da peça de HOFMANNSTHAL explicar-se-ia peia impossibilidade

de encontrar naquele *mito* obsoleto resposta às perguntas nossas quanto ao futuro.

Seria realmente assim se a tragédia de CALDERÓN fosse apenas expressão da política barroca; então a *Torre* não seria símbolo autêntico e *La Vida es Sueno* não seria verdadeira tragédia mas sim apenas mera alegoria dramática (12), hipótese logo desmentida pelo forte (e permanente) efeito psicológico de qualquer representação da peça. O fato de que nem CALDERÓN nem HOFMANNSTHAL conseguiram interpretação de finiti va do símbolo é mais um argumento em favor da sua autenticidade e permanência; e estas se revelam justamente naquelas fases da história do assunto às quais FARINELLI não prestou a atenção devida.

Nas primeiras versões, orientais, da fábula o personagem principal é um comerciante viajante ou outro indivíduo de condição humilde. Assim acontece ainda numa epístola do grande humanista espanhol Luis VIVES: um *homo ex plebe*, despertando do sono, encontra-se de repente no palácio d'El Rey, sendo tratado com honras excepcionais: mas apenas burlaram-no; no dia seguinte conseguem convencê-lo de que tudo foi sonho, o que permite acrescentar algumas meditações sobre a vaidade desta vida (*Cinzas! Cimasi*). Todas as versões medievais e renascentistas do assunto dão essa mesma lição a um homem pobre, às mais das vezes a um camponês; o tema faz parte da imensa bibliografia satírica que os escritores medievais, aristocratas ou burgueses, acumularam para zombar da incultura

(12) H. B. CHARLTON : *Shakespearian Tragedy*. Cambridge University Press. 1948. pág. 36.

das populações agrícolas (13). E literatura que merece o apelido de "anti-social". Ainda no prelúdio da *Taming of the Shrew*, de SHAKESPEARE, O sapateiro Sly, tratado como barão durante o prelúdio, é personagem assim, personagem secundária aliás; provavelmente SHAKESPEARE não continuou o prelúdio para que o sujeito humilde não perturbasse o enredo da comédia renascentista (14). Nas versões da época barroca aquela tendência *anti-social* ainda vira mais forte: o *homo ex plebe* a lição de que as fronteiras entre as classes da sociedade são intransponíveis; só no sonho o camponês pode tornar-se rei ou barão. Parece que sobretudo os dramaturgos, então numerosos, entre os padres da Companhia de Jesus, cultivavam essa tendência, da qual o *Rusticus imperans* do P. JACOBUS MASEN e a *Utopia* (1640) do P. JACOBUS BIDERMANN são exemplos, assim como ainda em 1717 uma comédia do P. Du CERCEAU (15). FARINELLI menciona, embora de maneira incompleta, essas peças jesuítas. Mas ignora uma imitação em país protestante, o *Krelis Louwen* (1715) do holandês PIETER LANGENDIJK (16). que foi por sua vez a fonte de uma das maiores comédias da literatura universal: *Jeppe paa bjerget* (1723) do dinamarquês HOLBERG. Jeppe é um camponês sempre bêbado; êle

(13) D. MERLIM: *Saggio di ricerche sulla satira contro il villano*. Torino. 1948

(14) E. P. Kuhl: *Shakespeare's Purpose in Dropping Sly*. Un: *Modern Language Notes*, XXXVI. 1921, pág. 321).

(15) WILLI FLEMMING: *Die deutsche Barockkomödie*. Leipzig. 1931, pág. XXIV.

(16) J. VAN HAM: *De Spotkoning*. (In: *Nieuw Taalgids*. XXIX, 1938, pág. 229).

também desperta, certo dia, no castelo do barão, praticando então várias brutalidades; depois é duramente castigado pelo que cometeu no *sonho* de bêbado. Mas Jeppe chega, meditando, a uma conclusão já algo inquietante: "Dizem que Jeppe bebe; mas não dizem porque Jeppe bebe." Com efeito, foi a última versão do assunto antes do mundo inteiro despertar do sono e a Revolução Francesa transformar os camponeses em barões (17).

Mas o Segismundo de CALDERÓN, embora fazendo a mesma experiência, não é camponês e sim príncipe. Eis a transformação que todos os esforços eruditos de FARINELLI não conseguem explicar; nem o conseguiu o estudioso espanhol que examinou especialmente o assunto (18). Mas alude, pelo menos, à solução a última versão do enredo: a Tórre.

Apresentam-se, para a solução daquele problema, várias hipóteses. Poder-se-ia afirmar, por exemplo, que em todas as versões, a partir das orientais, já existe em germe aquela melancolia que chegará em CALDERÓN à plena expressão barroca. O assunto estava predestinado a acabar em tragédia, apesar da condição humilde do personagem principal. De fontes orientais também se origina o tema lírico, intimamente semelhante, da igualdade fundamental de todas as criaturas humanas na morte, tanto dos reis como dos seus mais humildes

(17) GEORG BRANDES: *Ludvid Hoiberj. Et Festskrilt. Kjoebenhavn.* 1884. (Citado conforme SAMLEDE SKRIFTER, vol. II, pág. 113 e sags.).

(18) F. G. OLMEDO: *Las fuentes de La Vida es Sueño.* Madrid. 1928.

súditos •— basta lembrar o "Dictes moy ou, n'en quel pays..." de VILLON e o "Imperious Caesar, dead and turn'd to clay. . ." de *Hamlet* (19). Nessa perspectiva, o camponês e o príncipe são iguais. Ainda hoje o sabe a velha canção estudantil "Ubi sunt qui ante nos in mundo fuere?" — e um pobre lixeiro responde: *Cinzas! Cinzas!*

Mas essa explicação genealógico-sentimental não acerta o sentido político do *mito*. Aí se oferece outra solução, muito mais audaciosa: o camponês que CALDERÓN transformou em príncipe teria sido príncipe antes de virar camponês: origem do *mito literário* seria um mito autêntico, aquele descoberto por CUMONT e FRAZER, dos reis de povos primitivos que foram sacrificados aos deuses depois de um dia ou um ano só de poder (20). O assassino ritual do rei virou, depois, cerimônia de carnaval, e enfim — já esquecidas as bases religiosas da sinistra história — seu personagem principal virou camponês e espécie de Rei Momo por um dia só. Jeppe e o *rusticus imperans* são reis *de carnaval*, assim. Mas dentro da farsa já estava escondido o germe da tragédia política que CALDERÓN chegou a redescobrir. . . Bem, não pretendo desenvolver hipótese tão esquisita. Mas em todo caso, só pela transformação do camponês em príncipe, transformou-se a farsa anti-social em vaso de um mito político.

(19) ETIENNE GILSON: *Tables pour l'histoire du thème littéraire "Ubi sunt?"* (in *Les idées et les lettres*. Paris. 1932. págs. 31-38).

(20) FRANZ CUMONT: *Le roi des saturnales*. [In: *Revue de Philologie*, 1897, pág. 143-153]. I. G. FRAZER: *The Golden Bough* (Várias edições).

Os detalhes pertencem à filosofia do Barroco. Em mais uma versão, no *Wunderliches Schauspiel von niederländischen Bauern*, do alemão CHRISTIAN WEISK (21), o camponês aprende mais ou menos a comportar-se bem na corte, provocando a observação de um dos barões presentes: "No fundo, todos nós somos camponeses. Mas quem sabe esconder o camponês no seu coração, este é chamado de cortesão perfeito." Quer dizer, a fábula também serve como espécie de "Guia de maneiras perfeitas". WEISE insiste, com efeito, na necessidade de boa educação dos príncipes, para que desempenhem bem suas altas funções. "O príncipe tem de velar por seu povo" — mas isto um camponês não aprende nunca. O príncipe porém aprenderá no sonho. Neste sentido. *La Vida es Sueño* é um "Espelho do príncipe perfeito" — gênero predileto do Barroco, cultivado por um ANTONIO PEREZ e um QUEVEDO.

Contudo, não se trata de mera teoria e sim de fatos também. Certos pormenores da tragédia calderoniana lembram a peça *El príncipe Don Carlos*, de JIMÉNEZ DE ENCISO; e essa observação abre perspectivas históricas. Assim, como Segismundo se levanta contra seu pai, o rei Basílio, assim o príncipe DON CARLOS se levantara contra seu pai FELIPE II; e essa oposição do príncipe-herdeiro contra o monarca parece tradicional na casa dos Habsburgos: FERDINANDO II, o imperador da Contra-Reforma, também se levantou contra as veleidades de tolerância religiosa do velho RODOLFO II; JOSÉ II, o imperador *ilustrado*, murmurou contra sua

(21) H. ZARNECKOW-.*Christian Weise's Politica Christiana und der Phtismus*. Leipzig. 1924.

mãe MARIA TERESA; O príncipe-herdeiro RODOLFO, de convicções liberais, opôs-se a seu pai imperial FRANCISCO JOSÉ, antes de acabar na tragédia de MAYERLING. CALDERÓN ainda evitou essa possível interpretação oposicionista da fábula; a "revolução" no fim da peça fica incolor. Mas QUEVEDO, na *Política de Dios y gobierno de Christo*, já fala claramente: "Rey que duerme y se echa a dormir descuidado con los que le asisten, es sueño tan malo que la muerte no le quiere por hermano y le niega el parentesco: deuda tiene con la perdición y el infierno. Reinar es velar." Essas frases parecem crítica violenta contra *La Vida es Sueño*, contra o entorpecimento da sabedoria política pela *sabedoria do sonho*. A História deu razão ao tribuno. HOFMANNSTHAL, que ainda assistira à oposição do príncipe-herdeiro RODOLFO e á tragédia de MAYERLING, devia assistir depois ao fim, pela revolução, do Império e da dinastia. A *Tórre* foi escrita, por volta de 1920, à sombra dos imensos edifícios de habitação popular, consruídos pela Municipalidade socialista de Viena. A obra, intimamente passadista, parece confirmar o fim definitivo daquela *sabedoria*. Não convence muito a interpretação da *Tórre* como alegoria da prisão em que o povo — os *homines ex plebe* — fica encarcerado pelas tradições reacionárias (22). Mas pelo menos se revela, nesta altura, a secreta lógica que permitiu, durante a história milenar do enredo, a identificação do camponês (*homo ex plebe*) com o príncipe-herdeiro e

(22) NAOLER : *Hugo von Hofmannthals Ausklang*. (In: *Hochland, Mtiichen*, XXVI/12, 1929, pág. 620).

depois a identificação deste com o camponês Jeppe. O desfecho revolucionário da peça de HOFMANNSTHAL explica — como se fosse lembrança subconsciente do *mito* do rei assassinado — a transformação do campo nês em príncipe, na versão de CALDERÓN. Mas acima do *mito político* está o sentido humano: príncipes e camponeses, todos eles ficam presos na *tórre*, que é um símbolo permanente.

O símbolo *Torre* pertence à linguagem política da poesia espanhola. De "excelso muro, oh torres coronadas", fala GÒNGORA. Mas em QUEVEDO a torre já ameaça ruína: seus *muros desmoronados de la patria mía* antecipam as *decrépitadas ciudades* que povoam a Castela de ANTONIO MACHADO. O cántico da decadência castelhana, de UNAMUNO, refere-se irònicamente a *Madridal de las Altas Torres*. Nesse mesmo sentido a expressão volta a aparecer na poesia austríaca. "Perto de muros arruinados" está em cima das cenas, na tragédia *Um conflito de irmãos na casa dos Habsburgos* de GRILLPARZER, que passam perto do palácio imperial Hradschin. em Praga (23). Mas esse Hradschin, palácio em que o abúlico imperador RODOLFO II se encerrou, incapaz de tomar resoluções porque sabendo que qualquer resolução causaria a ruína do império e a volta do caos — essa fórre ainda existe hoje. mirando o céu em cima da capital de uma república socialista. A indestrutibilidade da Torre tem significação profunda. A Torre é símbolo do poder coercitivo do Estado: é prisão do indivíduo e muro de ordem contra os instin-

(23) H. ROSELIEB : *Grillparzer und die Be.rocke*, (In: *Jahnbucli der Leo-Gesellschaft*. Wien, 1927, pág. 41).

tos anárquicos la fora. Prisão do indivíduo: mas também fortaleza do indivíduo. Os príncipes Segismundo, de CALDERÓN, e Sigismundo, de HOFMANNSTHAL, por mais diferentes que sejam, sentem o mesmo alívio quando, depois de um único dia sinistro de poder, estão reconduzidos à prisão da qual nenhum despertar os desalojará: "Senhor e rei para sempre, nesta torre inviolável." Neste sentido, a torre é símbolo permanente de uma atitude humana; resta explicar-lhe as bases históricas que encontrou na tragédia de CALDERÓN.

O homem barroco encontrou a segurança na torre inviolável de sua alma: pagou, por isso, o preço de desvalorização do mundo exterior, desmascarado como sendo sonho e "vanitatum vanitas". Essa teologia apolítica correspondia à política teológica do absolutismo barroco: o indivíduo, excluído dos postos de mando nas altas torres do Estado, retirou-se para a torre de sua alma: prisão, é certo, mas que permitiu observar com serenidade o desmoronamento dos "excelsos muros" da outra torre. A dor patriótica dos poetas barrocos é atenuada por uma espécie de ceticismo, inspirado por experiências políticas próprias do espaço espanhol-austriaco.

O Estado espanhol e a idéia do império universal encontraram-se na pessoa de CARLOS V. A historiografia do século XIX, liderada pelos alemães protestantes, conseguiu ofuscar a memória desse grande homem trágico; e a historiografia católica não fêz muito esforço para defender aquele que mandara o "sacco di Roma". CARLOS V teria sido *espanhol fanático*, representante anacrónico do imperialismo teocrático medieval, derro

tado porém pela Justiça da História, que decidiu em favor do nacionalismo moderno. Na verdade, CARLOS V não era espanhol e sim europeu: descendeu tanto da dinastia dos Habsburgos, então família alemã, como dos reis de Castela e Aragão; sua avó fora MARIA DA BORGONHA, princesa daquele *reino intermediário* entre Antuérpia e Basiléia cujos fragmentos — a Bélgica, Luxemburgo, Alsácia — ainda são os países mais europeus da Europa; nasceu mesmo na Bélgica, na região em que Luis VIVES, observando os *homines ex plebe*, os primeiros operários industriais do continente, ideou aquela *fábula del dormiente*. O imperador CARLOS V foi patrício de ERASMO DE ROTTERDAM. AO imperador dirigia o erasmista VIVES as advertências de *De statu ac tumultibus Europae*. Erasmista era ALFONSO DE VALDÉS. O secretário do imperador. Do erasmismo, quer dizer, do humanismo cristão, pretendeu o imperador fazer o fundamento espiritual da Monarquia Européia. Quem derrotou o *espanhol fanático* não era o nacionalismo moderno mas sim o papado (24): desligando-se da política imperial, o Papa PAULO III venceu o universalismo europeu. Agiu assim como o Esmoleiro-Mor da tragédia de HOFMANNSTHAL, retirando ao rei o apoio da Igreja. E CARLOS V, abdicando, retirou-se para o convento de Yuste, *senhor e rei nesta torre*.

O futuro pertencerá à Contra-Reforma antierasmista e aos heréticos protestantes, à França, e às *nações modernas, nacionalistas*. A Espanha dos Felipes ficou *torre coronada* mas já de *muros desmoronados*, ruína

(24) W. H. EDWARDS: *The Politics of Pope Paul III*. London. 1935.

magnífica, reino do sonho. Em 1898, o sonho acabou. Mas na Áustria dos Habsburgos ainda sobreviveu o último resto do império de CARLOS V, também já desmoronado, mantendo-se apesar dos esforços dos incompetentes que a governaram. "Dei providentia et hominum confusione Austria ducitur." Continuamente o império dos Habsburgos ficou à *margem do abismo*; mas nunca caiu, pelos séculos afora. Enfim, a gente austriaca convenceu-se da inutilidade de todos os esforços, nesse ou naquele sentido, e a *sabedoria do sonho* transformou-se em ceticismo malicioso: a última herança do erasmismo europeu foi a falta absoluta de patriotismo na Áustria. Os príncipes da ilustre casa dos Habsburgos continuavam como sempre foram — uma família de fanáticos sombrios e livres-pensadores extravagantes, burocratas mesquinhos e libertinos desenfreados: desde CARLOS V todos eles viviam fora da realidade (25). Sua verdadeira pátria era o céu católico: na verdade, uma imensa cúpula barroca em baixo da qual se mantinham em pé os "excelsos muros", embora "ya desmoronados", da Torre. Mas tinham conseguido contaminar a atmosfera da paisagem alpina em torno da sua última capital. Até o nome do grande parque imperial da cidade, do *Prater*, ainda lembrava o Prado de Madrid; e a cripta dos Capuchinhos, onde dormem os imperadores, é algo como um Escoriai enterrado — assim como a torre de *La Vida es Sueño* se transformou em caverna na tragédia de HOFMANNSTHAL. A peça moderna é interpretação da antiga em face duma nova situação política, de novo aspecto realizado do mito. Mas já se

(25) HERMANN BAHR: *Wien*. Stuttgart. 1906, págs. 18-19.

tornara impossível o "happy end" da peça calderoniana. O ciclo histórico dentro do qual nasceu, acabara; o seu fim apenas justificava, mas uma vez e pela última vez, a sabedoria do sonho: *Cinzas! Cinzas!*

Mas em que sentido pode, então, a peça de HOFMANNSTHAL ser chamada de *versão moderna*? E em que sentido a peça de CALDERÓN ainda encerra uma verdade viva? Não há resposta a essas perguntas enquanto se referem às obras "qua" literárias. Todos os elementos de caráter histórico influem no processo da criação da obra de arte; mas quando está pronta — e se é realmente obra de arte — mantém-se por si mesma, autônoma como um cristal, irreduzível como um axioma matemático. Não é *moderna* nem precisa disso para sobreviver. A sua lógica interna é perfeita. Quanto a isso, nem existe relação qualquer entre diferentes versões do mesmo enredo. Daí, a transformação do camponês em príncipe e a transformação do príncipe vitorioso em vítima da revolução social constituem movimento dialético inacessível aos métodos da literatura comparada. Esta apenas é capaz — e tem o dever — de chamar a atenção para essas modificações que, fora da esfera propriamente literária, dizem respeito ao *mito político*, encerrado nas obras imutáveis como um germe capaz de evolução diferente e sujeito a outras leis de *mutação* do que o enredo literário.

A citada obra de K. R. POPPER é um primeiro ensaio de uma *mitologia política* nesse sentido. E' vasto o campo que se abre aqui aos estudiosos de uma nova disciplina, entre ciência literária e ciência política. Já foram estudados, aliás, os mitos políticos de PLATÃO.

pelo próprio POPPER, a significação política da tragédia esquiliana, por GEORGE THOMPSON (26), a relação entre a teoria política do tomismo e a de DANTE, por VOSSLER e uma plêiade de estudiosos italianos (27), as coincidências entre o *Mirror for Magistrates* e as peças históricas de SHAKESPEARE, por LILY B. CAMPBELL (28); nem cabe registrar, aqui, vários outros estudos de feito semelhante. Sendo que esses estudos não atingem o núcleo artístico da criação poética nem contribuem para a solução de problemas políticos de importância imediata, será preciso demarcar as fronteiras da nova disciplina, tanto com respeito à crítica e história literárias como em relação à ciência política e sociologia; e foi para esse fim que se estudou aqui o problema de *La Vida es Sueño*. A história do assunto, entre CALDERÓN e HOFMANNSTHAL, serve para delimitar o espaço histórico e cultural das duas obras — o do Barroco austro-espanhol — o que faz compreender algo melhor as típicas qualidades estilísticas das duas obras e a fascinação estética que *La Vida es Sueño* ainda irradia. Mas os fatores determinantes, assim revelados, são de natureza política, só plenamente compreensíveis à luz da triste comédia do *homo ex plebe* que acompanha fielmente a história do assunto trágico. O problema político encerrado naquela tragédia do Destino traçado e

(26) G. THOMPSON: *Aeschylus and Athens, a Study in the Social Origin of the Drama*. London. 1941.

(27) LUIGI RUSSO: *La critica letteraria contemporanea*. Vol. II (capítulos Vili e IX). Bari, 1947.

(28) LILY B. CAMPBELL: *Shakespeare's Histories, Mirrors of Elizabethan Policy*. San Marino, Cal. 1947.

superado — o problema de Autoridade e Liberdade — ainda não foi resolvido. A esse respeito as velhas obras austro-espanholas apenas podem dizer-nos o que dizia, ao morrer, o príncipe Sigismundo: "Dai testemunho: estive presente. Embora ninguém me tenha reconhecido". Mas o problema da comédia é de substância humana mais permanente, mais verdadeira por assim dizer. Porque o resultado de toda experiência humana é, afinal, o grito daquele lixeiro quase mitológico: *Cinzas! Cinzas!*

ÍNDICE

	PAQS.
UMA FONTE DE FILOSOFIA PE MACHADO DE ASSIS	3
RESPOSTA À PERGUNTA	9
HISTÓRIA DE ESPANTAR	14
CONTOS DE TCHEKOV.	19
DESTINO DO ROMANCE POLICIAL	24
O PROCESSO DE SÓCRATES	33
PROBLEMAS DRAMÁTICOS	43
Os MÉDICOS DE MOLIÈRE	50
TROVADOR AMERICANO	56
O UTOPISTA ANATOLIC	63
NO ENTERRO DE MAETERLINCK	68
MAUGHAM VERSUS MAQUIAVEL	73
FALSIFICAÇÕES	78
EXPERIENCIAS E VALORES	84
A TÓRRE	90

Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil - 1953

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

PORTUGUÊSES E
BRASILEIROS NA
GUIANA FRANCESA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

*- Guiana Francesa
Portugal
Brasil*



OS CADERNOS DE CULTURA

OS CADERNOS DE CULTURA

Direção de José Simeão Leal

- 1 — JOSÉ JANSCN A mascam no culto, no teatro e un
tradlçno
- 2 — ALVABO LINS, CARPEAUX e
THOMPSON José Lins do Rego
- 3 — PAUXO RONAI Escola de Tradutores
- 4 — CARLOS DRUMMOND DE AN-
DRADE Viola de Bolso
- 5 — Lúcio COSTA ursa Brasileira
- 6 — LUCIO COSTA Considerações sôbre a Arte Contem-
porânea
- 7 — PAULO MENDES CAMPOS Forma e espessilo do Soneto
- 8 — DJACIR MENESES Formação profissional do Advogado
- 9 — H. VON KLEIST Teatro de Ma
- 10 — ANTONIO CÂNDIDO Monte Cristo, ou du Vingança
- 11 — Luis COSME Música e Tempo
- 12 — JOÃO CABRAL DE MELO Miró
- 13 — OTÁVIO DE FABIA dignificação do Far-West
- 14 — SANTA ROSA Roteiro de Arte
- 15 — SANTA ROSA Teatro, Realidade Mágica
- 16 — JOSÉ CARLOS LISBOA Teatro de Cervantes
- 17 — JOSÉ CÁELOS LISBOA Isabel a do Born Gosto
- 18 — GILBERTO FREYRE José de Alencar
- 19 — CLARISSE LISPECTR Alguns Contos
- 20 — MARIO PETROSA Panorama da Pintura Moderna
- 21 — ROSARIO Fusco Introdução à Experiência *Estética*
- 22 — CARLOS DANTI DE MORAIS Realidade e Ficção
- 23 — DANTE COSTA O Sensualismo Alimentar
- 24 — LIDO Ivo Lição de Mário de Andrade
- 25 — EUGÊNIO GoMes O Romancista e o Ventrflouo
- 26 — JOSÉ LINS DO RECO Homens, Seres e Coisas
- 27 — OTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUSA.. De várias Províncias
- 28 — LUCÌA MICHEL PEREIRA Cinqüenta Anos de Literatura
- 29 — ALEXANRE PASSOS A Imprensa no Período Colonial
- 30 — MANOEL DIEGUES JÚNIOR Etnias e Culturas no Brasil
- 31 — CYHO DOS ANJOS Explorações no Tempo

[*Continua n*

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

PORTUGUESES E
BRASILEIROS NA
GUIANA FRANCESA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
SERVICO DE DOCUMENTAÇÃO

O

EXTENSO litoral entre o Orenoco e o Amazonas foi objeto de larga e sangrenta disputa entre espanhóis, holandeses, ingleses, franceses e portugueses que ambicionavam levantar ali, ante o noticiário fabuloso de viajantes que se haviam deixado levar pelo informe exagerado do gentío, trechos dos impérios ultramarinos que criavam. Na Guiana seria o El Dorado famoso. Descobri-lo e dominá-lo constituiria, portanto, empresa de rendimentos imediatos e sensacionais.

Pelo que espanhóis e portugueses haviam assentado em Tordesilhas, ano de 1493, toda aquela vasta costa estava inscrita na área de soberania espanhola. Espanha, todavia, cedo se desencantara com a região. Às voltas com a imensidade do império que fundava, não se dispusera ao empreendimento colonial com a mesma intensidade por que o fazia em outras partes da Sul América. E ao imperativo das condições políticas que se criavam com a união da península, começada em 1580, transferira aos luso-brasileiros que, em 1616 chegavam ao Pará, a incumbência da incorporação do território. A concessão, em 1637, a Bento Maciel Parente, da Capitania do Cabo do Norte, hoje o Território do Amapá, deu forma legal mais firme ao

empreendimento, que, tendo por base Santa Maria de Belém, iria constituir uma das páginas mais fortes da história de nossa formação territorial.

Quanto aos holandeses e ingleses, que disputavam a hinterlândia amazônica, vencidos nas partidas que jogaram contra nós, limitaram-se às duas colônias que plantaram a oeste do Maroni, até onde levaram as lições da técnica que lhes ensinamos em Pernambuco para a lavoura da cana, o fabrico de açúcar, e para onde transportaram o braço escravo negro, de vez que não lhes fora possível vencer a bravura do gentio local, para as tarefas ligadas à exploração da terra. Os franceses, esses tiveram maiores obstáculos a vencer: os de uma natureza hostil, os de grupos gentios resistentes e os ataques de holandeses e ingleses. Ambicionavam, porém, chegar ao Amazonas. Localizadas em Caiena, pretenderam realizar expansão sobre o grande bacia fluvial. Nesse particular, mostraram-se ativos, empregando todos os meios de que podiam dispor para tornar efetivo o que sonhavam. Lefebure de Ia Barre e Pierre Eleonor de Ia Ville de Ferróle, que iniciaram a façanha político-militar, distinguiram-se, mais que quaisquer outros, nessa tarefa imperialista, não logrando, no entanto, nem mesmo pela solução armada, o êxito ambicionado. A resistência que oferecíamos era total, nelas se distinguindo, no primeiro período, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, que bem merece o título de fronteiro-mór do extremo norte, os Franciscanos de Santo Antônio, que trabalhavam na conquista espiritual da

gentilidade, e o Jesuíta Aloisio Conrado Pfeill, que levantou cartas da região e escreveu duas memórias em que evidenciava a falta de fundamento das pretensões francesas e a eloqüência dos títulos de Portugal.

A obstinação francesa, apesar de todos os insucessos que a marcavam, não cessou. Ao contrário, cresceu de intensidade. Em 1697, destacamentos de Caiena assaltaram os estabelecimentos militares de Macapá e Paru. Foram repelidos. Bandeiras francesas, então tomadas, ficariam adornando o salão principal da casa dos governadores de Belém. Essa obstinação, como era natural, criou um clima de intranqüilidade e de má vizinhança. Já no primeiro tomo de "Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira", historiamos, documentadamente, o que foi o esforço dos homens de Caiena para incorporar ao domínio francês o espaço aquém Oiapoc, e a empresa magnífica a que nos atiramos defendendo-o e mantendo-o sob soberania portuguesa (1). Nas últimas décadas do século XVIII, por isso mesmo, estava cristalizando um pensamento na Amazônia luso-brasileira. Esse pensamento era: impunha-se ocupar Caiena, pondo fim aos perigos que decorriam de sua vizinhança incômoda.

(1) A documentação histórica sobre a aventura francesa na Guiana não foi ainda suficientemente analisada para uma obra que a pormenorize. Continua, por isso, constituindo o melhor trabalho a "Notice historique sur la Guyane française". Paris, 1843, de Ternaux Campana. Em "Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira. A fronteira colonial com a Guiana Francesa". Rio, 1947, sumariamos o assunto.

D. Francisco Inocencio de Souza Coutinho, irmão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, Marquês de Linhares, o amigo dos ingleses e o estadista que compreendia os problemas geopolíticos do Império com uma objetividade por que nenhum outro os vira, governando o Pará, de 1790 a 1803, defendeu o pensamento conquistador. Em exposições para Lisboa, mostrou a necessidade daquela medida drástica (2). Vivia-se, então, por entre os temores da expansão das idéias liberais, revolucionárias, que decorriam do movimento de 1789. Decretavam-se medidas policiais para evitar a infiltração ideológica. Proibia-se a leitura dos livros que expunham os princípios de heresia política. Proibia-se o contacto com os homens que vinham de França. Para Caiena, ademais, onde os reflexos da Revolução estavam sendo violentos, ante a explosão da escravaria negra, que se julgava com os mesmos direitos, começavam a fugir, com maior desenvoltura, escravos negros das plantações paraenses. Como de lá, aos receios do que a multidão negra podia fazer e ante as notícias da catástrofe de Santo Domingo, onde um mar de sangue lavava a ilha, proprietários rurais começaram a abandonar a colônia, fugindo aos perigos que anteviam. Alguns, mesmo, passando o Oiapoc, procuravam o Pará. Foi o caso de Michel de Grenouillier e Jacques Sahut, que D. Francisco de Souza Coutinho utilizou na fun-

(2) A correspondência de Souza Coutinho sôbre a matéria guarda-se em vários códices da Seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Também na Biblioteca Nacional há pecas importantes a respeito.

dação de um Jardim Botânico, modelo para estabelecimentos que, no gênero, se montaram depois em outras Capitanias (3).

Certo de que era imprescindível conquistar Caiena, Souza Coutinho insistiu na correspondência com o Reino. De um lado fazia-se preciso garantir a integridade territorial do Império, contendo o imperialismo francês; de outro, evitar a infiltração ideológica e evitar, a bem dos interesses econômicos regionais, que o trabalhador africano abandonasse a Amazônia, levando-a à decadência. E' desse período o episódio relativo à proibição da entrada, em área brasileira, do Barão de Humboldt, que visitava a Sul América. A proibição não decorria de qualquer propósito de cercear o estudo da região pelo eminente homem de ciência, mas evitar que, agente do iluminismo, semeasse a ideologia herético-política.

Souza Coutinho, numa diligência memorável, fiel ao propósito de realizar a façanha militar, ajustou a guarnição da Capitania que dirigia, fortificou a entrada do porto de Belém, chamou às armas populações do interior, organizando unidades auxiliares, restaurou embarcações para a condução das tropas de invasão, recompôs a flotilha de guarda-costa, enriquecendo-a com quatro fragatas, três charrúas, três bergantins, doze chalupas artilhadas, na feitura das quais trabalharam, no

(3) A história desse estabelecimento consta de nossa monografia "O Jardim Botânico de Belém", Boletim do Museu Nacional, n.º 7, Rio, setembro de 1946.

Arsenal de Marinha, .2000 operários nativos sob a orientação técnica de mestres portugueses. E com a preocupação de bem informar-se acerca do que de real havia em Caiena, conseguiu estabelecer ali agentes secretos, que lhe forneceram esclarecimentos minuciosos sobre as condições defensivas da colônia, inclusive estado do abastecimento, movimento de forças, espírito de resistência dos colonos, condições políticas vigentes (4).

Seus pedidos de autorização para realizar a campanha não foram, no entanto, atendidos (5). Em Portugal, sob D. Maria, perdera-se o espírito imperial, de que se orgulhava a nação. Apesar de todo o esforço dos que pretendem encontrar, no período daquela soberana. as características de uma grande época, a verdade é que a nação esgotava a capacidade de resistência, atemorizada com a Revolução e preocupada em destruir o que fora realizado no consulado de Pombal. Em todo o caso, face às considerações de D. Francisco, veio estacionar em Belém, para o que desse e viesse, o regimento de Extremos. Um outro regimento, o de Macapá. que fornecia guarnição para vários trechos da

(4) Muito da correspondência dos agentes secretos de Souza Coutinho consta da seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará, onde tivemos ocasião de compulsá-la para trabalho de maior fôlego que preparamos sobre o assunto da presente memória. Cf. Monteiro Baena, "Compêndio das Eras da Província do Pará", Belém, 1838.

(5) Cf. Monteiro Baena, "Discurso ou Memória sobre a intenção dos Franceses de Caiena nas terras do Cabo do Norte". Maranhão. 1846.

vasta fronteira amazônica, acantonou na fortaleza histórica. Nada ocorreu, porém, que alterasse a paz. Os franceses, por quatro tratados, na feitura dos quais Portugal não foi chamado a participar, reformaram os limites, descendo-os do Oiapoc ou Vicente Pinzón. E' certo, igualmente, que esses tratados nenhum efeito tiveram. Porque a defesa do Oiapoc foi mantida. E de Caiena não desceram forças para, sequer, tentar a efetivação desses novos lindes.

Na Europa, submetida aos golpes da força de Napoleão, não sucedia o mesmo. E, de 1806, verificava-se a invasão de Portugal pelo exército de Junot, forçando a trasladação da Corte do Regente D. João para o Brasil, hábil manobra que evitou a vergonha da captura do futuro monarca pelo inimigo, que já se habituara a ver de joelhos outros reinantes europeus. Governava, a essa altura, o Pará, D. José Narciso de Magalhães e Meneses, que sucedera ao Conde dos Arcos. Logo que se informou da invasão napoleônica, Magalhães e Menezes apressou-se em convocar a colônia para a guerra. Lançou, a 1 de outubro, uma proclamação. Solicitou a ajuda do comércio para enfrentar os gastos com a preparação das tropas que mobilizou, êle mesmo contribuindo com recursos tirados à própria bolsa. E organizando um primeiro contingente de observação, expediu-o para o Oiapoc, visando garantir a fronteira. Estava chegando o momento de executar os planos de D. Francisco. Havia, então, na Capitania, 7 regimentos de infantaria: o da cidade, o de Macapá, o de Estreñios, os de milícias da cidade, da Campina, de Ca-

metà e de Macapá, além dos corpos de ligeiros, sediadados em Belém, Marajó, Cameté e Macapá, e de um regimento da artilharia (6).

Declarada guerra à França por D. João, Magalhães e Menezes recebeu ordens para empreender a invasão do território vizinho, para o que receberia a ajuda de forças de terra a serem expedidas de Pernambuco, Ceará e de unidades navais, inclusive da armada britânica das Antilhas (7). Sem mais demora, organizou o Corpo de Voluntários Paraenses, integrado por 600 homens, que, com a Regimento de Extremos, constituiu a força expedicionária, sob o comando do Tenente-coronel Manoel Marques. A força naval seguiu sob o comando do oficial inglês Jaime Lucas Yeo.

No rio Aprouague, verificou-se o primeiro encontro com a guarnição francesa, que foi vencida. Após, novo encontro e novos sucessos nas cercanias de Caiena, em Degrad des Canes e em forte Diamant. Na fazenda de propriedade do governador da Guiana, os franceses tentaram resistência. Tinham levantado baterias de artilharia, mas foram vencidos. Dominada a posição, prosseguiu o avanço. Acercando-se de Caiena. Manoel Marques intimou-a à rendição. O governador Vitor Hugues

(6) Baena, "Compêndio das Eras", pgs. 423-4, 438, 440.

(7) A ordem para as operações militares contra Caiena foi expedida a Magalhães de Menezes por D. Rodrigo de Souza Coutinho a 22 de março de 1808. A documentação pertinente à matéria, inclusive a participação inglesa e de forças do Ceará e Pernambuco, consta do código 751, da B.A. do Pará.

pediu armistício de 24 horas, para ajustar a capitulação. Era o dia 10 de janeiro de 1809. A 12, no porto de Bourda, na ilha de Caiena, foi assinada a rendição (8).

À força expedicionária com que realizamos o avanço sôbre a colônia inimiga, o governador Magalhães e Menezes estabelecera, como objetivos fundamentais:

- a) restabelecimento da fronteira no Oiapoc;
- b) posterior invasão da colônia e sua conquista.

Evidentemente esses objetivos tinham sido alcançados. Na rendição, assinada de um lado pelo comando francês e de outro pelo tenente-coronel Manoel Marques e capitão Lucas Yeo, assentou-se :

"1.^a A guarnição sahirá da praça com as armas, bagagem e todas as honras de guerra.

"Os officiaes conservarão as suas espadas e os officiaes superiores os seus cavallos ; ella deporá as armas e se obriga a não servir por espaço de um anno contra S.A.R. o Principe Regente e seus allia-dos.

"2.^a Dar-se-hão embarcações à custa de S.A. o Principe Regente para transportar directamente à França a guarnição, os officiaes civis e militares, todos os empregados no serviço, com suas familias e effectos, o mais depressa possivel.

(8) O original da capitulação guarda-se na Biblioteca Nacional, Códice CCLXVI. (1754).

"3.^a Dar-se-ha igualmente uma embarcação comoda para transportar à França o commissário do Imperador, commandante em chefe, sua familia, seus officiaes. seu sequito e effeitos, o chefe da administração ordenador, o commandante das tropas, o inspector e o commandante da artilharia, com as suas familias.

"4.^a Será concedida uma demora conveniente aos Srs. officiaes que têm propriedades na colonia para terminar os seus negocios.

"5.^a Os arsenaes. baterias e todos os objectos de artilharia, sala de armas, armazém de pólvora: armazém de víveres, serão entregues por inventario e no estado em que actualmente se achão. e indicar-se-ha onde estão todos os objectos.

"6.^a Todos os negros escravos de urna e de outra parte serão desarmados e remetidos para as suas habitações.

"Os negros francezes, que os commandantes de terra e mar de S.A. o Principe Regente admitirão ao serviço durante a guerra, e a quem derão a liberdade em virtude das suas ordens serão mandados para fora da colonia por não poderem ser para o futuro mais que um objecto de perturbação e discordia.

"Os commandantes se obrigão segundo as suas promessas a solicitar de S.A.R. o Príncipe Regente a substituição de outros tantos escravos

ou uma indenisação a favor dos habitantes a quem pertencem.

"7.^a Os papeis, planos e outras cousas pertencentes à engenharia serão igualmente entregues.

"8.^a Os doentes, e feridos obrigados a ficar na colonia, poderão sahir delia com tudo quanto lhes pertencer, quando estiverem em estado de o fazer, e entretanto serão tratados como até aqui.

"9.^a Serão respeitadas as propriedades particulares de qualquer especie e natureza que sejam: os habitantes poderão dispor delias como até aqui.

"10. Os habitantes da colonia conservarão as suas propriedades e poderão residir nellas, conformando-se às ordens e formas estabelecidas pela soberania debaixo de que ficão. Terão liberdade para vender as suas propriedades, a retirar-se na época que lhes convier sem que a isso se lhes ponha obstáculo.

"11. As leis civis, conhecidas em França pelo nome de Código Napoleão, e que estão em vigor nesta colonia, serão seguidas e executadas até a paz entre as duas nações. Os magistrados não poderão decidir sôbre os intereses entre os particulares que não seja em virtude das ditas leis.

"12. As dividas reconhecidas pelos particulares durante ou antes do tempo determinado pelo artigo precedente serão exigidas conforme as bases estabelecidas por este mesmo artigo.

"13. Os papeis concernentes ao governo e matriculas da tropa serão levados pelo quartel-mestre.

"14. Desejando conservar a plantação de especiarias, chamada la Gabrielle, em todo o seu esplendor e agricultura, fica estipulado que não se destruirá nenhum edifício nem plantação, arvores ou plantas; mas conservar-se-ha no estado presente tal qual se entrega aos commandantes de S. A. o Principe Regente.

"15. Todos os papeis dos armazéns, de inspecção, de domínio, toda e qualquer responsabilidade, se deporá no cartório ou n'outro lugar ajustado para se recorrer a elles quando for preciso. Tudo ficará debaixo do sello dos dous governos e à disposição de S. M. I. e Real."

A força expedicionária sofrerá, ao penetrar na Guiana, grandes baixas provocadas pelas endemias locais, de sorte que se achava reduzida em seus efetivos para a solenidade da entrada em Caiena. Preenchidos os claros por tropa da marinha, para que não apparecesse tão desfalcada no ato, a 14 de janeiro verificava-se a occupação da capital. A guarnição franceza entregou o armamento, sendo embarçada para a Europa em duas galeras mercantes enviadas de Belém com reforço de tropa. O governador Vitor Hugues, com os funcionários civis, seguiu no brigue "Infante D. Pedro".

Manoel Marques vinha comunicando a Magalhães e Menezes a marcha dos acontecimentos. Deu-lhe conta, também, da capitulação, texto a que o governador paraense julgou necessário fazer algumas reservas de vez que, por êle, attribuia-se à força invasora uma attitude que não lhe podia ser imputada a rigor (9). O Príncipe Regente D. João foi cientificado, por sua vez, do quanto ocorrera. Cheio de júbilo com o sucesso de suas armas, apressou-se em fazer louvar os que o haviam conquistad©: concedeu a Magalhães e Menezes o posto de Marechal de Exército; a Manoel Marques, o de Brigadeiro. Todos os oficiais da força expedicionária foram promovidos ao posto superior.

A Guiana Francesa, no momento em que a conquistávamos, vinha experimentando certo progresso. Os franceses haviam começado realmente a colonizá-la em 1626 quando plantaram um primeiro estabelecimento com ares de definitivo na ilha de Caiena. Esse esforço inicial não frutificara como se imaginara. A tarefa colonial encontrara os obstáculos a que nos referimos no início deste ensaio. As tentativas para um empreendimento de maior envergadura não se cercavam de êxito. Ao tempo de Colbert, quando o grande ministro cogitou da formação de um império no ultramar, fizera-se nova experiência sem êxito maior. No primeiro século tinham sido vitimados, pela hostilidade do meio. mais de 1.300 franceses.

(9) O texto das observações de Magalhães de Menezes foi publicado por Melo Moraes, "História do Brasil — Reino e Brasi Império, pgs. 143-144. Rio, 1871.

Sob Luis XV, a exemplo do que vinha sendo feito na Amazônia luso-brasileira, o governo francês, dirigido por Choiseul, procurava uma nova experiência, estabelecendo normas para o desenvolvimento da agricultura, inclusive pela aclimação de espécies exóticas, alienígenas, exploração da floresta, e para a criação de uma sociedade que devia formar-se na base da miscigenação do colono europeu com a mulher indígena, o que não excluía o propósito de que essa sociedade fosse mais particularmente branca.

O plano era ambicioso: visava criar núcleos urbanos pelo interior da colônia, levantar hospitais, construir habitações em acordo com o clima rude, congregar as populações indígenas, assegurando-lhes direitos e garantias, estabelecer governos municipais, entrar em relações comerciais com o Pará e o Surinam, evitar a presença de estrangeiros que perturbassem o afrancesamento da região, criar um código de medidas para uso local que resultasse da experiência que se fosse obtendo. Para executá-lo, Luis XIV confiou-o a um duunvirato: o cavalheiro Turgot, que governaria a colônia, e sieur Thibaut de Chanvallon, que faria as vêzes de intendente.

Perdia-se, a esse tempo, na Norte-América, uma faixa de terra do império francês — o Canadá. Suas populações, como as da Acadia, foram então transplantadas a outras áreas, como a Lusiania, as Antilhas. Por que não trazê-las também a Guiana? Fêz-se propaganda das excelências da Sul-América. E em Yourou,

foram localizadas famílias acadianas, a que se untaram colonos estrangeiros e de outras partes de França. Não se lhes preparara, contudo, uma localização apropriada. E o resultado é que, menos de um ano, estavam reduzidos, de 10.996, a menos de mil. Gastara-se mais de 30 milhões de francos (10).

Com Vitor Hugues, realmente, a natureza agressiva estava sendo dominada, conquistando-se espaço à floresta e aos afagados. O florescimento da agricultura era visível e compreendia, além de espécies nativas, o café, algodão, cana de açúcar, cacau. Trabalhos de hidráulica, para melhorar as condições de vida local, tinham sido levados a termo. Um pequeno horto botânico, chamado La Gabrielle, constituía mesmo o orgulho da administração francesa. Às vésperas da conquista, em 1807, a produção da colônia assim se apresentava: . . . 150.000 quilos de açúcar, 100.000 de algodão, 30.000 de café, 40.000 litros de rum. O valor dessa produção exportada ascendia a 1.750.000 francos (11).

Passando a nossas mãos, que ia suceder? A capitulação fora redigida, no entanto, pelos próprios franceses e mereceria as reservas do Governador Magalhães e Menezes. Em consequência, dela não se poderia tirar a conclusão simplista de que a intenção de D. João fôsse a da devolução. Ademais, convém não esquecer, os pro-

(10) Cf. J. Saintoyant, "La colonisation française sous l'ancien regime". 2.º vol., pgs. 363-368. Paris, 1929.

(11) Cf. J. Saintoyant, "La colonisation française pendant la période napolionienne", pgs. 335-337. Paris, 1931.

jetos para a conquista da colônia francesa eram antigos e visavam, com a conquista, a incorporação. Permaneceria integrada ao império português, como uma conquista, ou a restituirmos à França, findo o conflito que separava as duas nações? O tratamento que lhe dispensaríamos seria um tratamento sem profundidade, mantendo-se o que se encontrara ou, dentro da sistemática luso-brasileira, procurando transformar o ambiente, comunicando-lhe a vitalidade renovadora? Pelo texto da capitulação, parecia evidente que a colônia voltaria à posse da França e o tratamento a dispensar-lhe não passaria de simples preservação do estado em que a recebíamos.

Pelos ofícios de 18 de maio e 7 de junho de 1809, do Conde de Linhares ao Governador Magalhães e Menezes, sabe-se que, inicialmente, D. João projetara despovoá-la e arrasá-la "para que, se houvesse de restitui-la à França não se sentisse desejosa de gastar o imenso numerário que seria necessário para restaurá-la, desse modo livrando-nos da vizinhança incômoda. Esse propósito, contudo, reformara-o para ordenar que a preservassem, seguramente a fim de ter elementos com que melhor negociar a paz na Europa, e a aumentassem, o que mostra a indecisão existente. A intenção de integrar a colônia ao Império não estava, assim, em abandono. E mais tarde voltaria a ser cogitada através de uma longa exposição do Intendente Maciel da Costa, que sugeria a anexação das guianas inglesa e holandesa para que, com todas elas.

D. João constituísse um pequeno reino unido ao Brasil (12).

Quanto ao tratamento que lhe dispensamos e sobre o qual há uma vasta documentação inédita no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e na seção de manuscritos da Biblioteca Pública do Estado do Pará, onde se guardam cinco grossos códices com a correspondência das nossas autoridades em Caiena com os governantas em Belém, podemos dizer, à luz dessa mesma documentação, que temos compulsado para ensaio de próxima publicação: nos oito anos em que a ocupamos, demos mostra de a querermos valorizar através de uma administração adequada, que os próprios historiadores franceses são os primeiros a proclamar excelente. E' que, para tal, já nos habituáramos à agressividade tropical. Na Amazônia, vizinha, criáramos um *status* que nos assegurava títulos para enfrentar qualquer natureza, por mais severa por que ela se apresentasse. Estávamos, destarte, perfeitamente à vontade para a empresa. E da Corte, em várias ordens régias e instruções menores expedidas ao Governador do Pará ou às nossas autoridades em Caiena, fora determinado que realizássemos política maneirada, de atração das populações, de aproveitamento das riquezas locais, de cobrança de impostos que bastassem às

(12) Essa exposição, de 1812, foi endereçada por Maciel da Costa ao Conde de Funchal a 30 de outubro. Guarda-se na Biblioteca Nacional.

despesas com os serviços públicos mas, nenhum mal estar criasse aos colonos, devendo-se, no entanto, transplantar ao Pará e daquela Capitania para as demais do Brasil, a maior quantidade possível das espécies vegetais que os franceses haviam aclimatado ali, como cravo da Índia, canela, pimenta, cana de açúcar de Ota-hity, particularmente a nós moscada. Essas mudas deviam vir acompanhadas dos técnicos que o governo de Paris mandara trabalhar na Guiana mas, que tais técnicos, assinalava-se logo, não fossem contaminados da ideologia liberal... (13).

Dando princípio à tarefa, de envergadura, Manoel Marques, nomeado Governador Militar, de acordo com as instruções, que recebeu, tratou de reorganizar a nova possessão portuguesa. Para os misteres da justiça e dos demais aspectos da vida civil, constituiu um conselho, sob sua presidência, composto de franceses de projeção local.

Esse conselho não oferecia apenas sugestões para a solução dos problemas, que surgissem, porque deliberava também. Suas decisões, todavia, eram postas em execução uma vez promulgadas por Manoel Marques. As primeiras decisões do conselho foram: "regulou o valor da moeda portuguesa comparado com a francesa, o que facilitou muito as transações mercantis em grosso e miúdo tráfico; estabeleceu um imposto de patente sobre todas as casas de negócio de todas as

(13) Ofício de 18 de maio de 1809, do Conde de Linhares a Magalhães e Menezes, in Codice 751, da B. A. do Pará.

classes, para com o seu produto se pagar o soldo à guarnição, que se estava devendo desde o mês de outubro de 1808, visto que, tendo partido do Pará com 4:000\$ na caixa militar, o capitão-general José Narciso, como para dar uma clara demonstração de que não tinha fé no bom êxito da empresa da vila de Chaves, os mandou recolher à capital" (14).

Manoel Marques governou até outubro de 1809, quando o substituiu o coronel Pedro Alexandrino Pinto de Souza, um velho colonial que se afirmara por uma larga série de trabalhos realizados na Amazônia, mas, já alquebrado peia idade, pouco pôde dar na direção da colônia. Em 1812, recebido em meio a grandes manifestações, Manoel Marques voltou ao cargo, no qual permaneceu até a devolução da Guiana aos franceses. Argüira-se contra ele que era afeiçoado ao liberalismo. Não tinha fundamento a acusação. Homem reto, militar capaz, conduziu-se dignamente. Teve, no entanto, de enfrentar dificuldades que lhe criaram companheiros de armas, inclusive um dos lamentáveis pronunciamentos da guarnição, que se queixava de atrazo no paros de armas, inclusive soldo. No trato com os franceses, revelou-se hábil, grangeando gerais simpatias. Chamavam-lhe "Papa Marquis". Defendia a idéia da manutenção da colônia no reino que D. João estabelecera no Brasil.

(14) Cf. Melo Moraes, "História do Brasil-Reino e Brasil-Império", tomo I, pg. 149, Rio, 1871.

Não eram suficientes, porém, aos olhos do governo português, o conselho e o dirigente militar. Foi então nomeado Intendente Geral o dr. João Severiano Maciel da Costa, magistrado mineiro, homem de consciência reta, que ia revelar-se um administrador à altura da grave comissão que se lhe confiava (15). Pelas determinações que lhe foram cominadas a 10 de junho de 1809, o dr. Maciel da Costa teria encargos judiciários e de política econômica. Dizia-lhe então o Príncipe Regente:

"João Severiano Maciel da Costa, Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar. Tendo Cayena e Guianna Franceza sido gloriozamente conquistadas peias Minhas Armas, e havendo-se estipulado na Capitulação, que até à Paz Geral se ficarião ali observando as Leis do Código Napolion, sem propriamente se falar nem na forma do exercicio do Poder Judiciário, nem dos princípios de Administração, e Policia Geral, que se devião organizar a beneficio da tranqüillidade e prosperidade da mesma Colonia, que dezejo conservar, e ampliar. o que justamente deu logar às Proclamaçoens, que fez publicar o Meo Governador logo que tomou posse de Cayena e da Guianna Franceza nos dias dezesete, e dezenove de Janeiro, tanto para a Administração de Justiça, em materia civil, e de

(15) A biografia de Maciel da Costa foi feita por Tavares de Lira. Revista do I.H.G. Brasileiro. Vol. 168. Rio, 1933.

comercio pelos Tribunais de Primeira Instancia. a de Apelação procedentemente estabelecidos na mesma Colonia, como para a formação de huma Junta Provizoria para a organização de todos os ramos de Administração civil e da Polícia, e sendo necessario que sobre tao importante objecto. e antes de dar as mais convenientes, e estáveis providencias, Eu seja competentemente informado do que pode estabelecer-se sem faltar ao estipulado na Capitulação em beneficio daquella Colonia, tanto sobre a forma de Poder Judiciário, como sobre os objectos muito interessantes de Administração da Fazenda, e da Polícia: Fui Servido Nomear-vos com a graduação que consta pelo Decreto da data desta, que baixa à Meza do Desembargo do Paço, para Intendente Geral da Colonia de Cayena e Guianna Franceza, afim de que transportando-vos logo ali. e considerando-vos como chefe da Magistratura, fixeis o exercício que podeis ter na Administração de Justiça, segundo foi estipulado peia Capitulação, e que igualmente de accordo com o Governador e Capitão General do Pará e com o Governador que Fui Servido Nomear para a Mesma Colonia, procureis dirigir a sua Fazenda, e a sua Policia de modo, que rezultem a tranqüillidade e felicidade d'ella, e os meios de sustentar a Força Armada, — que a fica guarneendo; e que possais concorrer com o Governador e Capitão General do Pará e com o Governador da Colônia, a tomar

todas as providencias, afim que a sua defesa contra o Inimigo da Minha Real Coroa, seja tão effectiva como espero da fidelidade do Comandante, e da vossa, zelando vós todos os Direitos da Sobe-
rania, que Me pertencem pelo Direito da Conquista, e impedindo que possa haver maquinações contra a segurança, e tranquillidade da mesma Colonia. Será vosso dever informar-lhe de tudo o que achardes, do que principardes a estabelecer, e do que julgardes se possa fazer para o futuro, tendo todo o cuidado de nada praticardes, que possa produzir movimento, ou inquietação-alguma, sem primeiro Me dardes conta, e esperardes a Minha resolução. Quanto ao exercício do Poder Judiciário de que vos constituo Chefe, procederéis com a maior moderação, e não fareis se não as alterações, que julgardes indispensáveis, e úteis ao Meo Real Serviço, — Não perdendo porém de vista o conhecimento particular dos Juizes, e se será conveniente introduzir, ou em todo, ou em parte, novos Juizes Portugueses, que poderei chamar do Pará. e do Maranhão; mas não vos esqueceréis de primeiro conhecer a opinião publica, e se convém aos interesses da Minha Real Coroa huma tal mudança. Igualmente Me informareis da forma dos Tribunais estabelecidos, e se haveria inconveniente em se adotar o systema, que se pratica nos Meos Estados, ou se essa mudança seria desagradável. Também Me darei conta das Rendas e Despesas da mesma Colonia, se ellas são susceptíveis de maior

aumento, e se he possível que se lance alguma Imposição extraordinária.

Não vos esqueceréis de fazer subir à Minha Real Presença o Systema com que ahi se distribuem as terras, e todo o Cadastro, e Carta Topographica que se haja levantado da mesma Colonia, pois semelhantes objectos muito interessarão até para comparação com o que aqui se acha estabelecido. Sobre tudo zelareis o systema da Policia, que deveis estabelecer na Colonia, não só para segurar a sua tranquillidade interior, e a subordinação dos Negros mas muito essencialmente para evitar toda a correspondencia dos habitantes com o Governo Francez e para que no caso de ataque exterior possa o Governador ocupar exclusivamente da defesa da Colonia, sem se vêr distrahido pelos mal intencionados, que possam existir dentro delia. Com o Governador e Capitão General do Pará combinareis o livre Systema de Exportação. e Importação, que se deve estabelecer de Cayenna com todos os Meos Estados, e Dominios do Brazil, e Portugal, e até com a Inglaterra, para o que lhe facilitareis toda a exportação em Navios Portuguezes, pois que por meio de hum semelhante Systema, os Colonos Francezes melhorarão muito de fortuna, e se affeiçoarão ao Meo Paternal Governo. de que Desejo sintão com o favor do Céu os mais saudáveis effeitos. Assim o cumprireis, e fareis executar como por Mim vos achais autorizado, — não obstante quaes quer Leis, e ordens em contrario,

que todas Hei por derogadas, como se dellas fizesse aqui expressa e especial Menção. Escrita no Palacio do Rio de Janeiro em dez de Junho de mil outo centos e nove. — Príncipe" (16).

Tanto o Governador militar como o Intendente seriam subordinados ao Capitão-General que governasse o Pará. A Guiana, em consequência, integrava-se no corpo territorial e político até onde chegava a jurisdição da autoridade maior do Pará.

Maciel da Costa, ouvindo em Belém as instruções que lhe comunicou Magalhães e Menezes, dirigiu-se à Caiena, empossando-se na Intendencia em janeiro de 1810. Dirigiu manifesto à população expondo os propósitos do Príncipe D. João e pedindo cooperação para que, na missão que vinha desempenhar, pudesse satisfazer os desejos do Regente e fazer a felicidade dos colonos. Muitos destes mantinham-se receiosos de prestar-nos qualquer cooperação, em face das penas que Napoleão anunciara para os que colaborassem conosco. E o que D. João mais desejava era que esses colonos se sentissem garantidos em seus direitos e felizes de viverem sob seu cetro, livres das inquietações em que tinham estado desde os dias agitados da "Revolução".

Maciel da Costa, na execução de seus encargos, mostrou-se diligente, generoso, hábil, sem deixar de ser enérgico quando era preciso. Encontrou abusos no exercício da causa pública. Corrigiu-os. Havia fraudes e dis-

(16) Códice 751, de B.A. do Pará.

sipações. Acabou com elas. O curador das sucessões, Jean Aufray, por exemplo, baseado nos termos da capitulação, não queria submeter suas contas ao Intendente. Maciel da Costa, sem violências, obrigou-o à submissão legal, perante as autoridades graduadas que convocou para o ato. O gesto que revelava o magistrado que não permitia menosprezo à dignidade da justiça, valeu como lição. Todos passaram a ver nele a autoridade que deviam confiar, respeitando-a e cumprindo suas determinações. Nesse particular de sua conduta, Maciel da Costa foi exemplar. O próprio governador interino, coronel Pedro Alexandrino, que não soube comportar-se à altura do cargo, perdeu a partida que pretendeu jogar com ele a propósito da jurisdição que a cada um competia. Maciel da Costa não se deixou vencer, mantendo de pé a autoridade que lhe cabia exercer. No caso da moralidade pública, por que lhe cumpria zelar como encarregado da polícia, mostrou-se o mesmo homem digno. Puniu os faltosos, mesmo graduados, como o major José Antônio Nunes, conteve a insubordinação de negros que se recusavam a trabalhar nos serviços de lavoura. Por ocasião do segundo levante da soldadesca insatisfeita, agiu, de tal modo pronta e eficazmente, que a população de Caiena lhe deu uma demonstração de apreço agradecendo-lhe a atitude. Em Proclamações que lançou, para que melhor se soubesse dos atos que praticava em bem da ordem administrativa, regulou a vida econômica, conseguindo, sem impostos aviltantes, mas com arrecadações em dia, em um ano. que as rendas locais fossem suficientes para

o pagamento de todas as despesas com os serviços públicos e com a tropa de ocupação. Antes, fazia-se um suprimento em dinheiro pelo Maranhão. Estabelecendo normas para a colheita dos gêneros nativos, incentivou a produção. O comércio exercitou-se em crescimento constante. "La Gabrielle" foi valorizada, apesar da madraçaria dos negros que a trabalhavam. Em cumprimento aos desejos reais, mandou para Belém as espécies vegetais que deviam ser experimentadas no Brasil. Além do que fora solicitado remeteu: sapotilheiras, fruta-pão, caramboleiras, groselheiras e mais quase uma dezena de espécies frutíferas européias aclimadas em Caiena. O problema do abastecimento de Caiena era, como ainda é, de difícil solução. Não fora possível criar es plantéis que garantissem carne à população. Providenciando para que a situação se corrigisse, fêz incessante importação de gado do Marajó, da ilha de Cavianna e de Macapá, assegurando, assim, o bem estar de uma dieta a que a colônia não eslava habituada. Do mesmo modo, restaurou os postos de pesca, que haviam sido abandonados, e constituíam focos de suprimento alimentício ponderável. Como importou, em larga escala, do Pará, a farinha, alimento de importância capital na região. Aproveitando a visita constante de navios mercantes ingleses e norte-americanos e mesmo franceses, deles se valeu para trazer a colônia, se não em fartura, pelos menos sem a fome que provocaria inquietação e má vontade para conosco. Organizou os serviços alfandegários, fixando as taxas que passou a cobrar às embarcações estrangeiras que freqüentavam

o porto. Estabeleceu um pequeno corpo de polícia, para os serviços urbanos e da alfândega. Cada guarda, que devia ser probo e saber ler e escrever, vencia . . . 40\$000 anuais e 220 réis diários quando em trabalho a bordo, tendo, ainda, uma parte proporcional nas coações; quanto aos chefes, em número de dois, recebiam 80\$000 anuais, tendo também parte nos confiscos feitos. Não confiando nos funcionários franceses, dispensou os que pareceram madraços ou hostis, substituindo-os por luso-brasileiros. Dos que ficaram exigia, todavia, constantes contas (17).

Por uma ordenança que lançou, estabeleceu os limites e a forma de jurisdição dos funcionários de justiça. Defendendo os interesses dos negociantes da Guiana em face da competição que lhes faziam os do Brasil, estabeleceu igualdade de tratamento, dispensando-os do pagamento do que exportassem com destino ao Pará e de lá importassem.

A dominação luso-brasileira na Guiana Francesa terminou em 1817. O Tratado celebrado a 28 de agosto desse ano entre Portugal e França mandou fazer a restituição. A negociação do diploma fora trabalhosa. Portugal exigia: ou a restituição de Olivença, que permanecia em mãos dos espanhóis, ou o reconhecimento da ocupação de Montevidéu. Em 1815. às primeiras novas de um entendimento, na Europa, sem solução

(17) A documentação referente ao governo de Maciel da Costa guarda-se no Arquivo Nacional e na B.A. do Pará, codices 353, 354 e 359.

ponderável, dera-se ordem a Manoel Marques para que tivesse a colônia em condições de resistir a qualquer tentativa francesa.

A 21 de novembro de 1817, às 11 horas da manhã, em solenidade efetuada no forte do Castelo, que levantáramos para a defesa de Caiena, formados dois destacamentos, o francês e o nosso, de cem homens cada um, foi içada a bandeira portuguesa, sob salva de 21 tiros de artilharia. A seguir, arreada essa mesma bandeira, foi novamente içada com a francesa, sob nova salva de 21 tiros de artilharia.

Estavam presentes ao ato o comandante das forças francesas, que vinha assumir o governo da colônia, com o posto de tenente-general, Conde Carra de Sant-Syr, e o secretário do governo militar luso-brasileiro, tenente José da Silva Mafra, mais tarde senador do Império. Manoel Marques, gravemente enfermo, não pudera comparecer.

Registrou-se, então, qualquer coisa de inédito, de espantoso: os colonos franceses que assistiam à cerimônia, choravam de pesar com a nossa retirada. Carra de Sant-Syr, pasmo, dirigiu-se ao tenente Mafra. E lhe disse: "é espantoso, Senhor Secretário, que franceses, vendo drapejar as cores nacionais, signo da dominação francesa, vertam lágrimas de saudades peia dominação anterior. Faço votos por que, ao término de minha administração, receba demonstrações semelhantes" (18).

(18) Cf. Melo Moraes, obr. cit., pg. 159.

Havíamos, evidentemente, efetuado, na Guiana Francesa, um governo de paz, de trabalho, de respeito à dignidade de cada um. Não fizéramos obra de conquistadores brutais, peia vitória. Fôramos humanos. Realizando uma empresa política, em revide ao insulto napoleônico, escrevêramos
página de civilização.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)